

EXPERIÊNCIAS
EM EDUCAÇÃO
POPULAR

PROPOSTA

Uma revista trimestral da FASE • Ano 23 • Setembro de 1995 • Nº 66 • Preço: R\$ 6,00

MUDAR A VIDA

ENTREVISTAS

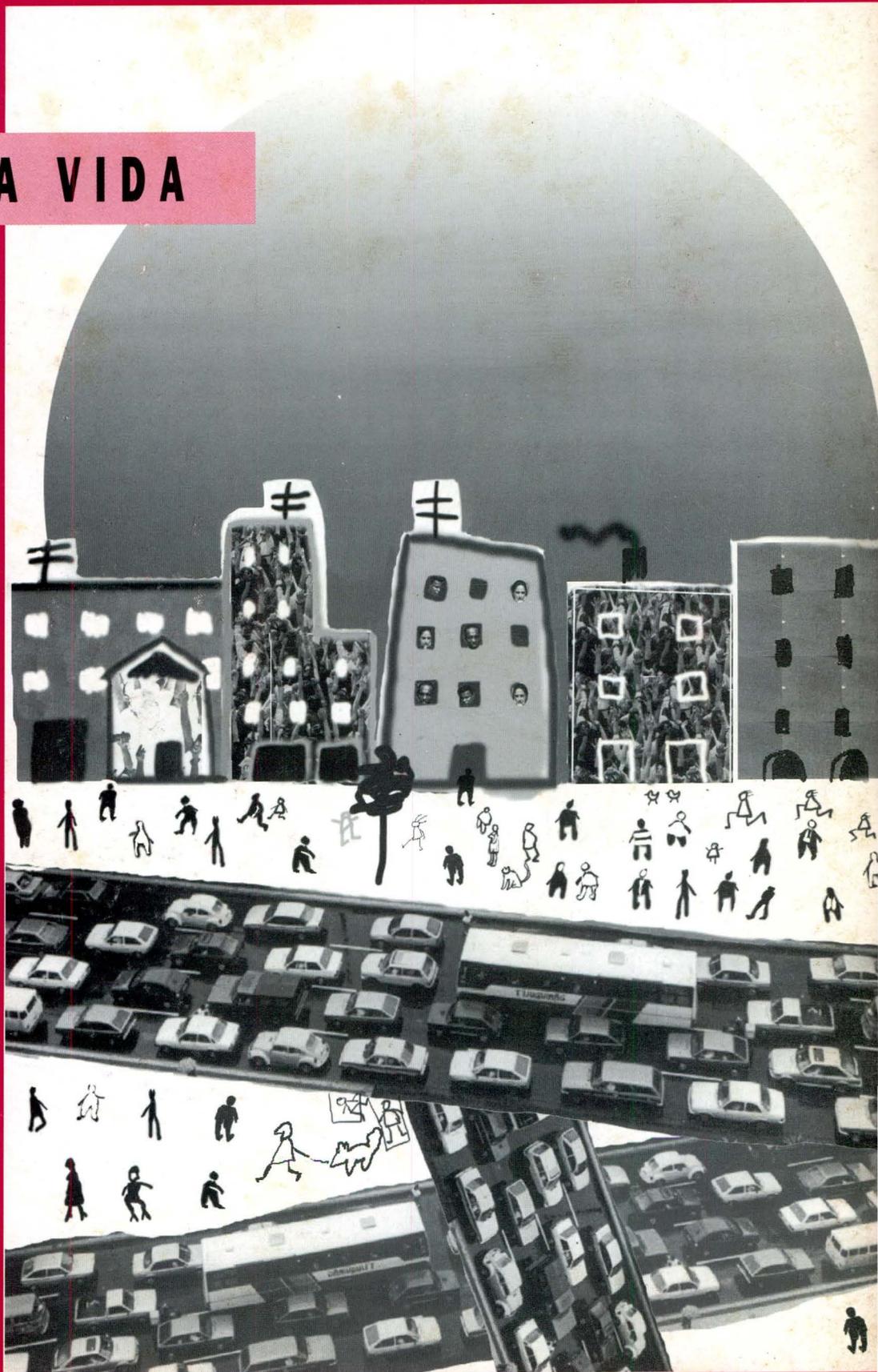
- Emir Sader
- Carlos Alberto Plastino
- Gerd Borheim
- Benilton Bezerra Júnior

DILEMAS DE UMA CIDADE EM PÉ DE GUERRA

Márcia Leite

O MEDO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

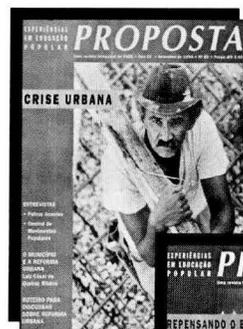
Alba Zaluar



COMPLETE SUA COLEÇÃO DE PROPOSTA!



- n° 66 Mudar a vida
- n° 65 Repensando o Brasil II
- n° 63 Trabalho e renda
- n° 62 Crise urbana
- n° 61 Repensando o Brasil
- n° 60 Genocídio social
- n° 59 Cidadania e políticas públicas
- n° 58 Democratização dos meios de comunicação
- n° 57 Revisão constitucional: Estado, trabalho e cidadania
- n° 56 Desenvolvimento e meio ambiente
- n° 55 Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais
- n° 54 Democratizando a cidade
- n° 53 Qual desenvolvimento
- n° 52 Educação básica: essa crise tem solução
- n° 50 Organização sindical nos locais de trabalho
- n° 49 Violência e direitos humanos: uma guerra no Brasil
- n° 48 Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- n° 46 Barragens: movimento ecológico e luta pela terra
- n° 44 Trabalhadores rurais: fazer nossa política agrícola
- n° 43 Vídeo popular: as outras cores da imagem
- n° 42 Assalariados rurais: para onde vai a organização
- n° 41 Mulheres, a política no cotidiano
- n° 40 Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo



ASSINE PROPOSTA (021)286-1598

Rua das Palmeiras, 90 • 22270-070 • Botafogo • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021)286-1209

■ ■ ■ ■ ■ Visite no local o stand de publicações da FASE e de outras ONGs ■ ■ ■ ■ ■

MUDAR A VIDA

EDITORIAL

A CULTURA DA VIOLÊNCIA 3

IMAGENS, ESCOLHAS E DILEMAS DE UMA CIDADE
EM PÉ DE GUERRA 5
Márcia da Silva Pereira Leite

ENTREVISTA

CONSTRUINDO UMA DEMOCRACIA COM ALMA SOCIAL 16
Emir Sader

METÁFORAS DA DESORDEM 20
José Augusto de Souza Rodrigues

O MEDO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS 24
Alba Zaluar

ENTREVISTA

SOLIDARIEDADE: PASSAPORTE PARA UMA DEMOCRACIA PLENA 33
Carlos Alberto Plastino

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL 41
Carlos Antônio Costa Ribeiro

ENTREVISTA

NÃO ABDICAR DA CONDIÇÃO HUMANA: CRITICAR A REALIDADE
E INVENTAR NOVOS CAMINHOS 45
Gerd Borheim

ENTREVISTA

O PAPEL DA CULTURA E DA INTERSUBJETIVIDADE NO
COMBATE À VIOLÊNCIA 51
Benilton Bezerra Júnior

FASE NACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 285-2998
Fax: (021) 205-3099
Tlx.: 213-4201 foas BR

Escritório das Palmeiras

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-1598
Fax: (021) 286-1209

FASE-RIO

Av. Pres. Wilson, 113/1302 - Centro
20030-020 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 220-7198
Fax: (021) 262-2565

FASE-SÃO PAULO

Rua Loeffgren, 1651 casa 6
Vila Clementino
04040-032 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 549-3888
Fax: (011) 549-1307

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330 - Vitória - ES
Tel/Fax: (027) 223-7436

FASE-PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220-160 - Porto Alegre - RS
Tel/Fax: (051) 225-0787

FASE-RECIFE

Rua do Paissandu, 419 - Boa Vista
50070-200 - Recife - PE
Tel.: (081) 221-5478 - Fax: (081) 231-0603

FASE-MACEIÓ

Rua do Comércio, 41/sala 105
Edifício Santa Terezinha - Centro
57020-000 - Maceió - AL
Tel.: (082) 221-0667
Fax: (082) 221-3645

FASE-ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93/1º andar
45600-000 - Itabuna - BA
Tel/Fax: (073) 211-4498

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 - Umarizal
66055-080 - Belém - PA
Tel.: (091) 222-0318
Fax: (091) 241-5310

FASE-ABAETETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440-000 - Abaetetuba - PA
Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE-CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
68700-050 - Capanema - PA
Tel/Fax: (091) 821-1716

FASE-MARABÁ

Folha 27, Quadra 07, Lote 07 - Nova Marabá
68509-160 - Marabá - PA
Caixa Postal 73
CEP 68508-970
Tel.: (091) 322-1591
Fax: (091) 322-1558

FASE-SÃO LUÍS

Rua do Pespontão, 256 - Centro
65010-460 - São Luís - MA
Tel/Fax: (098) 221-1175

FASE-MANAUS

Rua São Paulo, 404 - São Jorge
69033-180 - Manaus - AM
Caixa Postal 531
CEP 69011-970
Tel/Fax: (092) 671-6121

FASE-VALE DO GUAPORÉ

Rua XV de Novembro, 136 - Centro
Caixa Postal 10
78200-000 - Cáceres - MT
Tel/Fax: (065) 221-2615

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - é uma sociedade civil brasileira, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos. Seu compromisso fundamental é com o desenvolvimento social e cultural de grupos e setores marginalizados da população, através de um trabalho de educação popular, nas áreas rural e urbana.

Situada no campo das organizações não-governamentais, a FASE define-se por um projeto institucional próprio, independente do Estado e dos partidos políticos. As ONGs são organizações vinculadas à sociedade civil, comprometidas com o processo de construção da autonomia de suas entidades representativas, ligadas aos movimentos populares.

Os principais beneficiários deste trabalho são os trabalhadores do campo - pequenos produtores, assalariados sem terra - operários, moradores da periferia e favelas.

FASE

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ

Diretoria**Diretor Executivo**

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretor Administrativo-Financeiro

Virgílio Rosa Neto

Programa Pequenos Produtores Rurais

Maria Emília Lisboa Pacheco

Programa Assalariados Rurais

Leandro Lamas Valarelli

Programa Popular Urbano

Grazia de Grazia

Programa Trabalhadores Urbanos

Paulo Sérgio Muçouçah

Programa de Investigação e Comunicação

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

PROPOSTA

Nº 66 - novembro de 1995
Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía

Angela de Carvalho Borba

Clarice Melamed

Grazia de Grazia

Haroldo Baptista de Abreu

Jean-Pierre Leroy

João Ricardo Dornelles

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Leandro Valarelli

Luis César de Queiroz Ribeiro

Mabel de Faria

Maria Emília Lisboa Pacheco

Paulo Gonzaga

Paulo Sérgio Muçouçah

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Ricardo Tavares

Sandra Mayrink Veiga

Yara Ninô

Coordenador de Comunicação

Alberto Lopez Mejía

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editora Responsável

Yara Ninô

Organização nº 66

Márcia Leite

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Apoio Técnico

Silvia Helena Matos Brandão

Capa:

Foto Marcelo Oliveira/Imagens da Terra
Ilustração Marta Strauch

Diagramação

Teresa Guilhon

Ilustrações:

Marta Strauch

Edição Eletrônica

HD Computação Gráfica

Informações e Vendas

Paulo César Barros

Redação

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 285-2998

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

A CULTURA DA VIOLÊNCIA

Este número da PROPOSTA resulta de uma parceria da FASE com a Oficina de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais da UERJ, que esperamos seja bastante frutífera. Esta parceria foi iniciada através da articulação, pela via da Oficina, de professores e pesquisadores da linha de pesquisa em “Criminalidade, violência e justiça” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e de outras unidades da Universidade para uma reflexão em torno da temática da cultura da violência.

Pretendemos aprofundá-la através do desenvolvimento de estudos, seminários e outras atividades em conjunto, priorizando o tema da esfera pública e da construção de direitos.

Os artigos e entrevistas reunidos nesse número de PROPOSTA discutem a partir de diversos ângulos as transformações materiais e simbólicas por que vem passando a sociedade brasileira, frequentemente tomando o Rio de Janeiro como metáfora da Nação.

Dessa forma, procura analisar os processos de reestruturação e globalização e seus efeitos em termos de exclusão, fragmentação e apartação social, e examinar as representações e práticas que expressam e constituem os processos de desigualdade, discriminação e criminalização nas metrópoles brasileiras.

A análise do medo e do mal-estar decorrentes da banalização da violência e da desvalorização da vida é outro ponto destacado, que se articula à reflexão sobre a crise de identidade de indivíduos e grupos sociais e a desconstrução dos padrões tradicionais de sociabilidade.

A cultura da violência, como conjunto de práticas e processos simbólicos, fica claramente identificada como um obstáculo para a ampliação da cidadania. Por outro lado, os movimentos sociais, atores tradicionais da cidade, têm tentado apreender e enfrentar suas contradições sem construir uma esfera pública que ultrapasse os fragmentos.

O recente resgate da temática dos direitos humanos, articulado ao processo de democratização, parece apontar para o esgotamento da metáfora da guerra e indicar novos caminhos para a construção da cidade que queremos.

Márcia da Silva Pereira Leite (Oficina/UERJ)

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (FASE)

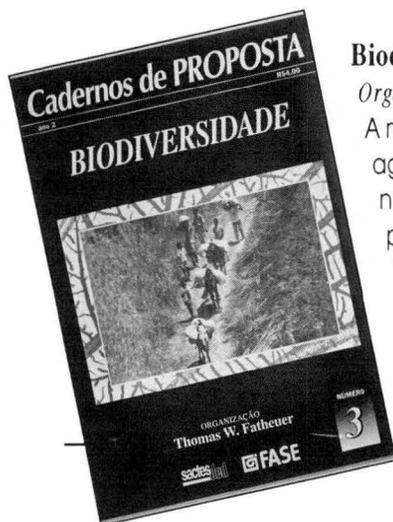
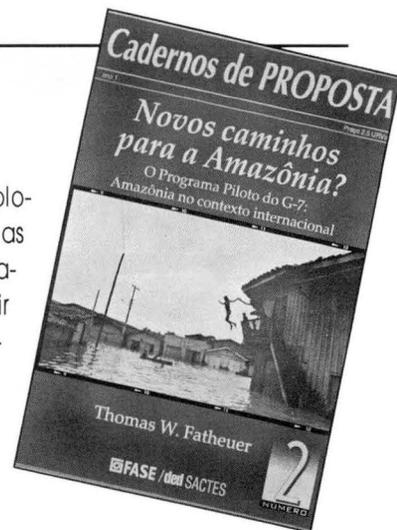
Cadernos de PROPOSTA

Novos Caminhos para a Amazônia?

O Programa Piloto do G-7: Amazônia no Contexto Internacional

de Thomas W. Fatheuer

Inúmeros planos transformaram a Amazônia num laboratório de conceitos e ideologias de desenvolvimento e instalaram na região um campo de manobras para as políticas nacionais e internacionais. Como às populações da Amazônia foi negada a decisão sobre seu destino, um desenvolvimento predatório ameaça destruir o ecossistema. Mas o Banco Mundial e o G-7 elaboraram um ambicioso Programa Piloto que prevê a participação de índios, seringueiros e ambientalistas. Três anos depois, fazemos aqui um primeiro balanço crítico do Programa.



Biodiversidade

Organizado por Thomas W. Fatheuer

A maior parte da diversidade biológica que serve de matéria-prima para as indústrias agroalimentares, químicas e farmacêuticas provém dos países e, desenvolvimento, no quais inumeráveis gerações de comunidades indígenas, de extrativistas e de pequenos produtores preservaram, modificaram e criaram esta biodiversidade. Também discutiremos a lei de patente, que foi feita sob medida para satisfazer os interesses das multinacionais e do governo dos Estados Unidos para mostrar que se quer ignorar essa "biopirataria" perpetrada contra o país e contra a sociedade.

ONDE ADQUIRIR

FASE - Rua das Palmeiras, 90 - 22270-070 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 286-1209 / 286-1598 - Fax: (021) 286-1269

REVISTA CONTEXTO INTERNACIONAL

Publicação semestral da Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ, *Contexto Internacional* tem o propósito de promover o debate acadêmico no Brasil no campo das relações internacionais e estudos comparados.

Eis os artigos deste vol. 16, n.º 2:

- A Pax Consortis e a Ordem Internacional do pós-Guerra Fria: o emergente sistema pós-hegemônico - Kuniko Inoguchi
- As Nações Unidas e as organizações regionais. Uma contribuição ao Sistema de Segurança Coletiva: o caso europeu - Hans Günter Brauch
- O fim de Bretton-Woods? A longa marcha da Organização Mundial do Comércio - Paulo Roberto de Almeida
- Transformação global: redefinindo segurança africana para a década de 90 e o século XXI - Ajamu Olayiwola Owolabi
- Da relação simbiótica entre democracia e direitos humanos à luz do Direito Internacional - José H. Fischel de Andrade
- Quo vadis, Jerusalém? As perspectivas políticas israelenses - Mario Sznajder



NÚMEROS AVULSOS OU ASSINATURA:
Rua Marquês de S. Vicente, 225
Vila dos Direitórios / Casa 19
Gávea - 22.453-900
Rio de Janeiro - RJ
Telefones: (021) 529-9494 / 529-9493
Fax: (55-21) 274-1296

IMAGENS, ESCOLHAS E DILEMAS DE UMA CIDADE EM PÉ DE GUERRA*

Márcia da Silva Pereira Leite

A metáfora da guerra domina o imaginário carioca. Nos últimos dois anos, consolidou-se uma representação da cidade do Rio de Janeiro como território conflagrado; terreno minado em que antigos cuidados e regras não mais servem de guia para uma travessia segura. Da “cidade partida” à “libanização”, as imagens remetem para fronteiras incertas e contradições insolúveis.

A crise da cidade, em que pesem os efeitos mais gerais da crise e reestruturação da sociedade brasileira, apresenta um desenvolvimento específico que articula os problemas contemporâneos vividos por todas as metrópoles ao esvaziamento econômico do estado e a profundas disparidades sociais. Combina, ainda, o fracasso das políticas de segurança pública, a corrupção da polícia e do aparelho de estado, o crescimento do narcotráfico e do crime organizado, com sua ponta de distribuição entrincheirada nas quase 600 favelas cariocas constantemente em disputa. A banalização da violência e a desvalorização da vida não se restringem apenas a quem vive e morre do crime, perpassando a esfera das relações sociais, profissionais, familiares, o trânsito etc. Assistimos a uma desconstrução de padrões de sociabilidade



urbana que problematiza a coexistência e o convívio de grupos sociais diversos na cidade.

Parece se abater sobre a cidade um sentimento generalizado de perda, mesmo tendo por contraponto vários movimentos pela recuperação de sua imagem. Sustenta-se que o Rio perdeu sua inocência. Dessa afirmação, muitos extraem como consequência lógica a necessidade de perdermos – administradores, políticos e cidadãos, nós também – o que nos resta de inocência. Administrar uma cidade em estado de guerra exigiria, sobretudo, realismo político.

Em algumas formulações, contudo, realismo político é apresentado como uma qualidade capaz de pôr em suspenso os princípios éticos, políticos e jurídicos que presidiram à ampliação da cidadania

e à consolidação da democracia nas modernas sociedades ocidentais. Significa aceitar que o conflito social – quaisquer que sejam as causas que se lhe atribuem – não é mais passível de resolução pela via clássica da cidadania. O

(*) Este artigo apresenta alguns dos resultados da pesquisa “Ser cidadão no Brasil contemporâneo: imagens da incorporação e da exclusão à cidadania”, desenvolvida na UERJ com a participação, em sua primeira etapa, de Patrícia Teixeira de Lima e Alexandre Paradella dos Santos, bolsistas de iniciação científica.

MÁRCIA DA SILVA PEREIRA LEITE – Professora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ e coordenadora da Oficina de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais desta mesma universidade. Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ.

perfil das sociedades contemporâneas, que impõe a milhões a exclusão material (do mercado de trabalho e de consumo ao bem-estar social), não mais autoriza expectativas quanto à cidadania operar para todos como uma medida de igualdade e ter continuamente ampliado seu elenco de direitos.

Neste contexto, ser realista significa sobretudo abandonar as promessas iluministas de igualdade, de liberdade e de fraternidade para todos os homens. Os “novos tempos” encontram melhor tradução nos valores do mercado, no *ethos* competitivo que alimenta e justifica o darwinismo social. A naturalização dos conflitos desenvolve-se paralelamente ao declínio dos valores de solidariedade e justiça social, favorecendo a operação de um outro tipo de exclusão, desta vez na esfera simbólica. A representação da alteridade como um elemento intrinsecamente negativo, marcado pela inferioridade e mesmo pelo não pertencimento ao gênero humano, legitima processos e procedimentos de exclusão social e segmentação da cidade, que se radicalizam em tempos de guerra.

Transitam neste imaginário, em uma disputa de sentido, diversas representações de cidadania e de exclusão social que envolvem uma reinterpretação da idéia de cidadania e de direitos, bem como das razões e formas de exclusão. A desconstrução do sentido de cidadania e a disputa entre projetos diversos não concernem, porém, estritamente à ordem da cidade, a sua crise ou a seu equacionamento. Antes têm por referência maior a crise e reestruturação da sociedade brasileira, que se apresenta como incompatível com o modelo liberal-democrático e a invenção nacional da cidadania regulada. O sentido das reformas constitucionais em curso aponta para o esvaziamento da cidadania regulada, restrita progressivamente a um lu-

gar residual. A redefinição dos direitos anuncia-se como reestruturação dos direitos sociais e dos direitos individuais vinculados ao trabalho, representando uma adequação à terceirização e à flexibilização das relações de trabalho. O núcleo dos direitos individuais, os direitos civis/liberdades da pessoa privada, ganha assim maior relevância.

Rompida a forma histórica de incorporação das classes subalternas à cidadania no Brasil, limitado o potencial de absorção de força de trabalho pelo mercado, qual o lugar e o papel que lhes resta? Entendo que o estreitamento da cidadania – tanto em relação aos segmentos incorporados quanto aos direitos institucionalizados – tende a produzir uma nova “questão social”. Se a desarticulação dos sujeitos coletivos (partidos,

O perfil das sociedades contemporâneas não mais autoriza expectativas quanto à cidadania operar para todos como uma medida de igualdade.

movimentos sociais e sindicatos) e a naturalização dos conflitos sociais não favorecem a reorganização dos movimentos reivindicatórios em seus moldes usuais, conspiram para uma irrupção das carências na linguagem da necessidade e no espaço da vida quotidiana, a cidade. Por outro lado, ao se dispensar por obsoletos os mecanismos de delimitação das pautas e procedimentos do conflito através da cidadania, mina-se o sentimento de pertencimento à comunidade nacional e a lealdade política dela decorrentes. O que proble-

matiza a esfera pública enquanto espaço de alocação/negociação de demandas e construção de direitos, sugerindo incertezas quanto a seu redimensionamento e organização.

Estas questões traduzem alguns dos dilemas e das possíveis escolhas que se desenham na conjuntura que vivemos, inclusive quanto às alternativas de inserção das classes subalternas na cidade. Nesse sentido, a desconstrução do sentido de cidadania e a disputa entre projetos diversos nesse campo articulam-se, exponenciando-o, ao cenário de crise das metrópoles brasileiras. Por isso mesmo, entendo que o enfrentamento da crise da cidade do Rio de Janeiro, com todas as suas especificidades acima apontadas, não se esgota na problemática da violência e da criminalidade. O Rio de Janeiro é, hoje, uma metáfora da nação tanto pelo potencial de ressonância interno e externo ao país que possui, quanto por constituir um laboratório de alternativas em políticas públicas e em cidadania.

O Rio de Janeiro como metáfora e laboratório da nação

A reflexão anterior explica porque, trabalhando há algum tempo com a temática da cidadania, direcionei minha pesquisa para a apreensão dos significados de ser cidadão no Rio de Janeiro, examinando também as representações referentes à exclusão social. Como queria acompanhar a desconstrução e a disputa referentes à categoria de cidadania, privilegiei as concepções que transitavam no espaço público. Assim, aproveitando a conjuntura eleitoral, analisei as diferentes formulações e imagens sobre cidadania e exclusão dos principais candidatos à governança do estado do Rio de Janeiro publicadas na grande imprensa diária carioca, sem descuidar daquelas

elaboradas por esses meios de comunicação, dada sua relevância como formadores da opinião pública. Por outro lado, interessei-me em perceber como essas representações eram incorporadas e/ou reinterpretadas pelos atores aos quais se destinavam. Em decorrência, as análises subseqüentes envolvem as seguintes dimensões: pronunciamentos/notícias, comentários dos articulistas e posição dos jornais (editoriais), reações dos leitores (cartas dos leitores), levantamentos de opinião realizados por institutos de pesquisa e entrevistas com alguns segmentos de moradores da cidade.¹

A conjuntura eleitoral de 1994 reservou algumas surpresas para a sociedade brasileira. A primeira delas foi esvaziar o embate que se anunciara nos anos anteriores, entre esquerda e direita, entre projetos alternativos de sociedade. As eleições presidenciais terminaram por se revelar fortemente polarizadas pela adesão/rejeição do Plano Real – como se sabe coordenado por Fernando Henrique Cardoso enquanto Ministro da Fazenda do Governo Itamar. A estratégia de campanha desse candidato, consistindo basicamente em marcar uma continuidade com o governo em curso e um aprofundamento de suas políticas, notadamente a de estabilização monetária, definiu o eixo em torno do qual se estruturaram a disputa eleitoral e a explicitação de propostas. Esvaziou-se, assim, em grande parte o debate nacional sobre reorganização da sociedade e do Estado a partir de possíveis sentidos alternativos da cidadania, dos direitos e das políticas públicas, particularmente das sociais. A rigor o que se disputou e o que se elegeu foi o programa econômico e a forma/resultados do controle da inflação.

Entretanto, as mesmas pesquisas de opinião que propiciaram a redefinição dos rumos da campanha presidencial em torno da esta-

bilização monetária revelaram que os eleitores do Grande Rio votariam basicamente por segurança.² Nem os temas políticos, nem participação popular; nem saúde, educação ou geração de empregos (caso, por exemplo, de São Paulo) os mobilizavam tanto quanto a questão da violência. Distanciando-se da tradição de votar nas eleições regionais considerando a conjuntura

***Rompida a forma
histórica de
incorporação das
classes subalternas à
cidadania no Brasil,
limitado o potencial de
absorção de força de
trabalho pelo mercado,
qual o lugar e o papel
que lhes resta?***

nacional, os eleitores escolhiam a segurança como primeira condição para o usufruto dos direitos de cidadania e, correlatamente, para o desenvolvimento de um “bom governo”. Em agosto, a Retrato Consultoria já anunciava: “Vai ganhar quem levantar a esperança de que pode tirar o Rio do caos da violência.” (*JB*, 25/8/94).³

Rapidamente os candidatos passaram a valorizar o tema da violência e das formas possíveis para sua erradicação ou controle como um dos elementos centrais da campanha política. Como se verá adiante, a centralidade que essa temática adquiriu no imaginário político carioca (referindo aqui ao Grande Rio) traduziu-se, tanto para os candidatos quanto para os eleitores, na percepção e tratamento da violência e da segurança como contraface da cidadania e das políticas públicas.⁴

A análise de seus pronunciamentos ilustra os pontos destacados. Os principais candidatos concordavam quanto à reunificação dos comandos das polícias civil e militar que passariam a integrar uma Secretaria de Segurança, alguma forma de reorganização e valorização da polícia e combate aos “maus policiais”. Havia, é claro, propostas específicas: reforma do sistema penitenciário (Garotinho/PDT), cooperação com as Forças Armadas e criação de um Conselho de Segurança (Marcello/PSDB), nova orientação policial (Newton Cruz/PPR), pois “o atual governo dá mais proteção ao marginal do que ao policial”. Bittar (PT) declarava-se contra a participação direta das Forças Armadas em operações policiais de combate ao crime organizado, pois “eles

1- Foram pesquisados os jornais de maior circulação no Rio e que correspondiam a um espectro político-ideológico mais amplo: *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*. A maior utilização de material do *JB*, neste artigo, deve-se ao fato deste jornal ter empreendido maior cobertura do tema no período analisado (junho de 1994 a julho de 1995).

2- Cf. pesquisa da Retrato, realizada nos primeiros dias de julho de 94 e publicada no *JB*, em 7/7/94.

3- Pesquisa da Vox Populi identificava que 11% do eleitorado votaria em Newton Cruz, percentual que expressaria uma “classe média raivosa e indignada com a violência” (*JB*, 28/8/94 e *O Globo*, 1/10/94). Os resultados eleitorais (3.º lugar) confirmaram essa tendência. Notar que Moreira Franco já havia sido eleito, em 86, com a denúncia de um compromisso de Brizola com o crime e a promessa de acabar com a violência em 6 meses.

4- O que exigiu, em termos de estratégia de pesquisa, privilegiar o exame dos discursos a respeito da violência e das propostas relativas à segurança pública – fontes principais das imagens de cidadania e exclusão. Note-se, aqui, que a natureza e extensão (real ou figurada) da violência e da criminalidade urbana não constituíram objeto da pesquisa.

são treinados para a guerra e o combate ao inimigo e não para proteger cidadãos” (“Programa de governo para o Rio de Janeiro/Segurança”, *JB*, 26/6/94).

Os candidatos tiveram, ainda, a preocupação de apontar para a origem social da violência. Garotinho prometia instalar Núcleos de Defesa da Cidadania em áreas carentes: “(...) a facilidade de acesso às instituições básicas da cidadania pode neutralizar o apelo da marginalidade”. Newton Cruz comprometia-se: “depois que os criminosos forem expulsos, o estado entra nas comunidades com creche, atendimento médico e educação”. Bittar propunha “programas de combate à miséria, ao desemprego, além de ações concretas nas comunidades pobres para desarticular o poder do crime organizado”.

Pouco mais de um mês depois, quando o tema retornou na mesma série em matéria sobre a violência nas favelas (*JB*, 8/8/94), Marcello Alencar, destacando que “a origem da favela é a violência da miséria”, afirmava: “o medo, o instinto de preservação e a ausência da ação do estado nas comunidades reforçam o compromisso delas com os bandidos. Agravando este quadro (...) a brutalidade das ações policiais, colocando na linha de tiro pessoas humildes e muitas vezes inocentes.” E prometia: “a ação policial estará sempre associada a uma efetiva ação institucional, com a criação dos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDC) e de políticas de promoção social e educacional (...) e a participação do Juizado de Pequenas Causas, da Delegacia Regional do Trabalho e do Instituto Félix Pacheco.” Na mesma linha, Newton Cruz declarava ser “a favor dos atuais CCDC nas favelas. (...) Também farei convênio com órgãos públicos para garantir a confecção de documentos.” Bittar, por seu turno, sustentava a necessidade de conjugar a ação

policial com a oferta de “alternativas de trabalho, condições dignas de vida e defesa da cidadania no sentido de desmontar o poder paralelo assistencial do narcotráfico dentro das favelas”, enquanto Garotinho, enfatizando que “a favela não pode ser tratada como um antro de bandidagem”, ressaltava sua prioridade: “desarmar os traficantes (que) tomaram conta dos morros”.

Deve-se notar a incorporação por Marcello e Newton Cruz da proposta dos CCDC, já em implantação pelo governo do PDT para “resgatar a cidadania dos moradores das áreas urbanas marginalizadas”.⁵ Não se tratava apenas de retirar essa bandeira de

conviver **apenas** com os aspectos negativos da cidadania (ser interpe-lado, sofrer punições etc.) e passe também a vivenciar os aspectos positivos: aquilo a que tem direito.”⁶

O reconhecimento de que os temas da violência e segurança eram cruciais na conjuntura eleitoral expressava-se também nos principais embates entre os candidatos. Polarizadas as eleições entre os candidatos do PDT e do PSDB, Garotinho incorporou o tema no mesmo patamar da clivagem de classe que era o recurso tradicional do PDT: “quero ser o governador dos ricos e dos pobres, que querem segurança e justiça” (*JB*, 30/9/94), enquanto Marcello



Garotinho. Creio poder afirmar que os CCDC traduziam, de fato, a concepção de cidadania dos candidatos do PDT, PPR e PSDB: direitos individuais/civis face ao Estado, materializados como carteira de trabalho, carteira de identidade e acesso básico à justiça (e, portanto, mediação que constitui a relação entre indivíduos e Estado). Concepção explicitada também pela coordenadora da implantação dos CCDC, ao apresentar o objetivo dos Centros: “fazer com que o cidadão (...) que vive em comunidades carentes deixe de

5— “A idéia é que, num único local, o morador de comunidades pobres possa tirar carteira de identidade, certidão de nascimento ou atestado de óbito, ter assistência jurídica para legalizar situações familiares (separação de casal, pensão para filhos e cônjuges), abrir cadernetas de poupança, pagar contas ou receber pagamentos no posto do Banerj. Neles funcionam também, 24 horas por dia, atendimentos da Defesa Civil (primeiros-socorros, auxílio em acidentes e remoção de doentes para a rede hospitalar), Polícia Militar e Polícia Civil.” (“O exercício da cidadania”, *Terceiro Mundo*, Suplemento n.º 175.

6— Idem. Marcello, alguns meses depois, ainda identificava a ação social nas favelas aos CCDC (*JB*, 24/11/94).

seria o “candidato dos riquinhos”. Este, por sua vez, não hesitou em secundar as denúncias de Newton Cruz: “Garotinho é o candidato da preferência do ‘Uê’ [traficante carioca]” (*JB*, 5/11/94). Ambos apresentavam a segurança como prioridade orçamentária e política de seus eventuais governos (*JB*, 23/10/94). Paralelamente, seus pronunciamentos deslocavam-se das considerações da violência como expressão de um problema social e objeto de políticas sociais para a lógica básica da política pública de segurança.

Ciente do potencial eleitoral da questão, Garotinho, às vésperas do 2.º turno, defendia, contra a posição de Brizola e do PDT, a operação militar no Rio – chegando mesmo a reivindicar a autoria da idéia de cooperação entre o Estado e a União no combate à violência (*JB*, 2/11/94). A incorporação das propostas do Viva Rio sobre o tema e o anúncio do general Bellas Galvão, que coordenou as polícias civil e militar na Rio-92 – período emblemático de segurança pública no imaginário carioca –, como seu futuro secretário de segurança (*JB*, 3/11 e 5/11/94) constituíram estratégias para enfrentar Marcello. Este aderira às propostas do Viva Rio e já havia proposto à OAB a decretação do estado de defesa no Rio (*O Globo*, 26/10/94), além de exibir o apoio de Newton Cruz. Mas, sobretudo, Marcello havia utilizado o mesmo recurso simbólico ao apresentar, como um de seus conselheiros, um general que participara da segurança da Rio-92 (*JB*, 23/10/94).

Situada no centro do palco, a questão da violência acabou por receber o tratamento preconizado, nesta última fase da campanha eleitoral, pela clara e forte pressão dos meios de comunicação de massa, do candidato do PSDB e do Viva Rio. Todos operando com a metáfora da guerra. A quinze dias da realização do segundo turno das

eleições do estado foi firmado um convênio entre os governos federal e estadual, com o aval do presidente eleito e do PSDB, para a instituição da Operação Rio que alojava as Forças Armadas no combate direto à criminalidade no Rio de Janeiro. A justificativa quanto ao período do convênio – 31 de outubro a 31 de dezembro de 1994 – aludia à necessidade e possibilidade de equacionar com presteza a questão da criminalidade, desde que houvesse vontade política. Correlatamente sugeria que, em caso de vitória do PDT, essa vontade poderia não existir (daí, sua data-limite).

A ocupação e/ou o patrulhamento das “regiões violentas” do Rio, a presença maciça do aparato militar nas ruas, as estratégias de cerco e sufocamento do narcotráfico nos morros e favelas configuraram as estratégias de segurança pública desenvolvidas pela Operação Rio, sob os aplausos da população, das autoridades públicas e da imprensa e anúncios de índices decrescentes de criminalidade. A lógica da Operação era propiciar a restauração da cidadania dos cariocas que, vítimas e reféns da ruptura da ordem pela “banditagem”, sofreriam um verdadeiro estado de guerra hobbesiano. Paralelamente, seu comandante, general Câmara Senna, proclamava a intenção de “encher as favelas de cidadania”, num discurso que advertia para a necessidade de romper a lógica perversa das relações entre a marginalidade e as populações pauperizadas e submetidas das favelas. Nesse primeiro momento, portanto, a cidade, o governador, as Forças Armadas, o presidente, a imprensa e diversos segmentos da sociedade civil apareciam unificados em torno da proposta de segurança e cidadania para a cidade do Rio de Janeiro.

As considerações relativas à inadequação do treinamento para a guerra das Forças Armadas no

enfrentamento do narcotráfico nas favelas com a proteção dos cidadãos afilados haviam sido descartadas, tanto porque se construía a representação de uma guerra sediciosa em território nacional quanto pela ambigüidade em reconhecer favelados como cidadãos. (Voltarei a esses pontos adiante.) Prevalencia a tradicional lógica da repressão à marginalidade de identificar as classes subalternas como classes perigosas. Assim, a atuação das Forças Armadas no cerco às favelas (particularmente no Complexo do Alemão, Borel, Dendê e Inhaúma) incluía revista e intimidação dos moradores – inclusive crianças – espancamentos, torturas e prisões arbitrárias (*JB*, 13/1/95).

Impressionou o silêncio da sociedade. Afora a OAB, o Ministério Público Federal e o próprio Comando Militar do Leste, que, em dezembro de 95, abriu sindicância interna na Operação Rio para apurar as denúncias de torturas, as manifestações foram muito discretas. Marcello, eleito, considerava “perfeitamente normal” a revista a crianças: “antes (...) isso do que ser (...) usada como avião pelo tráfico” (*JB*, 24/11/95). Entrevistas que realizei na época com pessoas das classes subalternas revelaram a mesma avaliação: embora não desejável, esse procedimento era inevitável, pois os bandidos obrigavam os favelados a lhes servir.

Surgia, assim, a tese dos excessos, extremamente útil por permitir manter a ambigüidade em relação à cidadania dos favelados, à temática dos direitos humanos e à atuação policial, ao mesmo tempo em que deslocava para os criminosos a culpa pelas violações aos direitos. O editorial do *JB* comentando a Operação Rio no Complexo do Alemão é exemplar: “Cometeram-se excessos, inevitáveis acidentes de percurso numa operação de guerra contra o crime organizado” (“A guerra das imagens”, 18/1/95).

A manutenção de altos índices de criminalidade levou, no entanto, ao reconhecimento do fracasso da Operação Rio. Uma foto de meia dúzia de armas ultrapassadas e um punhado de munição, que teriam sido depostas pelo crime organizado, foi a imagem que ficou do período, instigando o desânimo da cidade. Novo convênio foi firmado, a partir de 3/4/95 e por tempo indeterminado, reservando às Forças Armadas o apoio logístico, operacional e de inteligência; retirando-as, portanto, do confronto direto com o narcotráfico. A Operação Rio II previa, também, a ocupação mais longa das favelas e uma “ação social significativa” através dos CCDC (*O Globo*, 6/4/95).

Convém destacar que a utilização do exército no combate ao moderno crime organizado significou acionar um recurso simbólico de grande significação no imaginário nacional. Por seu potencial de informação e repressão posto em prática durante a ditadura e, também, por nunca terem sido derrotadas militarmente em guerras formais, as Forças Armadas representavam um trunfo final e definitivo.⁷ A percepção generalizada de seu fracasso favoreceu a radicalização em torno do tema, introduzindo um novo significado para a equação cidadania e segurança. Abriu-se, para a cidade, um dilema entre quem poderia (e em que termos) desfrutar de cidadania e segurança.

Dois episódios foram emblemáticos desse dilema: o caso do cabo Flávio e a crise de Santa Teresa, que passo a analisar. Pretendo demonstrar que à medida em que se consolidava a metáfora da guerra, foi se ampliando a rejeição da imprensa e da população à temática dos direitos humanos e dissolvendo a ambigüidade quanto à cidadania dos subalternos, numa clara conexão com a construção da idéia da incompatibilidade desses princípios e institutos com a segurança pública.

O caso cabo Flávio: uma experiência carioca de banalização do mal

Nos primeiros dias de março a televisão trouxe para as casas a cena das ruas. Um policial, o cabo PM Flávio Ferreira, executou um assaltante com três tiros e diante de uma câmera de TV. O episódio se passou em frente ao *shopping* Rio Sul, sendo diretamente assistido por populares. Onze policiais o acompanhavam no momento da execução; nenhum tentou impedi-lo. Posteriormente, o cabo afirmou que atirara em legítima defesa, mesmo estando o assaltante completamente subjugado. A imprensa anunciou que o cabo Flávio

Prevalecia a lógica da repressão à marginalidade, identificando as classes subalternas como classes perigosas.

já havia tentado ocultar outra morte, de um comerciante, numa ação de perseguição de assaltantes no Cachambi. Registrara, na ocasião (1992), morte de assaltante com resistência à prisão e não fora punido (*JB*, 7/3/95).

O debate que se seguiu é revelador. A vítima era um assaltante. Merecia ser executada? Por outro lado, se o PM tivesse esse direito, ao arripio da lei, essa impunidade poderia ser acionada para atingir pessoas de bem, como o comerciante. A posição das autoridades públicas primou pela ambigüidade. O governador inicialmente, embora lamentasse o “excesso”, considerou que o PM cumprira seu dever (*JB*, 5/3/95). Em seguida recuou, declarando: “a atitude do cabo é intolerável. (...) Ele agiu como advogado, juiz e execu-

tor.” O comandante geral da PM, coronel Dorasil Corval, limitou-se a criticar a amplitude da liberdade de imprensa que mostrara imagens tão fortes (*JB*, 7/3/95). No mesmo espírito que condenava não o ato, mas sua visibilidade, uma entrevistada pelo *JB* afirmou: “Só acho que a morte do assaltante não precisava ser na frente de todo mundo, de senhoras e crianças (...) porque esta imagem choca” (*JB*, 6/3/95).

O *JB* pronunciou-se contra a impunidade, atribuindo-a ao corporativismo (justiça militar como foro especial e uso de policiais como testemunhas básicas dos IPMs) e a uma concepção de segurança arcaica e equivocada – o controle da criminalidade pela matança: “Os novos tempos exigem polícia mais bem preparada, com recursos tecnológicos (...) bom policial não mata suspeito pelas costas. Corporação sem boa imagem pública perde condição de defender a segurança pública” (Editorial, 7/3/95).⁸

7– A carta “Temos exército?”, publicada com grande destaque pelo *JB* em 10/5/95 e discutida em seguida por outras cartas de leitores, é representativa do ponto destacado.

8– Posição similar era a de *O Globo*, que defendia o uso de mecanismos institucionais e persuasivos para romper a solidariedade forçada dos favelados em relação aos traficantes: “É por isso que o policial que entra na favela atirando para todos os lados não está apenas desprezando o risco de balar inocentes: (...) está sendo incompetente, tática e estrategicamente.” (Editorial “Guerra ao medo”, 30/10/94).

9– Acompanhei, durante a semana seguinte ao episódio, a sessão “A opinião dos leitores” do *JB*. Das 18 cartas publicadas, 10 eram favoráveis ao cabo Flávio e 8 contra. A maioria daquelas foi escrita imediatamente depois do caso, enquanto as últimas foram posteriores à indignação quanto ao apoio ao PM, expressa por Luís Fernando Veríssimo e Jurandir Freire (respectivamente em 8/3 e 12/3), dois grandes formadores de opinião no Rio de Janeiro.

A reação de seus leitores⁹, contudo, já demonstrava que se construía na cidade a concepção inversa: se o Estado não garantia lei, ordem e segurança, o corpo que o fazia, da forma que o fazia, era a única alternativa dos cidadãos. Entre a lei e a ordem, preferia-se a ordem, legitimando o “vigilantismo” dos policiais¹⁰. Acusando a imprensa e as autoridades de “demagogia e tratamento cruel” ao PM, as primeiras cartas (7/3/95) favoráveis ao cabo defendiam “promoção”, “elogio” e “medalha” para quem “livrou a sociedade de mais um bandido” (2 cartas), enquanto em outra lia-se “bandido não se prende, mata”. A opção bandido ou cidadão era dada como evidente, opondo PM e



missivistas aos defensores de direitos humanos que protegiam criminosos sem se comoverem com os “milhares de assassinatos de cidadãos comuns”. Apenas 2 cartas manifestavam indignação, diante do “horror, crueldade e frieza do assassinato”. Algumas das cartas seguintes, no entanto, já revelavam a influência dos formadores de opinião, por vezes explicitamente citados, pronunciando-se contra a violência e a barbárie, oposta à lei e civilização (3 cartas em 9/3 e outras tantas em 14/3). Persistia, também, a caracterização dos direitos humanos como algo que “só é lembrado” e “só serve para defender bandidos” (2 cartas em 9/3, 1 no dia 12), ao lado do argumento de que enquanto o policial “participa dessa guerra por dever de ofício” e sob “alta tensão”, o “assaltante escolheu e premeditou livremente a ação” (12 e 9/3).

*Entre a lei e a ordem,
preferia-se a ordem,
legitimando o
“vigilantismo”
dos policiais.*

Os resultados desse levantamento foram confirmados por pesquisa do Vox Populi. Enquanto no Brasil 24% dos entrevistados pronunciaram-se a favor da absolvição do cabo Flávio contra 39% que defenderam sua condenação, no Rio esses percentuais foram, respectivamente, 47% (praticamente o dobro da média brasileira) e 38% (JB, 20/3/95). O alto índice carioca de uma absolvição sem qualquer amparo legal, tratando-se de um assassinato a sangue-frio, representa, senão um questionamento, ao menos uma estranheza em relação aos princípios éticos

dos direitos humanos e aos procedimentos da lei e da justiça.

É evidente que o caso cabo Flávio não produziu, mas apenas condensou uma corrente de opinião que já operava na cidade, articulada à tese dos “excessos” admitidos em uma guerra. Contudo, ao publicizá-la, conferiu-lhe alguma legitimidade sugerindo razões de Estado. Afinal há diferenças entre afirmar pura e simplesmente, como faz Sivuca, que “bandido bom é bandido morto” e escolher entre bandido e cidadão.¹¹

10— Cf. o uso que Paulo Sérgio Pinheiro faz desse conceito, isto é, a atuação policial além da lei e sem controle do Judiciário, que faz uso da tortura e desrespeita as tradicionais garantias democráticas aos cidadãos (“preceitos rigorosos (...) para a detenção, guarda de suspeitos, direito a defesa de advogado, tomada de depoimento”) por considerá-las um luxo inaplicável no combate aos inimigos da sociedade — hoje os criminosos, em outros momentos as classes populares, sindicalistas e militantes de esquerda. “Polícia e crise política”. VVAA, *a violência brasileira*, SP, Brasiliense, 1982. Considerar que, recentemente, o aparato policial, na pessoa do delegado Hélio Luz, chefe da polícia civil, reconheceu que a tortura era rotina da Divisão Anti-Seguestro/DAS (JB, 31/8 e 3/9/95).

11— O argumento seguinte se reproduz em várias cartas: “o conceito de direitos humanos precisa de interpretação mais correta (...) não pode ser unilateral (...) As entidades civis se esquecem dos direitos humanos das vítimas (...)” (JB, 28/12/94, grifo meu); sendo apropriado pelo aparato policial, como ilustra a declaração do assessor de comunicação social da Secretaria de Segurança Pública: “convidamos as entidades de defesa dos direitos humanos para o enterro (de um PM), já que costumam ir ao dos bandidos” (JB, 15/4/95).

O conflito social moderno eclode como uma crise relacionada com a confiança e efetividade das normas sociais.

Essa foi a opção que se delineou para a cidade. Progressivamente, a imprensa, as autoridades públicas, os partidos e a população foram chamados a escolher um dos lados da “cidade partida”. A imagem da guerra era recorrente. Ganhou força o diagnóstico da anomia, resultante da convivência forçada da “cidade legal”, democrática e civilizada, com a “cidade ilegal”, da desordem e da barbárie e levando à desmoralização da lei, da ordem, das instituições. O governador defendia, ainda, a “conciliação do uso da força estatal com os direitos individuais e suas garantias” (Marcello Alencar, “Base da ação responsável”, *JB*, 26/4/95). O prefeito atacava a política do ex-governador Leonel Brizola que criara a “disjuntiva básica do Rio”: “de um lado o lumpesinato e seus partidos. E de outro lado a sociedade legal e seus políticos.” (César Maia, “Os dois Rios”, *JB*, 28/4/95).

A ressonância desse tipo de argumentos entre os cariocas pode ser exemplificada com a carta ao *JB* de um movimento dos “sindicatos pela cidadania de Ipanema”, com seis mil assinaturas, que opõe “cidadãos corretos e cumpridores de seus deveres que não podem mais sequer sair de seus prédios” aos “marginais [que] (...) apoderaram-se dos locais públicos (...) defendidos por errôneas interpretações de leis sociais (...) privilegiados em seus direitos humanos.” E reivindica “onde está a proteção que nos é devida por lei? (...) segu-

rança é um direito da pessoa garantido pelo Estado. Esta guerra (...) [é] uma guerrilha civil (...) entre delinquentes e pessoas de bem. Exigimos nosso direito de ir e vir, protegidos por um policiamento eficaz (...) exigimos nossa cidadania!” (*JB*, 27/4/95).

A rejeição à temática dos direitos humanos deve ser enfocada sob dois aspectos. Primeiro, a percepção dos direitos humanos aparece totalmente dissociada dos direitos de cidadania.¹² Os direitos humanos são conotados como direitos dos presos, delinquentes, marginais; uma espécie de salvaguarda ou último recurso daqueles que não pertencem à sociedade.¹³ E, ainda, são genéricos: traduziriam alguma consideração por bandidos que afinal de contas são homens. Nesse sentido, encontram-se em clara oposição aos direitos de cidadania, específicos e devidos às “pessoas de bem”. Segundo, a crítica aos direitos humanos opera em dois planos, que podem ou não estar combinados: a inaplicabilidade dos direitos hu-

Progressivamente, a imprensa, as autoridades públicas, os partidos e a população foram chamados a escolher um dos lados da “cidade partida”. A imagem da guerra era recorrente.



12– Considerados como direitos pertinentes à humanidade, à dignidade de todo ser humano, os direitos humanos são definidos como aqueles que, ao longo da história, materializaram “os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. A 1.ª geração, englobando os direitos civis e políticos e as liberdades individuais (...) A 2.ª direitos econômicos e sociais (...) vinculados ao mundo do trabalho (...) A 3.ª (...) direito à autodeterminação (...) ao desenvolvimento (...) à paz (...)” M. V. Benevides, “Os direitos humanos como valor universal”. *Lua Nova*, nº 34, 1994.

13– Pesquisa realizada pelo Ibope, em 1990, no Grande Rio, Grande São Paulo e em Recife, para a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, revelou que 71% dos paulistas e 69% dos cariocas concordavam total ou parcialmente que, no Brasil, o criminoso tem mais direitos que a vítima. A pesquisa identificou, ainda, que “quanto mais pobre o meio, maior a concepção de que a violação dos direitos humanos estava ligada às necessidades básicas, à esfera da sobrevivência.” (*JB*, 6/2/94). Em entrevistas realizadas em julho de 1995, nas cercanias da favela de Antares em Campo Grande, verifiquei uma expressiva rejeição dessa temática sintetizada na afirmativa: “esse pessoal (...) não faz nada pelos pobres só se preocupa com os bandidos”. Nenhum dos informantes associou direitos humanos à proteção contra a violência estatal, embora quase todos tenham comentado a violência policial e considerado que a justiça só condena “preto e pobre”. A posição dos moradores da Tijuca, entrevistados na mesma ocasião, pode ser condensada na fala de uma estudante de 25 anos: “Não suporto essa gente!”

manos em uma conjuntura de guerra (ou seja, perdem o estatuto de valores éticos fundamentais) e a perda da condição de humanidade atribuída aos criminosos¹⁴ e, muitas vezes, estendida às classes populares que apresentariam a potencialidade de delinquir (o que fundamenta, justificando-a, a separação social).¹⁵

A crise de Santa Teresa: afinal, o morro tem ou não cidadãos?

Santa Teresa é um bairro carioca, antigo e aprazível, entre o centro da cidade, o Catumbi, Laranjeiras e Cosme Velho. Geograficamente representa uma mediação entre Zona Sul e Zona Norte; culturalmente é um lugar “alternativo”. Apresenta a peculiaridade de ser um bairro situado no morro, com 14 favelas e 22 acessos. Rompe, portanto, o padrão carioca de claras fronteiras espaciais entre morro e asfalto, entre favelas e moradias regulares da classe média. Em Santa Teresa, o morro é o espaço de ambas. Certamente elas não se interpenetram, pois vigoram fronteiras sociais e simbólicas demarcando seus territórios.

A crise de Santa Teresa começou com uma disputa de quadrilhas rivais pelo controle do Morro dos Prazeres, no início de maio de 1995. Disputa que, pelas próprias características do bairro, não se ateve ao território da favela, espalhando-se pelas ruas e atingindo as moradias regulares. A longa duração do conflito, sua intensidade e o envolvimento de pessoas das classes médias (casas usadas como esconderijo/posição de tiro, carros usados para fugas com os donos como motoristas) somaram-se às 217 ocorrências (furtos, roubos e assaltos) que haviam sido registradas de janeiro a abril de 1995 na 7ª DP (JB, 14/4/95). Santa Teresa representou, no imaginário carioca, a ruptura dos tradicionais códigos

de vizinhança das favelas e a dissolução material e simbólica das fronteiras sociais. Começava, de fato, a guerra. O morro descia e assaltava o asfalto.

Das muitas questões suscitadas por esse episódio, gostaria de destacar duas. A primeira, o respeito ou não aos direitos humanos dos criminosos, parece ter obtido o consenso entre os personagens que se puseram em cena. O gover-

À medida em que se consolidava a metáfora da guerra, ia se ampliando a rejeição da imprensa e da população à temática dos direitos humanos e dissolvendo a ambigüidade quanto à cidadania dos subalternos.

nador responsabilizou-se pela nova orientação policial “quem levantar a arma contra a polícia morre” (JB, 6/5/95) sob os aplausos do *Jornal do Brasil*, que sustentava: “Não há como invocar ‘direitos humanos’ quando eles só beneficiam homicidas e drogados” (“A guerra da lei”, Editorial, 9/5/95), “comprometendo a eficácia policial e a proteção aos cidadãos” (Editorial, “Cidades sitiadas”, 19/5/95). O secretário de segurança, general Euclimar da Silva, era apresentado como um burocrata, incapaz dessa “ação enérgica”. (*O Globo*, 14/5/95). Na Assembléia Legislativa, aliados de Marcello do PP e do PTB exigiram sua substituição imediata, alegando: “ele está mais para dom Hélder Câmara do que para Sivuca” (Jarbas Stelmann/PTB, *O Dia*, 6/5/95). Essa crise se resolveu com a no-

meação do general Nilton Cerqueira – um “duro histórico” – para a Secretaria de Segurança. Atirar primeiro e conferir depois; não prestar ajuda a bandido ferido; sigilo e surpresa na ação policial foram suas novas orientações, que despertaram o seguinte comentário de editorial do JB: “a polícia pretende voltar a servir aos cidadãos, deixando de facilitar a vida dos bandidos” (“Selo de garantia”, 24/5/95).

Mas, a segunda questão era precisamente essa. Definir quem eram os cidadãos que deviam ser protegidos pelo Estado e quais os seus direitos fundamentais a serem resguardados. Quanto aos criminosos, a questão estava resolvida. Operando com a dissociação entre direitos humanos e direitos de cidadania apontada anteriormente, a negação dos primeiros já presumia a dos últimos. O problema, contudo, concernia aos favelados: constituíam ou não cidadãos a serem protegidos pelo Estado e servidos pela polícia? Diante desse dilema, mesmo que os atores tenham demonstrado certa ambigüidade em relação ao tema, a

14– Recente editorial do JB sobre o seqüestro de um médico é representativo desta formulação: “(...) estes criminosos não têm direito algum. Colocaram-se fora da sociedade civilizada, fora das leis, fora do gênero humano, ao perpetrarem um crime tão hediondo. Essa gente não merece contemplação. Não merece piedade. Não merece comiserção. Em sociedades mais duras certamente se arriscariam a uma condenação à morte. Esperemos, pelo menos, que, capturados, possam apodrecer na prisão (...)” (25/8/95).

15– Outra pesquisa, desta vez do Vox Populi, revela um dado significativo no que concerne ao aspecto ressaltado: 39% dos cariocas consideram os pobres, seguidos pelos ricos (28%), como os maiores responsáveis pela violência urbana. No resto do país, os números se invertem com 36% atribuindo aos ricos, através da corrupção, a responsabilidade pela violência, enquanto 28% responsabilizam os pobres (JB, 24/4/94).

crise de Santa Teresa revelou-se paradigmática de como, no Rio de Janeiro de hoje, vêm sendo elaboradas a imagem de uma cidadania “adequada” e representações articuladas à exclusão social.¹⁶

Analisando a posição do *Jornal do Brasil*, neste episódio, foi possível identificar claramente a construção de duas imagens polares, a partir da metáfora de guerra. De um lado os cidadãos, honrados, honestos, pessoas de bem, aproximados dos proprietários, consumidores, mas identificados como contribuintes e eleitores, para os quais a segurança constituía a condição para o usufruto do que seriam os direitos fundamentais de cidadania – a vida, a propriedade e a liberdade para desfrutar de ambas. De outro, o morro – categoria que não distinguia marginais e favelados. A vinculação entre os dois segmentos foi operada através da atribuição aos últimos de uma dupla condição: ora eram designados como reféns do crime organizado, ora como clandestinos e coniventes com este. No primeiro caso, o *JB* advertia: “Um milhão de favelados estão sob o tacão de facínoras (...) Não se pode cultivar a ilusão de criar cidadania antes de impor a lei”. No segundo, analisava: “Um milhão de favelados vivem hoje no Rio à margem da sociedade legal e organizada que paga impostos e faz jus aos serviços de segurança, coleta de lixo, água, gás canalizado e telefones. (...) A população favelada continuará sendo cúmplice coagida dos meliantes (...)” (editorial “A guerra da lei”, 9/5/95).

Assim, explicitando a necessidade de “levar a lei às favelas, estender os direitos civis aos excluídos” (editorial “Armas, polícia, ação”, 4/5/95), explicitava-se também que eles haviam escolhido a não-cidadania ao optarem pela “cidade ilegal”. A distinção básica aqui é a identidade de contribuin-

O Rio de Janeiro parecia recriar a França revolucionária proclamando seus “direitos do homem e do cidadão”: liberdade, propriedade e segurança, o núcleo histórico dos direitos civis.

te, a contraface do cidadão, que no ideário da cidade partida opõe-se ao lumpesinato, às “hordas de flagelados e imigrantes” que teriam invadido os morros nos governos Brizola. Nesse sistema de nomeação, os “cidadãos honrados” não se opõem apenas aos delinquentes, mas também aos favelados; todos em posições que derivam afinal do livre-arbítrio. Responsabilizados os favelados por suas escolhas pretéritas, diluía-se a responsabilidade do Estado quanto a sua proteção quando em combate ao crime.

Um exemplo contundente é o que se segue. Nos episódios de Santa Teresa, dos três jornais analisados apenas *O Dia* ressaltou a violação da cidadania dos moradores do Morro dos Prazeres, noticiando que os mesmos, ao saírem para o trabalho, deixavam um bilhete na porta indicando com que vizinho estava a chave, numa tentativa de evitar o arrombamento e a invasão (6/5/95). *O Globo* silenciou quanto à questão, enquanto o *JB* adotou a tese dos “excessos”.

Quanto aos direitos de cidadania a serem preservados, o Rio de Janeiro parecia recriar a França revolucionária proclamando seus “direitos do homem e do cidadão”: liberdade, propriedade e segurança, o núcleo histórico dos direitos civis. Uma idéia recorrente nos editoriais analisados era a necessidade de restaurar a liberdade... de

ir e vir, idéia construída sobre a constatação da subversão da ordem: bandidos soltos e população que paga impostos atrás das grades. O tema da propriedade, obviamente suscitado pelos roubos, furtos e assaltos, vinculou-se à deterioração do patrimônio dos cidadãos com a guerra na cidade e a omissão do Estado quanto à sua atribuição básica: propiciar a segurança dos cidadãos. Também o governador partilhou essa concepção. No artigo “Co-responsabilidade e unidade” (*JB*, 25/5/95) convocava-se imprensa e povo para uma cruzada cívica em defesa dos “direitos à vida, à segurança e de ir e vir”.

O mesmo discurso foi usado por moradores de classe média da Tijuca e de Copacabana, entrevistados em julho de 95. Apresentavam-se encurralados pela violência, vítimas e/ou reféns dos bandidos. Em seus depoimentos prevalecia a metáfora da guerra e do cerco, identificando a liberdade de ir e vir como a condição básica da cidadania: “Eu acho (a violência) uma coisa horrível. Eu me sinto como se fosse um marginal, dentro do meu apartamento presa. Copacabana já foi a princesinha do mar, hoje é o caldeirão do diabo” (mulher, 50 anos, síndica de seu prédio).¹⁷

16– Consideramos aqui os principais atores que disputaram essa questão (o prefeito, o governador e o *JB*), além das entrevistas realizadas e que serão analisadas adiante. Notar que o governador, por exemplo, mesmo optando pela “ação enérgica” sustentara pouco antes: “Aceitamos até o confronto com os marginais, mas não alucinadamente, entrando nos morros e metralhando tudo, como se fez em outros tempos, sem nenhum resultado e trazendo desespero para as populações carentes” (*JB*, 5/5/95).

17– É interessante observar que nas entrevistas realizadas em Antares o discurso revelava resignação e impotência face os desmandos do tráfico e da polícia. A violência tendia a ser subvalorizada: “não é lá essas coisas, não”.

Foi possível identificar, portanto, que a questão posta em discussão no Rio de Janeiro por seus governantes e principais jornais consiste em saber se é possível conciliar segurança e cidadania para todos os habitantes da cidade. Observei, também, que para uma forte corrente o tratamento dessa questão vem passando pela elaboração/difusão de uma noção de “cidadania adequada” a ser protegida (segurança) e de seu corolário, a de uma “subcidadania” referente a segmentos não protegidos e mesmo excluídos à cidadania por sua atuação ou potencial perversos em relação à ordem social. Em decorrência, duas possibilidades estão colocadas para a cidade: apartação ou incorporação. A primeira, clara para os criminosos e ambígua em relação aos subalternos, sugere que para todos aqueles figurados como disruptivos em relação à ordem social e, particularmente, à reconstituição da cidade do Rio de Janeiro, parece não existir qualquer horizonte legítimo quanto à cidadania, segurança ou direitos humanos.

A segunda alternativa, a incorporação (presente nas estratégias de instauração da cidade legal nos morros), vem sendo posta de

forma extremamente restrita. Articulada à estratégia de “levar a lei aos favelados”, vem se traduzindo basicamente em proporcionar aos excluídos primeiro os direitos civis e, depois, os direitos sociais. O problema está na identificação, acima apontada, de direitos civis apenas com liberdade, propriedade e segurança e em uma redução dos direitos sociais à implantação dos CCDC. Observe-se, ainda, a completa ausência de qualquer referência aos direitos relacionados ao mundo do trabalho. Pode-se argumentar que essa ausência expressaria apenas a estranheza da “cidade ilegal” quanto à regulamentação dessa esfera. O que é fato, mas é pouco. Pode o Estado, com a crise e reestruturação da sociedade brasileira, acenar com direitos nesse campo? Entendo, ao contrário, que esse silêncio evoca o esgotamento da cidadania regulada no Brasil.

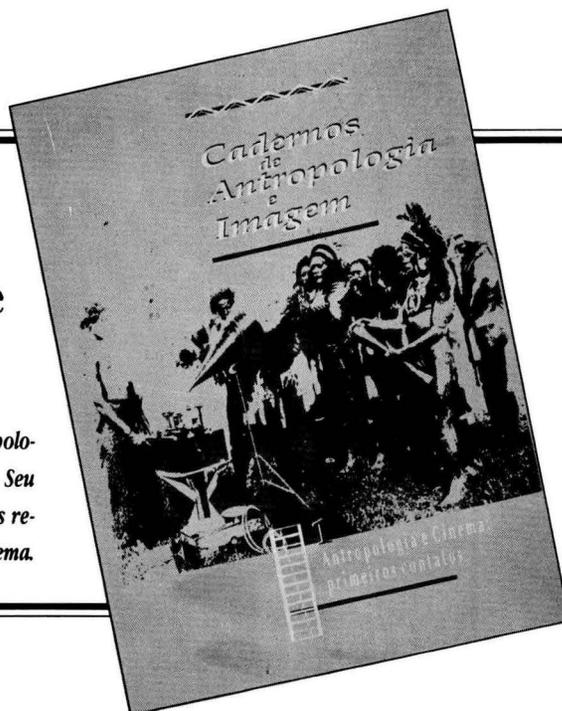
As dificuldades em pensar políticas de segurança pública sob controle democrático, como é característico de um estado de direito, explicitam a pertinência das reflexões de Ralph Dahrendorf, originalmente sobre a Europa ocidental moderna, em relação à situação carioca. Foi este autor que reto-

mou a idéia de anomia, argumentando que o conflito social moderno não mais eclode na forma de guerra revolucionária, luta de classes ou luta política, mas como uma crise relacionada com a confiança e efetividade das normas sociais devido à incapacidade da sociedade, no todo ou em parte, em aceitar os valores que as fundamentam. Mas Dahrendorf advertia: “A anomia não pode perdurar. Ela é um convite aos usurpadores para que imponham um falso sentido de ordem. (...) O risco da anomia é a tirania, sob qualquer forma que assumam”.¹⁸ Esta talvez seja a questão mais urgente e fundamental a demandar a atenção da cidade. □

18— Por isso, as sociedades contemporâneas assistiriam ao surgimento de “áreas proibidas”, parcelas da sociedade infensas aos valores e normas prevalentes, configurando espaços fora do controle da sociedade inclusiva, como os guetos por exemplo. Mais sérias contudo seriam, na opinião do autor, as “áreas proibidas simbólicas”, que “têm a ver com a maneira pela qual a lei é aplicada, ou melhor não aplicada”, constituindo áreas em que as pessoas violam a lei confiantes na impunidade. “Conflito social moderno”, *O conflito social moderno. Um ensaio sobre a política da liberdade*. RJ/SP, Jorge Zahar/Edusp, 1992, pp. 171/172.

Cadernos de Antropologia e Imagem

Publicação do Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI) da UERJ. Seu primeiro número é dedicado às relações entre antropologia e cinema.



ONDE ADQUIRIR:

Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI)
Oficina de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais - UERJ
Rua São Francisco Xavier,
524 - Sala 9001/A
CEP 20.550-013 - Maracanã
Rio de Janeiro RJ
Tel: 284 8322/r.7587 e 7590
Fax: (021) 228 4049

CONSTRUINDO UMA DEMOCRACIA COM ALMA SOCIAL

Entrevista com Emir Sader

PROPOSTA – Gostaríamos que você relacionasse a crise e a globalização/reestruturação das sociedades contemporâneas com o cenário de fragmentação, exclusão e apartação social que vem dominando as grandes cidades brasileiras.

EMIR SADER – A crise da chamada globalização econômica e a respectiva reestruturação social que ela traz em seu bojo acentua e multiplica as diversas formas de fragmentação, exclusão e apartação social que têm caracterizado as grandes cidades brasileiras nas últimas décadas.

Ao concentrar renda, ao informalizar aceleradamente a economia – e, com ela, as relações de trabalho –, o estágio atual do processo de acumulação de capital em escala internacional, conforme o modelo hegemônico neoliberal que o comanda, atenta diretamente contra o universalismo das relações sociais, contra as dimensões públicas que ele havia adquirido – de uma forma ou de outra – com o Estado de bem-estar social no capitalismo metropolitano, com os “socialismos de Estado” na URSS e, no Leste europeu e com os “populismos” latino-americanos.

Como uma característica deste século, Eric Hobsbawm aponta o “desaparecimento do campesinato”, ou melhor, a urbanização radical das sociedades contemporâneas. Com exceção da África e de regiões asiáticas – como China, onde vivem um de cada quatro habitantes do mundo, com uma popu-

lação rural de cerca de 70% –, a maioria esmagadora das pessoas habitam cidades e, essencialmente, grandes cidades e, mais particularmente, suas periferias. Isto sem que a grande maioria desses países tenha resolvido sua questão agrária, tanto a democratização da posse da terra, quanto uma política agrícola que atenda as necessi-

O Brasil é o terceiro exportador mundial de alimentos, utilizando apenas 10% da terra cultivável. Os sem-terra apresentam níveis de produtividade mais alto do que a média da agricultura brasileira.

dades básicas de toda a sociedade. A população expulsa dos campos é um excedente “social” não econômico: é expulsa não porque aquela que ali trabalha já produz o suficiente para a economia, mas porque não encontra condições mínimas de vida, que começam pelo próprio acesso à terra.

O Brasil é o terceiro exportador mundial de alimentos, utilizando apenas 10% da terra cultivável. Os sem-terra apresentam níveis de produtividade mais alto

do que a média da agricultura brasileira. Isso demonstra o potencial de produção agrícola de um país em que as condições de vida na cidade tem a ver diretamente com aquelas existentes no campo.

A expulsão dessa população do campo para os grandes centros urbanos não correspondeu com a ampliação do mercado de trabalho nas cidades, desde os anos 50, quando o capitalismo absorvia mais mão-de-obra do que atualmente. Esse desequilíbrio se acentuou quando o modelo neoliberal começou a ser levado à prática, no último ano de governo Sarney, com Mailson da Nóbrega e sua política de “feijão com arroz”, tentativa engraçadinha de dar uma fisionomia cabocla ao *laissez-faire* reaganiano e thatcheriano.

Setenta por cento da população brasileira vive em cidades, grande parte sem infra-estrutura mínima. Em São Paulo, 70% não têm sua moradia legalizada, o que significa que não dispõem de condições mínimas de cidadania.

A informalidade das relações de trabalho acentua isso. Os desempregados – mesmo do ABC paulista – perdem seus empregos para sempre: com a indenização –

EMIR SADER – Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor desta mesma universidade; professor coordenador do curso de pós-graduação em Políticas Sociais da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A legitimidade do governo FHC reside estritamente na estabilização da moeda e nos supostos efeitos de aumento da capacidade aquisitiva da população. Seu mandato veio daí e aí se esgota.

quando ela existe – pagam o aluguel e algumas dívidas, depois mandam a família para o Nordeste ou para o interior – quando dispõem desse recurso – e, em três meses, estão vivendo embaixo da ponte, literalmente no abandono. Este é o aspecto mais cruel da política de rígido ajuste fiscal do governo atual. Quando FHC diz que está virando a página do getulismo, ele o está fazendo pelo lado mais positivo daquele período. Wanderley Guilherme, corretamente, constatava que a cidadania brasileira era condicionada à carteira de trabalho. Mesmo esse aspecto limitado está sendo dizimado, sob a sombra da terceirização, da engenharia, do trabalho precário, do trabalho doméstico.

A apartação social é o resultado imediato desse processo econômico e social: é a sociedade dos 20%, da separação radical entre as duas esferas do consumo. A economia brasileira cresceu nos últimos três anos, mas seus setores dinâmicos têm sido a exportação, o consumo de luxo e a especulação financeira. São os três setores que não dependem da expansão do mercado; até ao contrário, supõem uma concentração cada vez mais de renda na alta esfera do consumo. A crise é o ponto de chegada de um padrão de acumulação de capital que se adequou de forma reflexa, ao

longo das últimas décadas, às determinantes da divisão internacional do trabalho reinante.

PROPOSTA – Em que medida um quadro social urbano como o brasileiro, que reúne elementos de extrema desigualdade e violência, coloca em cheque a legitimidade dos padrões dominantes de modernização excludentes?

EMIR – A legitimidade dos padrões dominantes de modernização se concentra na capacidade de consumo dos estratos altos do mercado e nos seus efeitos de demonstração para o restante, via meios de comunicação. A legitimidade do governo FHC reside estritamente na estabilização da moeda e nos seus supostos efeitos no aumento da capacidade aquisitiva da população. Seu mandato veio daí e aí se esgota. O resto – embora essencial – é contrabando ideológico e trapaça política.

Mas, como em todo o processo de hegemonia ideológica, convivem vários discursos dirigidos a distintos públicos. A extrema desigualdade já foi classificada de “déficit social” herdado da ditadura militar e de seu modelo econômico, a tal ponto que o governo Sarney buscou legitimidade no “tudo pelo social”, dado que a crise social advinda de um modelo que havia postergado a repartição da torta para depois de seu crescimento nunca chegou a esse momento.

No neoliberalismo o discurso muda. A ineficácia do Estado, seu gasto excessivo – de pessoal, nas estatais etc. –, levam a culpa de parte dessa desigualdade. Por outro lado, o próprio neoliberalismo confessa que as camadas consideradas “muito pobres” sofrerão com as transformações que eles estão implementando na economia. Daí, surgem o Pronasol, do México, e o Comunidade Solidária, do Brasil, programas assistencialistas, foca-

lizados, compensatórios por parte de quem sabe que está produzindo uma devastação social. Quanto aos “pobres”, ao governo caberia dar-lhes condições de se recapacitar para enfrentar os desafios da modernidade: requalificação da força de trabalho, condições para se instalar por conta própria etc. Esse é o discurso. A expressão **justiça social** é substituída pela de **oportunidade**, isto é, virar-se no mercado, demonstrar condições pessoais de adaptação à nova situação. O neoliberalismo faz a apologia da desigualdade e a crítica da proteção. Esta bloquearia a capacidade das pessoas de se superar, de “ir à luta”, sem contar com amparos estatais, o que baixaria a produtividade do trabalho.

Quanto à violência, o discurso ideológico dominante combina elementos de maldade da natureza humana e outros de epidemias contemporâneas que assolam a todas as sociedades atuais. O Rio de Janeiro é utilizado como um caso de especial deterioração das condições de segurança pública, até bem pouco tempo, associados ao brizolismo, o que desembocou na operação ideológica de militarização da segurança pública, com intervenção mágica das Forças Armadas. Atualmente esse discurso se vê enfraquecido pela falta do brizolismo como responsável, e trata de se refugiar estritamente no binômio violência-corrupção como inerente à natureza humana, mais acentuados pelo jeito malandro do carioca etc., isto é, sempre pela naturalização do fenômeno.

As caravanas da cidadania de Lula na campanha presidencial do ano passado demonstraram como a denúncia das injustiças sociais tem uma força muito grande, colocando em xeque a legitimidade dos padrões dominantes de modernização excludente. No entanto, faltou acoplar a essas denúncias um projeto político e econômico mais claro, passando para a classe mé-

dia a capacidade de resolução dos problemas. O “denuncismo” passou, ao contrário, junto com a realidade das denúncias, um “baixo astral”, oportunisticamente aproveitado pelas empresas de publicidade da campanha de FHC.

PROPOSTA – A metáfora da guerra domina parte do imaginário social (guerra contra o crime ou guerra contra a inflação etc.), trazendo a irracionalidade dos processos sociais coletivos que embutem e produzem fragmentação e crise de identidade dos grupos sociais e dos indivíduos (a cidade dividida). Apesar do nível de generalidade das avaliações que recorrem a essas metáforas, será que os grupos sociais não estão de fato construindo identidades e produzindo ações com recursos culturais e instrumentais que fazem da força das armas e das divisões mecanismos necessários para o seu convívio e sobrevivência na cidade?

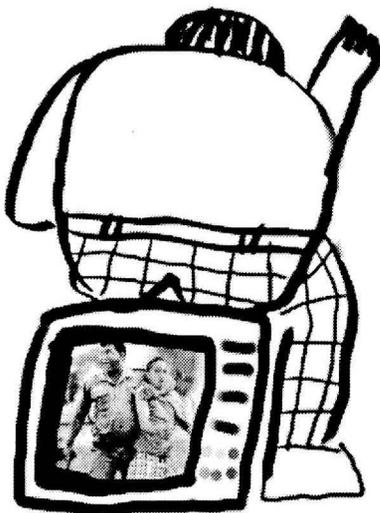
EMIR– O apelo imaginário a soluções drásticas – o apelo a “guerras” – é correlato, compensatório da impotência da sociedade de regulamentar e controlar suas relações. É o caso, por exemplo, da polícia do Rio de Janeiro. Sabe-se, por estudos históricos, que ela nasceu já com os mandatos de limpeza e manutenção da ordem social diante da onda de escravos recém-libertos. A essa função se acresceu a da repressão política, especialmente a partir do Estado Novo.

A corrupção começou a proliferar com o desenvolvimento do jogo do bicho, a partir do pós-guerra. A sociedade foi produzindo a sua polícia, que ela sabia mal remunerada, violenta e corrupta. Enquanto não foram afetadas a classe média e a burguesia, isso não foi problema. Quando os atos de extorsão, violên-

cia arbitrária, seqüestro etc. começaram a se estender socialmente, a partir dos anos 80, a “opinião pública” começou a quebrar o acordo tácito com a sua polícia.

Como solução mágica, quando se sente perder o controle dos conluios que permitiram uma convivência com a polícia, a classe média carioca apela para a “guerra”, numa operação de mídia, com a cobertura de gente que pretende a sociedade civil e o estado de direito e que participou ativamente da campanha de militarização da segurança pública e não veio depois a público para confessar seu grave erro.

Isso contribui para as falsas identidades com que se recobre constantemente o debate social. Uma delas é a oposição estatal/privado, instrumento central do liberalismo. Nela, o estatal aparece como aquele que atenta contra a liberdade, contra o indivíduo, que gasta mal, que é corrupto, enquanto o privado surgiria como o espaço da liberdade, do desejo, da imaginação. O infeliz título dado por Rubem César Fernandes a seu livro – “Público porém privado” – contribui para essa visão. Quando do que se trata, para construir uma democracia com alma social, é de organizar uma esfera pública, deslocando a polarização do liberalis-



mo pela introdução de um terceiro termo – o público –, chave da construção democrática.

PROPOSTA – A banalização da violência se dá num quadro estrutural de americanização ou de individualização perversa da sociedade brasileira com amplo respaldo na mídia que reproduz e acentua esse processo. A crise mexicana e os processos de ajuste apontam para o risco desse cenário fortalecer quadros de fujimorização que podem ser uma ameaça profunda para o desenvolvimento das instituições e do regime democrático entre nós. Como fica a ação dos atores sociais e dos sujeitos coletivos diante dessas dificuldades para a construção de uma esfera pública que aponte para uma democratização substantiva?

EMIR– Tudo o que é embrionariamente público está debilitado: as ONGs, as TVs cultura, as universidades públicas. Somente a democratização dos orçamentos públicos pode permitir à sociedade decidir para onde e para quem deseja canalizar os recursos extraídos dela.

Alternativas de endurecimento político – das quais Fujimori é o padrão, mas que se espalharam pela Bolívia, pela Venezuela e pelos governos que atuam por meio de medidas provisórias, dentre as quais está o de FHC – mostraram que valem a pena. A débil rejeição que Fujimori recebeu no início da dissolução do Parlamento foi substituída rapidamente pela consagração dos supostos resultados positivos – economicamente – de sua gestão.

A democracia é um obstáculo sério ao neoliberalismo. Da mesma forma que diz-se que o Estado de bem-estar social salvou a democracia do capitalismo, o neoliberalismo tenta salvar o capitalismo da democra-

cia. Ele avança tanto mais quanto maior foi a derrota dos movimentos sociais, da esquerda. Daí que tenha tido, até aqui, maiores avanços no Chile e na Argentina, onde a ação da ditadura militar foi mais extensiva. (No caso argentino se acrescentou outro elemento que depois foi difundido em outras experiências neoliberais – a chantagem da hiperinflação.)

O neoliberalismo acelera o processo de fragmentação social que dificulta a organização social. No primeiro ano do Plano Real, o trabalho informal aumentou em 17%, isto é, os trabalhadores sem carteira assinada. Aumenta enormemente a heterogeneidade entre os trabalhadores, a heterogeneidade entre uns e outros e a heterogeneidade na vida de um mesmo trabalhador que muda sua forma de reproduzir sua vida de um mês para outro.

Apesar de teorizar sobre o papel dos novos movimentos sociais, quando chega ao poder, Ruth Cardoso organiza o Comunidade Solidária sem chamar os movimentos sociais. Ao contrário, busca legitimidade social em artistas da Globo. Reitera como a política neoliberal é inimiga jurada da organização social, dos movimentos que a duras penas a luta democrática e cidadã no Brasil conseguiu organizar.

É a democracia que está em jogo no combate pela superação do neoliberalismo, a roupa que veste hoje o capitalismo, seu modelo hegemônico atual.

PROPOSTA – Dado que a crise de paradigmas se aprofunda e diante do descenso dos atores coletivos, como você vê a possibilidade de constituição de um projeto estratégico alternativo?

EMIR– As condições de construção de um projeto estratégico alternativo encontram num modelo de acumulação voltado para o mercado interno de massas seu pilar material mais importante. Os

países que conseguiram os maiores níveis de desenvolvimento – e inclusive de capacitação tecnológica – foram os que não seguiram o receituário neoliberal: o Japão, a Alemanha, a Coreia do Sul.

Temos que centrar esse projeto na redistribuição de renda, na multiplicação dos programas de saúde pública, de educação, de

Apesar de teorizar sobre o papel dos novos movimentos sociais, Ruth Cardoso organiza o Comunidade Solidária sem chamar os movimentos sociais. Ao contrário, busca legitimidade social em artistas da Globo.

habitação, de saneamento básico. Para tanto, se requer uma radical reforma tributária e fiscal, além do combate drástico à sonegação, para desprivatizar minimamente o Estado brasileiro e aparelhá-lo da vontade democrática da maioria da população.

Hoje isso passa necessariamente pela elaboração – uma dimensão propriamente teórica da crise da esquerda – e pelo combate ideológico na esfera pública. Pela primeira vez a esquerda perdeu a hegemonia no plano intelectual, o que não havia acontecido nem na ditadura militar. O esgotamento do neoliberalismo se torna cada vez mais evidente, sua força maior residindo no monopólio dos meios de comunicação e na falta de uma alternativa hegemônica global, com espaço de difusão e de debate.

PROPOSTA – Será que os processos de individuação e privatização não antecedem a rees-

truturação liberal e produtiva, constituindo-se de fato na matriz civilizatória do ocidente capitalista? Em caso positivo, o Brasil como país de capitalismo autoritário tardio e dependente, com seu darwinismo social e os ciclos de modernização conservadora não se constitui em um cenário bastante favorável para uma reconstrução hegemônica identificada com uma revolução liberal conservadora tardia?

EMIR– Há um processo em dois níveis. O neoliberalismo é a teorização desse processo e, ao mesmo tempo, sua condição de reprodução, na medida em que justifica e legitima certos valores indispensáveis para o neoliberalismo. O Brasil é o melhor cenário para o neoliberalismo. Em primeiro lugar porque a derrota de 1964 ficou relativamente distante. O capitalismo brasileiro chegou à ditadura militar ainda com o capitalismo internacional em ciclo expansivo, o que lhe propiciou um crescimento que os outros países, com golpes na década de 70, não tiveram. Houve, com base nisso, uma renovação social e política da esquerda, que resiste mais ao neoliberalismo do que nos outros países do continente. Basta dizer que em países como o México, a Argentina, a Venezuela, a Bolívia e o Chile, a central sindical fundamental – ou a única – está em mãos do partido de governo, aderindo ao neoliberalismo. No Brasil, o governo tem que se enfrentar com a maior central sindical e com uma esquerda organizada, ainda que debilitada, porque à falta de uma alternativa hegemônica combate apenas na defensiva.

Mas o Brasil é também um cenário de enfrentamento mais decisivo para o neoliberalismo pelo peso do país no continente e porque, ao contrário da Argentina ou do México, não há um processo de desmoralização da esquerda, de desarticulação generalizada. □

METÁFORAS DA DESORDEM*

José Augusto de Souza Rodrigues

Introdução

A partir da sua posse, os governadores eleitos em 1982 tiveram de enfrentar uma difícil e paradoxal situação política. Por um lado, como representantes de uma longa oposição política ao regime militar, tinham compromisso com a defesa dos direitos humanos e, conseqüentemente, com a universalização dos direitos civis, inclusive dos transgressores da lei. Por outro lado, como herdeiros de uma polícia com pautas de conduta e de atuação inteiramente inflexíveis sobre como impor a ordem pública e como combater o crime, tinham que contar com essas polícias para o cumprimento de sua nova obrigação política de manter a ordem.

Esta ambigüidade da política de direitos humanos foi vivida tanto no governo Brizola, no Rio de Janeiro, como no governo Montoro, em São Paulo – principalmente através dos episódios das “serpentes negras”, da desativação da ROTA e dos protestos gerados por essa medida –, de uma forma bastante dramática. O episódio da derrubada das grades do Palácio do Governo em São Paulo por uma multidão de desempregados, sem que houvesse qualquer reação da autoridade policial, tenha sido talvez o primeiro episódio marcante de uma série de “desordens” que explicitaram a situação paradoxal com que se depararam os governos opositores no poder.

Esta situação, que poderia ser chamada de “dilema circular da

ordem pública”, caracterizava-se pela necessidade desses governos optarem entre duas alternativas. Por um lado, colocar a polícia na rua para combater o crime geraria – dado o seu padrão inflexível de ação – inevitáveis transgressões dos direitos dos “suspeitos habituais”, gerando pressão da população mais pobre (e mais atingida) e dos grupos de Direitos Humanos; por outro lado, no entanto, inibir a ação policial, refluindo para a total ina-

A presença do tema da violência nos jornais visava induzir a população a pedir mais polícia para reprimir o povo.

ção e criando um contexto extremamente facilitador para a ação criminal teria como conseqüência a elevação dos índices de criminalidade e a formação de uma demanda pública e de pressão política para ações mais enérgicas de combate ao crime que, se tomadas, tenderiam a provocar violação dos direitos civis básicos.

Esta conjuntura política também é marcada pela explosão da crise fiscal do Estado brasileiro, pela abertura da discussão sobre a política de estabilização (tema que se estende até hoje) e pelas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tratava-se de

uma conjuntura eminentemente paradoxal, pois se a abertura política começava a transformar-se em transição democrática, através da conquista pela oposição da máquina administrativa dos principais estados brasileiros, a possibilidade destes governos estaduais implementarem estratégias distributivas estava seriamente comprometida tanto pela manipulação política dos recursos da União.

No momento em que se colocava em prática a questão do alargamento da cidadania, como incluindo evidentemente os direitos sociais componentes da noção moderna de democracia, a capacidade financeira do Estado brasileiro de implementar políticas distributivas estava seriamente comprometida. Nesse contexto, a questão da necessidade e urgência do ajuste, proposto pelo FMI e reconhecido pelo regime militar como necessário, serve como um divisor de águas entre governo e oposição, estabelecendo os termos do debate entre os que defendiam o ajuste fiscal e o pagamento da dívida externa e os que priorizavam a política social.

(*) Este artigo resume a dissertação de mestrado apresentada em janeiro de 1993 no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ).

JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA RODRIGUES – Doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A questão criminal insere-se no contexto deste debate através do argumento de que o aumento da presença do tema da criminalidade violenta das cidades nos meios de comunicação de massa seria produto de uma estratégia coerentemente articulada pelas elites dirigentes em razão da ditadura militar já não poder mais assegurar, através de sua política de repressão aos setores populares, as condições necessárias à reprodução da ordem burguesa. Avaliava-se, portanto, que seria fundamental para as forças da ordem construir uma base de massa que reivindicasse a contenção das revoltas populares espontâneas através de políticas repressivas implementadas a partir do aparelho policial.

Apesar da produção do medo do crime através da mídia ser interpretada, dentro desta vertente de pensamento, como funcional para a sustentação da política de estabilização do regime militar, muitas vezes não se conseguia escapar de uma contradição inerente a este tipo de explicação: a presença do tema da violência nos jornais visava induzir a população a pedir mais polícia para reprimir

o povo, mas, ao mesmo tempo, a violência também será definida como uma estratégia de sobrevivência, pois se a falência do modelo econômico produz a crise social, esta, por sua vez, produziria a violência. Paradoxalmente, portanto, o tema da reemergência das classes perigosas é tecido, a quatro mãos, pela grande mídia, pela *intelligentsia* opositora e, por que não dizer, pelas circunstâncias.

Embora o debate público seja de âmbito nacional, as cidades que referenciam efetivamente o debate são Rio de Janeiro e São Paulo, ainda que apresentando configurações totalmente distintas: enquanto violência, povo e polícia é o tema “carioca” por excelência, o autoritarismo social e a presença nas instituições de elementos da lógica totalitária parece ser uma questão genuinamente paulista.

O governo Brizola

A eleição de Leonel Brizola em 1982 foi interpretada como sendo simultaneamente uma vitória dos setores marginalizados da população, imposta ao regime militar, e uma derrota do que se denominava então “sociedade civil organizada”.

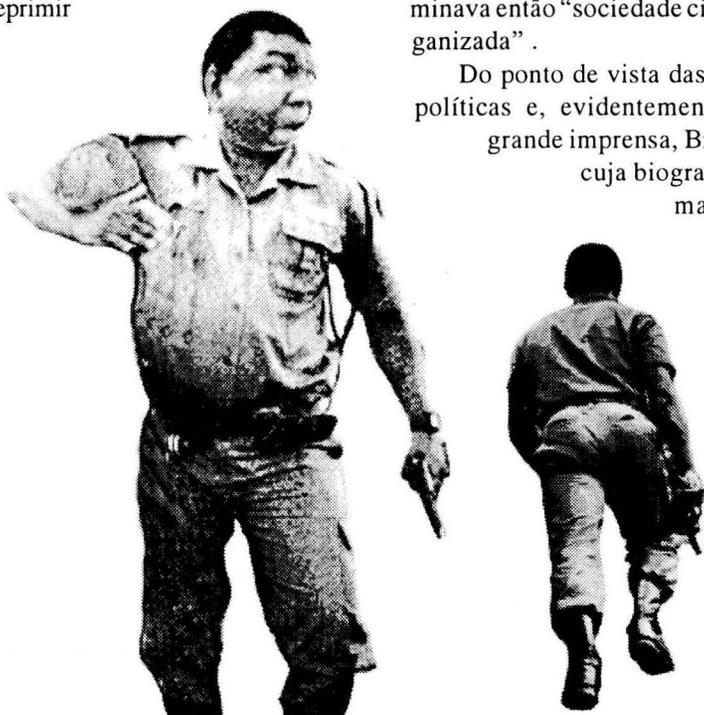
Do ponto de vista das elites políticas e, evidentemente, da grande imprensa, Brizola, cuja biografia foi marcada

pela palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra” e não por ter liderado a cadeia da legalidade, vinha de uma longa tradição na cultura política brasileira pós-getulista de não valorização dos mecanismos formais de representação e da denominada institucionalidade democrática, traduzindo uma antiga oposição entre substância e forma na política e na cultura brasileira e latino-americana.

Do ponto de vista da imprensa liberal, ainda estava por se demonstrar que o social-democrata comprometido com os procedimentos formais e institucionais da democracia representativa, filiado à internacional socialista, representava uma mudança substantiva do antigo caudilho, carismático e populista dos anos sessenta, e não apenas a sua mais nova máscara respeitável.

Entretanto, o campo onde o discurso e, principalmente, a prática do governo Brizola vão se chocar com a visão liberal não será mais o do “grande debate” sobre o formato da ordem política, até mesmo porque àquela altura havia entre as principais forças políticas uma convergência de opiniões em torno do esgotamento das fórmulas autoritárias e da necessidade de um *aggiornamento* democrático. A controvérsia será circunscrita ao “tema menor” da ordem e da segurança pública, e ao papel que caberia à polícia desempenhar na sua manutenção.

O *Jornal do Brasil*, que inicialmente tratou o problema da violência urbana como um problema social a ser enfrentado por toda a sociedade, assim como pelo governo, vai progressivamente abandonando esta abordagem editorial à medida que o governador insiste várias vezes em se pronunciar publicamente contra a reivindicação da imprensa em favor de uma prioridade para a segurança pública, argumentando que não iria reprimir o povo.



A partir deste momento, o debate intensifica-se, pondo em questão duas versões distintas do significado de uma organização democrática da vida pública. Enquanto os editorialistas do *Jornal do Brasil* concebem-na a partir do domínio da lei impessoal à qual todos se submetem, sendo precisamente esta subordinação que os define como cidadãos, a versão posta em circulação pelo governador parecia aproximar-se do ideal de incorporação das diversidades sócio-culturais cuja instância integradora não seria a formalidade da lei impessoal, mas a sensibilidade substantiva da sua própria arte de governo.

No tradicional conflito entre substância e forma no pensamento social brasileiro, Brizola inseria-se – agora no campo específico do debate sobre a ordem e a segurança pública – mais uma vez entre os substancialistas. Evidentemente, trata-se mais de um artifício retórico de construção de uma imagem pública de político preocupado com as questões de justiça substantiva do dia-a-dia do povo, sem as afetações e os formalismos da elite.

Mas os editorialistas avaliaram que o efeito perverso, a consequência efetiva do estilo brizolista de tratar os problemas de ordem pública, punha em risco os códigos de civilidade e normatividade jurídica que estruturam o espaço público, ao não coibir a emergência, em seu interior, de “ordens alternativas”, cujo princípio ordenador não era a racionalidade formal da ordem jurídica.

A problematização da violência urbana pelo jornal se dará a partir da constatação da liberalidade com que o governo permite o alargamento e a publicização destas outras ordens normativas capazes de fragmentar e implodir a ordem pública. Esta pulverização das ordens era, portanto, percebida como desintegração da ordem

mínima por forças irracionais, desencadeadas pela total ausência de ação normativa da parte do governo.

Embora esta interpretação da violência urbana no Rio de Janeiro fosse aplicada a todas as formas de “desordem” que ameaçavam a cidade, seu referente principal era a decisão do governador de proibir incursões massivas das forças policiais aos morros da cidade.

***Os editorialistas
avaliaram que a
consequência efetiva
do estilo brizolista de
tratar os problemas de
ordem pública punha
em risco os códigos de
civilidade e
normatividade jurídica
que estruturam o
espaço público.***

Produto de um acordo entre Brizola e lideranças das associações de moradores das favelas, que argumentavam serem as incursões policiais ameaçadoras e prejudiciais à ordem local das “comunidades”, a decisão seria duramente criticada pelo *Jornal do Brasil*, por equivar-se à concessão de “extraterritorialidade de fato” aos traficantes de drogas que lá se instalavam.

O modo como os traficantes de drogas utilizaram o arrefecimento da repressão policial para consolidar o seu poder nas localidades – é neste momento que surge a expressão “dono do morro” – deu origem à versão construída pela grande imprensa de que a ordem social nas periferias e favelas era mantida, não mais pelo Estado, e sim pelo crime organizado, e

à suspeita da existência de “ligações perigosas” entre o universo popular, o mundo do crime e o governo.

De fato, a imagem da favela construída neste período é ambígua, pois ora ela é um território ocupado pelos bandidos e entregue à própria sorte pelo descaso do governo estadual, ora ela é um foco de desordem, um obstáculo que ameaça a sociedade civilizada. Nesta oscilação da imagem da favela está implícita uma controvérsia sobre os atributos do “popular”, da “população carente” e o seu lugar político e simbólico na cidade.

Entretanto, o *Jornal do Brasil*, por exemplo, oscila, durante todo o período estudado – o início dos anos 80 –, entre lançar sobre o conjunto do universo informal da pobreza urbana o estigma de malta imersa numa ilegalidade difusa a ser controlada e disciplinada pela polícia, posta bem longe do mundo ordenado juridicamente das elites e das camadas médias, e centrar o foco narrativo da violência urbana sobre as “poderosas redes do crime organizado”, o núcleo duro do poder bandido que ameaça corroer as bases da ordem urbana e da disciplina social. Estas variações na imagem da favela, de uma certa forma, resumem a ambigüidade com que o *Jornal do Brasil* identificou os contornos e o espectro do mundo da desordem no Rio de Janeiro.

Por trás dessa variação de enquadramento, existem versões conflitantes sobre o lugar da plebe urbana na vida pública e na ecologia da cidade, dúvidas sobre os seus vínculos com a ordem jurídica e a racionalidade da lei, sobre se pertence ou não ao mundo ordenado da cidade.

Nesta ambigüidade das imagens, condensam-se as oscilações do jornal – e da imaginação social “branca” – entre a defesa do paradigma clássico de ordem urbana “civilizada” da Primeira Repúbli-



ca, baseado na delimitação de fronteiras simbólicas entre a *polis* modernizada e o mundo perigoso da plebe avessa à norma, movida por impulsos irracionais e a defesa de um novo padrão básico de ordem pública constituída a partir da lei; isto é, do alargamento de fato da cidadania civil.

Se, por um lado, esta problematização da favela extrai a sua intensidade dramática da expectativa criada pela mitologia urbana de que um dia o morro – concebido como um mundo inteiramente alheio ao padrão ético do resto da sociedade – “vai descer”, por outro lado, este medo é adensado pela presença do horizonte de futuros possíveis para as cidades latino-americanas, da figura arquetípica da cidade de Medellín: alegoria da desordem, decadência, violência e caos a que estaríamos condenados pela nova aliança entre o arcaísmo político e a sombria modernidade globalizada do tráfico de drogas.

Conclusão

A combinação entre lei, disciplina interiorizada, cidadania e hegemonia ético-política não parece ter estado presente na configuração da ordem pública no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, onde a “dialética da malandragem” foi o cimento doce e brutal do nosso sonho feliz de cidade. A duplicidade caracterizada pela existência de um sistema de ordem

jurídica para os “de cima” e um sistema de ordem policial de fato para os “de baixo” parece o traço marcante da história política da polícia carioca e da formação da cultura pública da cidade.

Enquanto o modelo básico de construção

dos sistemas de ordem jurídica, nos países de tradição política democrática, foi caracterizado pela tentativa de se usar a polícia como implementadora de uma ordem pública homogênea, integradora de toda a população à civilização, tal como as elites a compreendiam, no Brasil, nunca se usou efetivamente a polícia como instrumento de construção de uma sociedade moderna no seu sentido ético-político, pelo menos se tomarmos como referência a cidade do Rio de Janeiro.

Em função disso, aqui a polícia funcionou mais como guarda de fronteiras para isolar os núcleos de “civilização” dos bolsões de “barbárie” do que como vanguarda de uma utopia civilizatória para

No Brasil, nunca se usou efetivamente a polícia como instrumento de construção de uma sociedade moderna no seu sentido ético-político, pelo menos se tomarmos como referência a cidade do Rio de Janeiro.

os “de baixo”, reforçando a criação de uma polícia dotada de uma cultura organizacional autônoma, independente, com idéias muito próprias sobre a sua clientela e o significado do combate ao crime: garantia da eterna cisão entre as duas cidades.

As imagens em torno das quais os acontecimentos vinculados à violência urbana no Rio de Janeiro foram representados sugerem a figura, o perfil urbano terrível, da barbárie nas ruas. A imagem do “governo forasteiro” solidário com o mundo da desordem e da informalidade, e conivente com a emergência de núcleos organizados de ilegalidade, os “santuários do crime”, ocupa o centro deste cenário em ruínas em que estaria se transformando a cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, na problematização da violência urbana que o *Jornal do Brasil* – e, poder-se-ia quase que generalizar, toda a grande imprensa – constrói, o que ocupa o lugar central não é, como no jornalismo policial tradicional do “Aqui e Agora”, o **crime hediondo do homem monstruoso**, mas sim o **perigo eminente de fragmentação da ordem jurídica e da própria ordem social** causado pela irrupção selvagem e descontrolada da outra cidade, cuja *autopoiesis* se daria a partir de éticas particularistas que não se reportam nem à racionalidade formal, nem ao conteúdo normativo da lei.

Mais do que um problema exclusivamente criminal, o grande medo do Rio representa uma crise política e cultural que se arrasta até os dias de hoje decorrente da falência dos mecanismos clássicos de controle social dos “de baixo” e, da incapacidade, até aqui demonstrada, das diversas forças sociais da cidade de criarem uma nova cultura pública que referencie a (re)invenção da rua como espaço ordenado de troca, conflito e sedução pela diferença. □

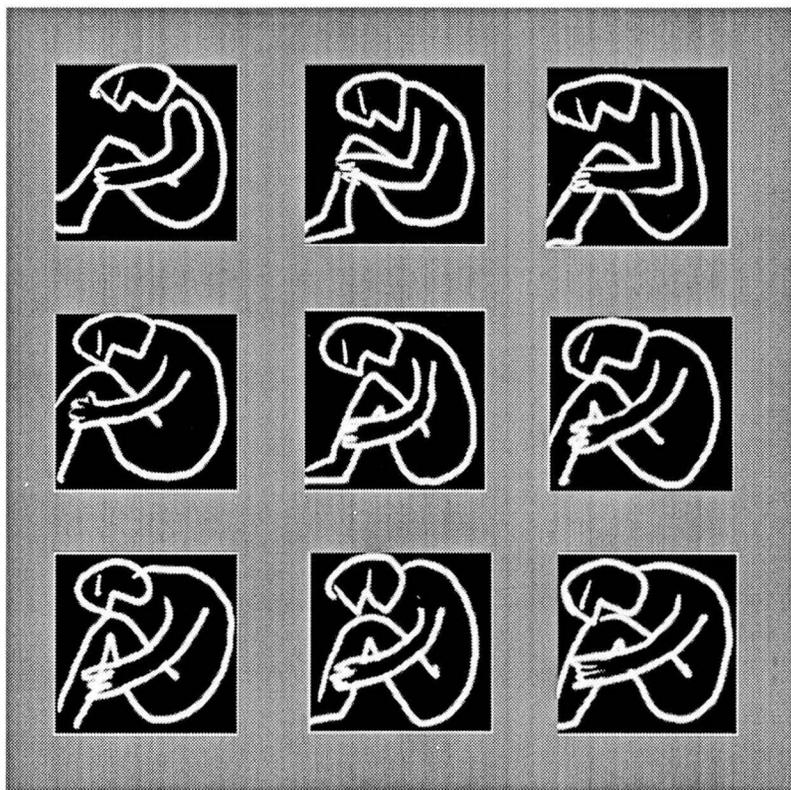
O MEDO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Alba Zaluar

Como se sabe, o processo de redemocratização do regime político acompanhou-se, desde meados da década de 70, pelo aparecimento e conquista de maior espaço dos novos movimentos sociais. Alguns destes movimentos, os chamados “movimentos de base”, almejaram a autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, revelando ao mesmo tempo uma tendência a fechar as comunidades por eles organizadas da interferência externa. Esta orientação, entretanto, teve o efeito paradoxal de reforçar a segmentação que o clientelismo, o qual esses movimentos combatiam em primeiro lugar, sempre teve na política brasileira.

No período militar, como o Congresso não foi fechado, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, o Governo continuou a usar a corrupção adicionada ao clientelismo como estratégia para controlar os políticos que tomavam as decisões no Congresso. É compreensível, pois, que atitudes fortemente anti-clientelistas e anti-estatais tenham marcado estes movimentos. A Igreja Católica teve uma grande responsabilidade nisso, assim como os partidos socialistas criados durante a abertura, tais como o PT e o PDT.

Contudo, enquanto nas associações de moradores da classe média as principais questões foram as ecológicas, o aumento das taxas urbanas e as prestações do Sistema Financeiro da Habitação,



as associações de moradores dos bairros populares e das favelas tiveram que enfrentar o problema da falta de serviços públicos nas suas áreas, especialmente nas favelas onde a presença do Estado é ainda mais frágil, intermitente e insuficiente. Nestes locais, a ação política exibiu engajamentos paradoxais, articulados com a peculiar relação entre o político e o religioso no Brasil contemporâneo.

Por fim, mas não menos importante, outro problema teve que ser enfrentado simultaneamente, pois o processo de redemocratização coincidiu com a dramática

transformação na organização do crime, a qual afetou principalmente as regiões metropolitanas e, dentro delas, os bairros populares. A entrada dos cartéis colombianos e da máfia ítalo-americana ligadas ao narcotráfico, particularmente o da cocaína, trouxe para o país as mais modernas armas de fogo que

ALBA ZALUAR— Antropóloga. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

foram distribuídas entre os jovens traficantes e “aviões”. Os movimentos sociais foram também afetados por este novíssimo fenômeno que gerou novas dificuldades para os seus militantes.

Neste texto, focalizarei principalmente os aspectos políticos e religiosos decorrentes das taxas crescentes de crime violento, um fenômeno mundial. Nela vou discutir os paradoxos e ambigüidades das velhas e novas culturas políticas, concebidas como modelos e práticas que articulam o político com o social, as quais parecem ter tido conseqüências não intencionais para os que acreditam no poder de mobilização do modelo participativo de democracia. Uma cultura do medo fluida, facilmente contagiosa e instável, teve importantes conseqüências políticas e sociais na medida em que o medo imaginário tomou diferentes formas nas diversas classes sociais e afetou suas inter-relações.

O modelo da democracia participativa, predominante nos novos movimentos das associações de moradores do final dos anos 70 e durante os anos 80, tinha por objetivo conseguir uma posição autônoma em face ao Estado e aos partidos políticos (Cardoso, 1983, 1987) como alternativa para a democracia representativa, ao mesmo tempo reforçando a manifestação da diferença e da cidadania ativa. A transformação de uma necessidade material num “direito” foi o mote que marcou, de fato, estes movimentos feitos com o objetivo de melhorar as condições de vida da população (Durham, 1984; Jacobi, 1989). A ideologia comunitária, que foi implementada principalmente através da influência da Igreja Católica, teve, porém, ainda um outro efeito. Em conseqüência da prioridade dada às identidades locais e grupais, ela reforçou a segmentação que divide a população e diminui os compromissos com os interesses, de-

mandas e estratégias gerais e públicos¹. De fato, embora explicitamente oposta ao clientelismo, a ideologia comunitária² seguiu o padrão dessa forma de fazer política no que se refere à segmentação, pois o clientelismo é bem conhecido pelos seus efeitos segmentadores (Badie, 1991; Hermet, 1991). A oratória comunitária exigia que o tribuno sempre falasse para a comunidade ou da comunidade, ou seja, de grupos locais demarcados, apenas acrescentando uma visão geral dos pobres como aqueles que deveriam congregarem-se para resolver seus problemas por si mesmos, enquanto esperavam a Justiça Fi-

As organizações e associações populares, durante a década de 80, passaram a obter verbas do Governo. Isto permitiu a prática da corrupção, além da conseqüente desconfiança em relação a seus líderes.

nal na Terra. Nessa visão, os pobres seriam aqueles que careciam de trabalho, moradia, saúde, educação, melhores salários e assim por diante, ou seja, serviços e políticas governamentais, a maior parte deles atendido localmente.

Um problema adicional surgiu durante a década de 80 assim que as organizações e associações populares, por causa da importância dada à autonomia, passaram a obter verbas diretamente do Governo a fim de implementar a política social estatal. Isto permitiu o aparecimento da prática da corrupção dentro de suas organizações e da conseqüente desconfiança em relação aos seus líderes.

Todo esse processo foi reforçado pela tradição do regionalismo e da defesa de interesses locais e particulares em detrimento dos interesses gerais e da União, o que, por sua vez, apoiou-se na nova ênfase sobre a diferença trazida pela vulgarização do pensamento pós-moderno e de teorias antropológicas.

Não obstante, estes novos movimentos, a certa altura, tiveram também que tentar permanecer independentes das quadrilhas de traficantes de drogas, os quais introduziram um problema inesperado constituído pelo aumento da criminalidade violenta, que, em algumas cidades, duplicou, em outras triplicou, além do desafio apresentado pelo novo poder militar do crime organizado, especialmente entre os jovens traficantes de rua que moravam e faziam seus negócios nas favelas e conjuntos habitacionais da Cehab. Este poder militar ultrapassou o campo

1- No entanto, a presença da Igreja nas organizações locais nunca teve um efeito uniforme, pois dependia das ações adotadas pelo padre da paróquia (Jacobi, 1989).

2- A ideologia comunitária sustentada pela Teologia da Libertação preconiza a transformação da sociedade por meios políticos, com a participação ativa dos pobres, dos explorados, dos dominados. Com isso criou, de fato, uma “comunidade mítica de iguais” (Durham, 1984), que escondiam profundas diferenças sociais e econômicas entre os moradores (Zaluar, 1985), assim como conexões políticas através de assessores e membros de partido de esquerda (Durham, op. cit.). Por conta da importância dada ao ativismo político, a Teologia da Libertação descuidou das funções rituais e simbólicas da religião, que passaram a ser procuradas em outras religiões. Ao mesmo tempo, as CEBs (comunidades eclesiais de base) mantêm uma matriz religiosa muito importante na cultura popular brasileira, isto é, o messianismo e o milenarismo que apontam para o fim deste mundo, após o qual os pobres finalmente encontrarão a justiça, o bem e a paz. Esta matriz também contém, pois, dicotomias absolutas do bem e do mal.

Por volta de 1985, as associações de moradores passaram a interessar aos traficantes: igrejas católicas ficaram cercadas por casebres e casas comprados pelos traficantes, que tornaram-se ouvintes atentos do que o padre dizia nos sermões.

restrito do crime e do tráfico de drogas, transformando-se numa importante questão política em vários níveis. Na “comunidade local”, os grupos do tráfico ou as “quadrilhas”, como são chamados pelos moradores da vizinhança, começaram a se interessar pelas eleições das associações de moradores, apresentando candidatos ligados a eles. Muitos jovens moradores do local acabaram identificando-se com eles e explicitamente apoiando-os em virtude do processo de marginalização dos jovens pobres, inclusive as medidas repressoras e arbitrárias tomadas pelos policiais nas últimas décadas contra todos aqueles que correspondiam aos estereótipos policiais do criminoso. Muitos usuários de drogas, e não apenas traficantes, foram detidos e coagidos a pagar propinas a fim de evitar processos judiciais e a prisão.

Os movimentos sociais no Rio, particularmente nas áreas pobres, tiveram que enfrentar então uma situação dramática e muito perigosa de mortes recorrentes, aumento da incidência de furtos e roubos, assim como da corrupção em suas organizações. No Rio, como nas outras cidades do país, as explicações prosperaram cobrin-

do todo o espectro ideológico. É possível, entretanto, simplificar a variedade de afirmações no assunto em duas linhas principais de pensamento, que se combinam paradoxalmente em muitas delas. Uma é a demanda crescente por ordem, baseada no diagnóstico de um insuperável conflito social e o fracasso institucional de lidar com ele. Uma nova tendência conservadora passou a exigir mais eficiência e mais dureza nas práticas policiais, além de eleger políticos de direita que defendem a pena de morte e governos fortes encontrados em todas as classes sociais (Zaluar, 1989, 1991, 1992, 1993; Caldeira, 1992; Vargas, 1993). A outra mantém-se na crença de que, em virtude da deterioração das condições de vida dos trabalhadores, dos baixos salários, das altas taxas de inflação, da miséria crescente e desemprego, a desordem não é só inevitável, como boa. Mais à esquerda estão os que continuam a achar que a guerra civil já começou e a revolução está perto. Os últimos têm tido bastante influência em alguns movimentos sociais e partidos políticos e, de certo modo, garantiram o apoio, especialmente dos jovens moradores de favelas, para a principal organização de traficantes de drogas e assaltantes (Comando Vermelho – CV), na presunção de que eles começariam uma guerrilha urbana para derrubar o governo e o atual modelo econômico do país.

Na localidade, entre os líderes comunitários que dirigem as associações de moradores, permaneceu o silêncio sobre as ações dos bandidos e uma denúncia constante da repressão policial sobre os moradores. O paradigma revolucionário combinado com a matriz milenarista da ação política, embora nem sempre explícita, informa esta interpretação das taxas crescentes de crime contra a propriedade assim como o aumento da violência contra pessoas que as

considera uma manifestação da luta ativa do pobre contra os ricos e contra o Estado opressivo, ou mesmo um sinal do fim de uma era mundial. O papel do crime organizado e das máfias foi subestimado, se não ignorado, principalmente pelos que apoiaram a luta contra a pena de morte e contra as políticas penais do Estado. Outra tendência é reduzir a importância e o impacto do crime violento, afirmando que ele é exagerado pela mídia e pelo medo imaginário da parte das classes proprietárias.

Também o desencanto com o modelo participativo de experiência democrática na associação de moradores foi ele próprio a causa para que muitos de seus militantes deixassem a associação.

Por volta de 1985, as associações de moradores passaram a interessar aos traficantes: igrejas católicas ficaram cercadas por casebres e casas comprados pelos traficantes, que tornaram-se ouvintes atentos do que o padre dizia nos sermões; alguns templos evangélicos foram obrigados a aceitar a existência de “paióis”, ou esconderijos de armas e de pessoas ligadas ao tráfico, junto a eles³. É claro que quaisquer críticas às ativida-

3- *O Globo*, 13/10/1993, fez uma longa reportagem sobre o assunto, com depoimentos de vários moradores. Na minha pesquisa, também surgiram afirmações a respeito desta situação.

função de garantir a segurança, nas atividades das associações de moradores. O desalento tomou conta dos militantes que acreditavam no modelo participativo e que viram os moradores deixarem a associação, pois esta já não conseguia mais mobilizá-los para as suas reuniões (Peppe, 1992). Além disso, as pessoas ficaram mais isoladas dentro de suas casas e suas famílias por conta da falta de previsibilidade e segurança, decorrente não só da crise econômica e da inflação, mas também da desconfiança, do medo e da violência.

Todavia, as novas entrevistas feitas em Cidade de Deus, bairro popular do Rio de Janeiro que estudo desde o início da década de 80, apontam novas direções da sociabilidade das pessoas e novos investimentos que compõem um quadro bastante diferente do encontrado em São Paulo ou no retratado pelo estudo da favela carioca. Numa das associações deste local, o desencanto com o modelo participativo de experiência democrática na associação de moradores foi ele próprio a causa para que muitos de seus militantes deixassem a associação. Segundo eles, o fato de que essas associações viram-se de repente disputadas por diferentes partidos políticos de esquerda e por diferentes candidatos a cargos eletivos dentro de cada um destes partidos, mostrou-lhes que a faceta do interesse político permanecia, apesar da retórica. Como não haviam aprendido a lidar com isso – muito pelo contrário, era justamente este interesse que os fizera desacreditar e se afastar dos políticos clientelistas, também chamados de “interesseiros”, nos anos anteriores –, sentiram-se traídos na sua confiança. Quando viram seus próprios companheiros candidatando-se e quando foram mobilizados para participar de campanhas eleitorais (deles e de seus candidatos a cargos executi-

vos), entenderam que seus ideais de trabalho comunitário desinteressado estava perdido. Estes antigos companheiros foram acusados desde então de serem “interesseiros” e, portanto, falsos amigos que apenas “usaram” a comunidade, as mesmas imagens aplicadas aos políticos de velho estilo (Zaluar, 1985) e, de fato, a quaisquer estranhos da classe média, inclusive pesquisadores como eu.

Ao mesmo tempo, os ideais de uma participação mais igualitária deixaram os membros da associa-

***Essas associações
viram-se de repente
disputadas por
diferentes partidos
políticos de esquerda e
por diferentes
candidatos a cargos
eletivos dentro de cada
um destes partidos, e
mostrou-lhes que a
faceta do interesse
político permanecia,
apesar da retórica.***

ção insatisfeitos com a hierarquia autoritária que sempre existiu nas associações voluntárias no Brasil. Longe de serem autônomas em relação ao Estado, tais organizações seguiram o modelo institucional do presidencialismo brasileiro, no qual a figura do chefe é muito forte, com claríssimos sinais de autoritarismo. Este traço, associado à corrupção e às novas formas disfarçadas de clientelismo, criaram uma situação peculiar que minou as bases do movimento das associações de moradores. Mas as críticas feitas a este modelo não seguiram tanto a retórica dos no-

vos movimentos sociais, quanto da afiliação religiosa. Como disseram moradores insatisfeitos:

“Só não fiquei por motivos que não me agradou... Vi algumas coisas que não me agradou... Eu acho que o presidente da República, que é o dirigente do nosso país, sabe, muita coisa que sai nos jornais, ele não pode fazer as coisas sozinho... Eu era o tesoureiro e eu já tinha dito para ele (o presidente da associação, católico, A.Z.): “você tem a obrigação, como presidente, de prestar contas comigo porque o conselho fiscal está me apertando e eu aperto você... Você não quer dar atenção àquilo que as pessoas que faz parte do corpo que nós fazemos parte, você não quer ouvir ninguém” (ex-2.º secretário, pentecostal, Assembléia de Deus).

“Se nós vamos fazer tudo juntos, por que um comandar o outro?... Porque você vai se colocar numa reunião é tanta pancadaria verbal que acontece, que você não consegue mais... Você tem uma idéia e aí você quer expor e vem 3, 4, 5 respostas negativas. E você vai olhar para eles, está sendo negativo por que, se o interesse é o mesmo? Mas é porque “a” quer aparecer, “b” quer aparecer ainda mais. Existe os grupinhos de interesse, as formações políticas, a realidade deles é diferente da Cidade de Deus (aludindo aqui aos membros de partido que vão às associações em busca de votos, A.Z.). Acho que é por isso que as pessoas acabam saindo do movimento. Elas saem quando elas percebem que as pessoas estão com interesses pessoais. Elas querem uma casa melhor, uma conta de telefone, querem coisas materiais quando existem aqueles mais interessados em bens para a comunidade, mas você não vê. O Collor é apenas o que apareceu na televisão, mas se você for de associação em associação, você tem muita gente honesta, mas você tem uma grande parte de desonestos. E es-

tes desonestos acabam atrapalhando nestes problemas..." (ex-diretora, mulher, evangélica, Testemunha de Jeová)

Além deste problema não resolvido da hierarquia institucional dentro da organização comunitária, uma desconfiança generalizada gerou acusações de roubo aos responsáveis pela associação, sem importar os seus partidos políticos. Nesta questão havia uma grande diferença entre católicos e pentecostais. Os primeiros aceitavam o que eles chamavam "a existência da fraqueza humana", a necessidade de ficar e de misturar-se com os pecadores, lutando contra a corrupção permanentemente dentro da associação que nunca ficaria completamente livre do seu perigo. Os últimos abandonavam e ficavam fora da associação assim que alguma evidência ou mesmo suspeita de corrupção houvesse surgido⁴. A ligação com a associação de moradores exibida pelos católicos também justificava-se em termos da necessidade inescapável de resolver coletivamente os problemas comuns, tais como os serviços de água e esgoto, que exigiam um plano de urbanização do local. Como afirmaram dois diretores de diferentes religiões:

"...A associação de moradores, ela vinha até me beneficiar e aos moradores porque na hora de fazer a cobrança, na hora de cobrar a mensalidade, eu ia levar a palavra de Deus... Na hora de fazer a cobrança, começava a conversar 'a vida tá muito ruim de ganhar o dinheiro', então um assunto puxava o outro... Pregava o Evangelho que é o que Jesus quer, falava que Jesus era o Salvador, que é Ele que nos dá paz de espírito, que é o que nós queremos... Eu tenho visto com os meus olhos Deus curar o doente, Deus libertar o oprimido lá fora,



aquele que está preso. Eu vejo Deus libertar as pessoas e dar uma nova vida. A pessoa passa a ter outra visão... Eu não saio daqui por causa da minha esposa, por causa dela... Este lugar é bom, o que estraga aqui é certo tipo de morador que torna o lugar insuportável... E a minha vida, a minha vida política assim não me envolve mais. Se o esgoto passa ali, eu vou pular em cima dele. Se está vindo para a minha porta eu pego uma enxada e desvio para o meio da

***Enquanto os
militantes católicos
preferiam o silêncio
e a distância face à
ameaçadora
presença dos
traficantes armados,
os protestantes
escolheram uma
proximidade
evangélica, tentando
salvá-los para
aumentar o rebanho.***

rua, desde que não prejudique ninguém, eu jogo ele lá. Vou fazer o quê?" (ex-2.º secretário, evangélico)

"Eu vejo a Igreja Católica oferecer tudo isso sem que você precise largar o movimento. Já o Protestantismo eles falam só de um Deus que liberta, mas na verdade é um pouco egoísta, só pensam neles. Você não pode se misturar... A Bíblia é que diz tem que separar o trigo do joio. Separar o trigo do joio é aquilo que Jesus Cristo que está contado em São Mateus, em São Lucas, na verdade não é isso (não misturar, A.Z.), é orar e vigiar. Você

tem que ser prudente que nem a serpente, você sabe que está no meio do corrupto, mas você tem que estar no meio com propostas sérias para mudar, para não se enrolar, senão a corrupção impera. O protestantismo já acha que você não tem que se misturar, que não tem que estar ali, não tem que fazer obra comunitária... Ele (o ex-secretário) está lá no cantinho dele. O cocô continua tomando conta da porta dele..., mas ele não quer se misturar (presidente da associação, católico)."

4- Apesar disso, a Igreja Católica é uma das instituições que mais confiança despertam na população brasileira, de acordo com pesquisas de opinião pública recentes. Por outro lado, políticos evangélicos, eleitos para o Congresso Nacional como representantes de suas congregações religiosas, assim como algumas instituições de caridade evangélicas, estão envolvidos nos recentes escândalos sobre a corrupção na Comissão de Orçamento. A investigação que se seguiu foi uma ação sem par na história política do país, pressionada pelas passeatas e comícios, dirigidas por várias organizações políticas que mobilizaram pessoas de diferentes idades, sexos, afiliações religiosas, classes sociais, bairros, em algumas cidades. Estas demonstrações não "dão as costas para o Estado", mas almejam democratizá-lo.

A partir destes depoimentos, pode-se observar a complexa articulação entre o político e o religioso no Brasil, que não segue o padrão weberiano da relação entre a ação econômica e a religião. No caso do Brasil, não se pode dizer que a cidadania é apenas um efeito da Reforma, principalmente na sua versão calvinista, como acreditam os que apostam na evangelização das classes trabalhadoras para resolver os dilemas e falhas da cultura política brasileira. Tanto o protestantismo quanto o catolicismo tiveram efeitos contraditórios na construção da cidadania no mundo⁵. O isolamento individual e uma insistente preocupação com a corrupção, do lado dos protestantes; a mobilização, o misturar-se e uma atitude tolerante em relação à corrupção e outros crimes, do lado dos católicos, estas são as peças fundamentais deste quebra-cabeça local.

Além do mais, a situação difícil vivida pela população local, efeito simultâneo da presença de quadrilhas violentas, da inflação e da crise econômica, levou estes militantes a valorizar um trabalho ainda mais concreto, mais direto e mais restrito. Passaram a desacreditar do discurso ideológico que procurava listar as causas sociológicas para os problemas vivenciados pela população sem que os seus autores trabalhassem na direção de soluções concretas, especialmente no caso das crianças e adolescentes atraídos pelas quadrilhas. Vários deles seguiram a tendência atual de aprofundar seus laços com comunidades religiosas e trabalhar na comunidade segundo os princípios novamente valorizados da caridade e da evangelização.

No que se refere aos traficantes e seus ajudantes jovens, outro traço, na direção oposta, diferenciava as relações entre o político e o religioso nas duas religiões. Enquanto os militantes católicos preferiam o silêncio e a distância face

à ameaçadora presença dos traficantes armados, com uma velada reprovação deles dentro da comunidade local e uma forte oposição a punições mais severas do Estado, os protestantes escolheram uma proximidade evangélica, tentando salvá-los para aumentar o rebanho. Alguns deles hoje atendem adolescentes e crianças da vizinhança através do discurso religioso.

É o exorcismo que está em destaque em algumas dessas novas religiões. Por detrás delas, a idéia de um mal absoluto que explicaria a explosão violenta é a crença mais forte desta população.

so e do trabalho comunitário. Levantar a palavra de Jesus a eles a fim de convencê-los a abdicar do vício e do domínio do Diabo, em algumas delas, termina em rituais de exorcismo que tornaram-se a marca registrada destas igrejas emergentes. De fato, os evangélicos foram os que conseguiram realizar um trabalho mais eficaz e permanente de prevenção e de reeducação dos usuários de drogas e criminosos. Simultaneamente foram eles que cada vez mais voltaram-se para suas famílias, seus filhos, seus afazeres privados, defendendo soluções individuais para problemas coletivos tais como a água e o esgoto.

Há ainda outro ponto no qual não é possível fazer uma distinção clara e sem ambigüidades entre essas religiões nas suas relações com a política. Pois também ficou cla-

ro pelos seus depoimentos que o estabelecimento de práticas democráticas nas organizações populares seria mais fácil de acordo com as regras religiosas desenvolvidas pelos crentes, entre os quais o hábito de discutir e de conversar sobre as decisões é adotado sempre, sem ser desafiado pela hierarquia:

“Anciões são os líderes de uma localidade. Servo ministerial é o que ajuda os líderes. Mas acontece que esse papel autoritário eles não exercem. Porque se você for discutir com ele – ‘fulano, olha, a Bíblia explica isso e isso, não é isso que você está falando’ – ele vai te ouvir. Se você pedir para vir uma pessoa além daquele ancião, ele vai vir e vai conversar com você de igual para igual. Não tem essa ‘a gente vai parar para respeitar o irmão que tem 30 anos mais que você. E a gente vai conversar um com o outro’.” (mulher, ex-diretora de uma das associações, desencantada com a liderança au-

5- Enquanto o Catolicismo separou claramente o plano espiritual do secular, tornando possível o aparecimento das nações modernas, o Luteranismo advogava uma reunião da religião e do Estado. O Calvinismo, por sua vez, fez da sua opção econômica e política a única legítima, reforçando uma enorme intolerância religiosa. Enquanto o Protestantismo gera conformismo e absenteísmo eleitoral nos países em que era predominante, o Catolicismo, ao contrário, mesmo com o clientelismo, estimula a mobilização política (Badie, 1991). Além do mais, a ideologia calvinista é socialmente conservadora na medida em que afirma que os lucros de uns não engendram a miséria de outros e que, portanto, a busca da justiça social não é eticamente justificável. Por outro lado, do ponto de vista institucional, o puritanismo anglo-saxão desenvolvido na Inglaterra introduziu procedimentos democráticos: 1) por sublinhar a responsabilidade individual diante de tudo e não apenas na leitura da Bíblia, transformando o campo político num espaço aberto de debate pluralístico; 2) pela prática eleitoral que prescreveu a eleição do presbítero, baseando no livre-arbítrio individual procedimentos eleitorais.

toritária dos líderes e a predominância dos interesses políticos dos outros diretores).

Os católicos têm feito muito para mudar os vícios autoritários e paternalistas de sua vivência religiosa. Os círculos bíblicos, que funcionam em bairros pobres com a finalidade de estudar e discutir a Bíblia, o movimento carismático que impõe novos rituais, mais abertos do que a missa, como a atividade religiosa principal e as comunidades eclesiais de base, que se propõem a discutir coletivamente todos os problemas comuns enfrentados pelo bairro são exemplos dessas tentativas. Mas elas não ameaçam o poder e a autoridade investidos no clero católico.

Na população local menos politizada e que nunca havia participado intensamente do movimento da associação de moradores do estilo participativo, aumentou enormemente a conversão e atendimento das novas seitas protestantes que enfatizam a necessidade de destruir o Diabo através de rituais de exorcismo praticados nos indivíduos que se iniciam. Nos rituais da Igreja Universal, por exemplo, símbolos do ritual católico e da umbanda se misturam: o Diabo incorporado em alguém tem os mesmos gestos dos *exus* afro-brasileiros⁶, as exortações seguem o discurso católico. É o exorcismo, mais do que a adesão a uma ética de conversão, que está em destaque em algumas dessas novas religiões. Por detrás deles, a idéia de um mal absoluto que explicaria a explosão de criminalidade violenta é a crença mais forte desta população (Zaluar, 1986; 1992; 1993). A solução encontrada por estes populares, inclusive os muitos bandidos que se convertem, é a pregação da palavra de Cristo e a prática da caridade no trato com os mais necessitados, com as crianças, com os infelizes. O modelo religioso de sociabilidade restrita e da pregação re-

ligiosa, da parte dos evangélicos e da comunidade fechada, do trabalho coletivo e da liderança autoritária, do lado dos católicos, toma conta da vida social nestes locais e tem efeito sobre suas idéias políticas. Ao mesmo tempo, há um notável retorno à vida doméstica e às preocupações individuais do trabalho, do casamento, do ganhar melhor e tais assuntos privados da parte de todos, mais particularmente dos evangélicos.

Se não é nem no político, nem no jurídico, em tal crise de legitimidade, que as pessoas podem encontrar saída para o medo e para o sentimento de um iminente colapso da vida social, então será na religião e no que está mais próximo que elas irão se refugiar para escapar da avalanche.

Se não é nem no político, nem no jurídico que as pessoas podem encontrar saída para o medo e para o sentimento de um iminente colapso da vida social, então será na religião que elas irão se refugiar.

Mas esta escolha tem seus problemas. Trata-se de um abrigo que reinventa o mundo, tornando-o sem conflitos ou interesses, um mundo sem política. Um mundo também sem espaço público ou civilidade como modo de respeitar o diferente, em outras palavras, um mundo com uma outra espécie de cidadania restrita. Um mundo doméstico, paroquial, conhecido, face-a-face, único em que as relações de confiança ainda podem se estabelecer, distante da tolerância da polifonia pós-moderna, assim

como do projeto moderno da razão e valores universais.

O caso brasileiro, entretanto, coloca algumas questões. Primeiro, não é possível opor questões morais e materiais, como modo de diferenciar velhos e novos movimentos sociais. Mais do que o problema em questão, o que importa é o modo de lidar politicamente com ele, seja ele material ou moral. A dicotomia é por si mesma problemática na medida em que questões materiais sempre envolvem noções de justiça e um discurso público e moral que transforma a necessidade num direito. Apenas no discurso religioso maniqueísta tal dicotomia faz sentido, mas em relação à voracidade ou avareza individuais.

Para evitar as armadilhas apontadas nos novos movimentos sociais no Brasil e em outros lugares, movimentos sociais que não conseguiram transcender os problemas e identidades paroquiais e específicas dos seus grupos, organizações ou localidades, é necessário agora pensar em novas formas de comunicar e exigir direitos e reivindicações. Estas novas formas deveriam levar os outros em consideração de tal maneira que estes não seriam instrumentalizados ou objetivados (Habermas, 1991). Um retorno a valores ou regras universais redefinidas que garantam ao menos um encontro possível ou o diálogo entre diferentes posições, identidades, grupos ou localidades no espaço público, mesmo sabendo-se que o consenso é impossível e que os

6- Outra característica da recente conversão a seitas evangélicas é a oposição clara e radical às outras religiões, especialmente as afro-brasileiras que são chamadas de "coisa do diabo", sendo as suas entidades ambivalentes (*exus*) identificadas com o próprio diabo. Isto trouxe para dentro do campo religioso uma forte intolerância que a sociedade brasileira não vivenciava há muito tempo.

Para evitar as armadilhas apontadas nos novos movimentos sociais no Brasil e em outros lugares, é necessário agora pensar em novas formas de comunicar e exigir direitos e reivindicações.

conflitos permanecerão, é o novo desafio para os movimentos sociais no final do século XX.

Para enfrentar os novos medos e a atual simbolização deles na figura do diabo, assim como novas formas de discurso religioso mais conectado com a ação política do que com a econômica, as teorias da relação entre o religioso e o político deveriam também ser parte de nossa agenda. Fundamentalismo é uma das questões, mas não é a única. A ideologia comunitária

anti-estatal e as posições anti-institucionais também abriram o caminho para outras formas de engajamentos religiosos e políticos que ameaçam os próprios valores e fins que constituíram a razão inicial de suas críticas dos sistemas políticos clássicos e sua rejeição à razão universalista tal como proposta pelo Iluminismo europeizante e centralista. □

Referência Bibliográfica

BADIE, Bertrand. "Comunidade, Individualismo e Cultura". IN: *Sur l'Individualisme*, Referencas, Paris, 1991.

CARDOSO, Ruth. "Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico". IN: Almeida, M. H. & Sorj, B. (org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. S. Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. "Movimentos sociais na América Latina". IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: ANPOCS, vol. 1, n.3, 1987.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO. *Favelas e as Organizações Comunitárias*. Rio Janeiro: Editora Vozes, 1993.

DAHRENDORF, Ralph. *O conflito social moderno*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992.

DURHAM, Eunice. "Movimentos sociais: a construção da cidadania". IN: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: CEBRAP, n. 10, out., 1984.

HABERMAS, Jurgen. "A nova transparência". IN: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, n. 18, 1989.

_____. 1991: *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

HERMET, Guy. "Individu-citoyen dans le Christianisme Occidental". IN: *Sur l'Individualisme*, Referencas, Paris, 1991.

PEPPE, Atilio M. *Associativismo e Política na Favela Santa Marta*, tese de mestrado, USP, 1992.

VARGAS, João H. 1993: *A espera do passado*, tese de mestrado, UNICAMP, 1993.

Zaluar, Alba. "O Diabo em Belíndia". IN: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: ISER, 12/2, 1986.

_____. "Gênero, cidadania e violência". IN: *Primeira Versão*, IFCH, UNICAMP, 1989; republicado em *Dados*, 1991.

_____. "A proibição das drogas e o reencantamento do mal", Reunião da ABA, abril. IN: *Revista do Rio de Janeiro - UERJ* Março de 1993.

_____. "Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical". IN: *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, 1993.

Assine já a revista **PROPOSTA**

FAÇA SUA ASSINATURA E GANHE MAIS DUAS REVISTAS

ENVIE O CUPOM AO LADO PARA: **Revista PROPOSTA**
R. das Palmeiras, 90
CEP: 22270-070
Rio de Janeiro - RJ

Tel: (021) 286-1598
Fax: (021) 286-1209

CUPOM DE ASSINATURA

Cheque nominal à FASE Vale Postal - Ag. Botafogo

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Tel/Ramal: _____

Data: _____

Área de interesse: Sindicalismo Questões rurais Questões urbanas
 Comunicação Ecologia Outros

Assinatura Anual

Número Avulso

Exterior

R\$ 20,40

R\$ 6,00

US\$30.00

SOLIDARIEDADE: PASSAPORTE PARA UMA DEMOCRACIA PLENA

Entrevista com Carlos Alberto Plastino

Proposta – Gostaríamos que você discutisse a questão da banalização da violência vinculando-a com o enfraquecimento dos elos de solidariedade em uma sociedade de vários atores e com profundos elementos de desigualdade.

PLASTINO – Há alguns anos, discutimos aqui no Rio de Janeiro com um grupo de colegas italianos. Naquele momento a Itália estava realizando ajustes relacionados a uma maior integração da sua economia no Mercado Comum Europeu. Nesse contexto, a necessidade de manter a estabilidade monetária exigia uma política de austeridade que tinha, entre outras conseqüências, uma drástica diminuição do gasto social. Interrogados sobre o impacto dessas medidas na população mais pobre, em particular do sul da Itália, os colegas responderam com uma sinceridade e uma crueza assustadoras: “Nesse modelo – disseram – não há lugar para todos”.

Acho que essa é uma questão de fundo. Um modelo de organização social no qual não existe lugar “para todos” é necessariamente um modelo produtor de violência. Estes modelos, de aplicação hoje generalizada, assumem como necessárias conseqüências tais como a marginalização, a exclusão de

setores muito grandes da população, acirrando no interior delas todo o tipo de conflitos.

Veja bem, não estou dizendo que a violência social seja um produto exclusivo deste tipo de organização social impulsionada pelas políticas neoliberais. O saber so-



bre o homem produzido pela psicanálise nos ensina que faz parte do nosso patrimônio antropológico uma forte tendência agressiva, de maneira que não podemos mais sustentar o otimismo ingênuo do Iluminismo – incluindo aqui o marxismo – no sentido de que os progressos da nossa organização social acabariam por erradicar a violência. Essa nossa tendência exige uma permanente administração, exige o desenvolvimento

de políticas cujo cerne passa pelo reconhecimento de todos os outros à existência e a um nível razoável de vida. Exigem em resumo, um permanente exercício de democracia.

Nesse sentido, temos sofrido um recuo da democracia. É paradoxal dizer isto porque os últimos anos foram anos de expansão dos governos representativos, de substituição de ditaduras militares e dos modelos burocráticos e autoritários do denominado “socialismo real”. Isto é sem dúvida muito importante e positivo. Mas quando falo de um recuo da democracia me refiro a uma questão de mentalidade ou, para ser mais preciso, de imaginário. Me parece haver um retrocesso democrático no fato de os outros contarem cada vez menos, no fato dos modelos sociais e econômicos assumidos como positivos incluírem como uma necessidade a exclusão e a marginalização.

Creio que há um fato que é preciso sublinhar: as profundas

CARLOS ALBERTO PLASTINO – Psicanalista, notório saber em Ciência Política, mestre em Teoria Psicanalítica, professor da pós-graduação da PUC/RJ e do Instituto de Medicina Social da UERJ.

transformações econômicas e tecnológicas produziram uma mudança muito significativa no modelo como um todo. Até algumas décadas atrás existia uma certa solidariedade objetiva entre exploradores e explorados, seja entre países ou no interior destes, em relação a diversas classes e segmentos sociais. O explorado era até certo ponto necessário. Pois bem, isto está mudando rapidamente. Cresce cada vez mais o número de pessoas descartáveis, desnecessárias para o sistema. Eles “sobram”, podendo, em consequência, ser simplesmente excluídos. Isto quer dizer, creio, que a solidariedade e a integração social são, cada vez menos, uma necessidade do sistema

Um modelo de organização social no qual não existe lugar “para todos” é necessariamente um modelo produtor da violência.

e deverão ser, cada vez mais, uma opção ética. Ou então não serão. Esta última é a tendência atual e, nesse sentido, podemos afirmar que essa forma de reprodução social hoje hegemônica é, substancialmente, produtora de violência.

A teoria do contrato social pode nos ajudar a entender essa produção social da violência. Com efeito, a reflexão política desenvolvida para pensar a organização social no contexto de emergência da modernidade imaginou o contrato social como um mecanismo de neutralização e administração da violência. Nesse contrato todos os membros da sociedade renunciariam ao uso da violência para atingir seus objetivos – obrigando-se assim a respeitar os direitos de

todos os outros –, recebendo em troca de todos os outros um reconhecimento equivalente.

Mas e se esse reconhecimento mútuo se enfraquece numa sociedade organizada conforme um modelo no qual não há lugar para todos? Aí poderíamos falar numa ruptura do contrato social. E isto não apenas nos referindo àqueles – que não são poucos – aos quais a sociedade não reconhece na prática dos direitos básicos para a sobrevivência. De uma maneira mais geral o imaginário dominante substitui de maneira cada vez mais clara o desenvolvimento de valores solidários pelo culto aos cotovelos: na sociedade não há lugar para todos de maneira que os lugares existentes devem ser ganhos a cotoveladas. Creio que esta mentalidade, que poderíamos denominar de darwinista, constitui a fonte mais geral da assustadora expansão da violência nas sociedades contemporâneas.

Proposta – Você acha que existe assumidamente neste final de século este elemento de darwinismo, ou seja, de aceitação da eliminação do outro, sem as garantias para que todos possam competir em condições mínimas de igualdade?

PLASTINO – Me parece claro que não há lugar para todos nesse modelo. O desemprego é um problema grave hoje na maior parte dos países. E se trata de desemprego estrutural. Nos EUA, durante a administração Reagan, o número de miseráveis passou de 8 milhões para 40 milhões de pessoas. Não se trata de uma crise econômica cíclica. Mesmo as economias que crescem apresentam uma drástica diminuição dos níveis de emprego. Veja o exemplo da Argentina: durante o primeiro governo Menem, a economia cresceu a taxas em torno de 4% ao ano. Neste mesmo período, entretanto, a taxa de desemprego aumentou, atingindo atual-

mente algo em torno de 18%. Houve, portanto, aumento considerável da produtividade do trabalho, que em boa parte se atribua ao progresso tecnológico.

Não se trata, obviamente, de repetir a conduta daqueles que, no início da revolução industrial, quebraram as máquinas para proteger seus empregos. Mas se trata de gerir, administrar democraticamente os recursos que dispomos – incluindo aí a tecnologia – de maneira a que não se transformem em fonte de miséria, dor e destruição. Essa administração constitui uma responsabilidade coletiva e, de maneira muito particular, uma responsabilidade do poder público.

Não será certamente o livre

A solidariedade e a integração social são, cada vez menos, uma necessidade do sistema e deverão ser, cada vez mais, uma opção ética.

jogo das forças do mercado que encontrarão a melhor solução para a imprescindível reorganização de nossas sociedades. A utilização do progresso tecnológico no sentido de melhorar a vida das pessoas depende de decisões conscientes. Depende de políticas públicas. Essa, creio, é a grande questão em torno do Estado. Abandonadas a si mesmas “as forças do mercado” se comportam, inevitavelmente, no sentido do darwinismo social. Elas impõem o poder da riqueza que, como se sabe, é grande e cada vez mais concentrada.

A lógica do mercado deve ser corrigida pela lógica da solidariedade. O que significa que o poder econômico deve ser controlado pela vontade coletiva que deve se

expressar no poder público. É preciso não confundir uma sociedade com mercado com uma sociedade de mercado. A primeira é inevitável; a segunda é destrutiva. É por isso, creio, que uma das tarefas necessárias à implementação de uma sociedade melhor e de um modelo de organização social e de crescimento mais justo é a de desprivatizar o Estado.

O fracasso dos modelos denominados do “socialismo real” funcionou no plano do imaginário social como uma confirmação da inevitabilidade do capitalismo selvagem, ou do neoliberalismo, que na fórmula genial de Veríssimo é o mesmo capitalismo selvagem só que com autorização de porte de armas e habeas corpus preventivo. Essa confusão leva à consagração do darwinismo social. O fracasso do socialismo real exige sem dúvida uma profunda revisão de todos seus pressupostos, incluindo aqui suas premissas filosóficas e antropológicas. Foi porém o fracasso de um modelo, que não deve ser confundido com a inviabilidade de um ideal de solidariedade e fraternidade.

O que importa é sublinhar que vivemos hoje um momento singular e perigoso: é o primeiro momento na história em que a humanidade vive sem utopias. Na pré-modernidade existia obviamente a utopia religiosa. Depois tivemos a utopia da razão e junto com ela a do progresso, isto é, a crença na capacidade da razão para, controlando a vida social e a natureza, garantir o progresso permanente. Assim, mesmo nos piores momentos da história moderna – nas grandes crises, nas guerras –, existia um pólo de atração para aqueles que queriam construir e viver numa sociedade melhor e mais fraterna. Hoje, em troca, estamos imersos numa espécie de naturalismo raioso. Assim, o modelo que aí está nos é apresentado como inevitável por responder à “natureza huma-

na”, definida sem nuances como individualista e utilitarista.

Este discurso, no contexto de afirmação de uma mentalidade radicalmente individualista, semeia o desespero. Na crescente falta de sentido que acompanha a vida de uma sociedade sem projeto comum, as “saídas” são alienantes e/ou destrutivas. A primeira saída é a procura de um Pai onipotente que cuide das crianças estarecidas

A pulsão agressiva faz parte do patrimônio antropológico do homem. Como consequência, o conflito entre os homens é inerradicável da vida social.

e hostilizadas. E isto está por trás do extraordinário crescimento das seitas religiosas. Penso que é preciso diferenciar este fenômeno, que me parece terrivelmente desumanizante, de outro bem diferente, caracterizado por algo assim como uma nova atitude face à espiritualidade, que creio que deve ser compreendido no interior da crise do racionalismo e da profunda mutação epistemológica em curso. Se o primeiro movimento é de acréscimo da manipulação e do infantilismo, o segundo é testemunha de uma procura, de um risco, de uma aventura.

A segunda “saída”, a segunda alternativa de fuga dos horrores da sociedade regida pelo darwinismo social, são as drogas. O consumo de drogas, das legais (os fármacos) e das ilegais, cresce de maneira assustadora. Esse movimento exprime de uma maneira muito clara o profundo desamparo e a angústia dos membros destas sociedades insensatas que estamos construindo.

Proposta – Você está apontando para um cenário sombrio, onde o Estado não tem espaço e se instala a guerra de todos contra todos. Como ficaria, então, a questão da sociabilidade, se os valores de solidariedade estão rompidos e o que permanece é a indiferença ou o antagonismo em relação ao outro? E como é isso em termos da constituição do psiquismo hoje?

PLASTINO – Aqui há um dado muito curioso: ao mesmo tempo que todo o imaginário dominante “deshistoriza” ao afirmar a impossibilidade ao homem natural (o macaco egoísta que configura a visão antropológica do neoliberalismo), no plano epistemológico todo o paradigma determinista está se quebrando em pedaços, mergulhando em profunda crise. O que emerge dessa crise é uma perspectiva que sublinha a extrema complexidade da realidade, incluindo aí o homem. Salientando essa complexidade e fazendo a crítica do determinismo, essa perspectiva acena para a possibilidade de emergência do radicalmente novo. Isto quer dizer que o futuro de modo algum está determinado.

Esta é uma questão muito complexa. As tendências atuais fazem com que, para um futuro previsível, o cenário seja sombrio. Mas é evidente que estamos mergulhados em um período de grandes mudanças e de grande aceleração dos processos. Neste momento a orientação desses processos é no sentido de aumentar a exclusão social e de reproduzir e produzir formas antigas e novas de mal-estar social. Neste contexto, como já falei antes, o progresso tecnológico acaba tendo efeitos negativos para a maior parte das pessoas. Mas isto não é uma fatalidade. O fruto da razão humana não precisa ser, necessariamente, destrutivo. Entretanto uma outra orientação da vida social requer a construção de um outro imaginário, de uma

outra maneira dos homens se produzirem e às suas sociedades. Que isto aconteça ou não é uma questão em aberto. A longo prazo, creio, nenhuma previsão é possível.

A complexidade do real é tamanha que me parece impossível desenvolver uma análise confiável. A história nos ensina que os processos de mutação cultural demoram séculos. Foi assim com a emergência da modernidade. O que está em curso agora, entretanto, quiçá seja mais rápido, dada a aceleração histórica a que me referia antes.

Com respeito às consequências da situação atual para a constituição do psiquismo, eu diria: a pulsão agressiva faz parte do patrimônio antropológico do homem. Como consequência, o conflito entre os homens é inerradicável da vida social. Neste ponto o saber elaborado por Freud constitui uma crítica radical ao otimismo ingênuo do Iluminismo. Entretanto há níveis e níveis de conflito e violência. O pensamento freudiano é comumente adjetivado de pessimista. Ele o é, se comparado com o otimismo iluminista que ele critica. Todavia é o próprio Freud que afirma que a superação ou diminuição das injustiças e da exploração entre classes e setores sociais permitiria o progresso da democracia e uma drástica diminuição dos níveis de violência e conflito, embora de forma alguma a sua erradicação.

Acho que é possível afirmar que o individualismo radical e o darwinismo social que hegemonomizam o imaginário social contemporâneo favorecem a expansão das pulsões agressivas e dificultam o desenvolvimento das tendências eróticas (no sentido de Eros, claro) do psiquismo.

Proposta – Haveria então, nos termos da metáfora freudiana, o assassinato do irmão e não do pai? Significa isto uma quebra da fraternidade?

PLASTINO – O mito narrado por Freud em “Totem e Tabu”, o do assassinato do pai onipotente e terrível realizado pelos irmãos, apresenta vários aspectos que são importantes para nossa discussão. Ele fala em primeiro lugar da ambivalência constitutiva do psiquismo humano, ambivalência a

Competindo pela sobrevivência numa sociedade onde até mesmo a possibilidade de trabalhar deve ser conquistada em uma luta árdua, o homem da sociedade moderna é hoje um homem amedrontado.

que me referi antes quando afirmei que o homem é habitado por pulsões amorosas e por pulsões agressivas.

No mito, os irmãos assassinam o pai tirânico movidos pelo ódio. Porém, depois de consumir o parricídio, a pulsão amorosa se torna dominante e o arrependimento os leva a selar o que a modernidade denominaria de contrato social. Convém notar que se para os contratualistas (Hobbes, Locke) o contrato social é produto da razão humana, para Freud ele resulta de um movimento afetivo. Pois bem, por esse contrato social os irmãos se comprometem a que ninguém ocupasse o lugar do pai, que fica portanto vazio, ou melhor, ocupado pela lei.

É por isso que esse movimento mítico é considerado pelo saber psicanalítico como fundador da lei, da ética e, convém acrescentar, da democracia. O momento atual de reconstituição de pequenos ou grandes “pais protetores” (ou do

Grande Irmão) sublinha a idéia de submissão e heteronomia, não de democracia e fraternidade.

Proposta – Você critica a visão da modernidade. Marx repete essa mesma visão da modernidade?

PLASTINO – Engels afirmava que Marx e ele eram os seguidores mais conseqüentes do Iluminismo. Dificilmente poderia ter sido de outro modo. O próprio Freud, cuja formação intelectual foi feita ainda no século XIX, desenvolveu inicialmente seu pensamento no interior do paradigma da modernidade. (Não creio que seja oportuno aprofundar aqui uma consideração que detalhe a evolução da teoria psicanalítica.) Mas gostaria de afirmar que houve neste particular – é ao menos a minha opinião – uma transformação radical do pensamento freudiano. Desta transformação, operada a partir de uma produção de saber que tem na prática clínica sua fonte essencial, emergiu uma concepção antropológica muito diferente daquela que presidiu a elaboração da antropologia do Iluminismo. Freud mostra que, longe de poder ser definido apenas como indivíduo racional, o homem se constitui a partir da relação com os outros no bojo de um processo afetivo marcado pela ambigüidade. Nós somos seres divididos, movidos – como disse antes – por pulsões destrutivas e por pulsões amorosas. Mas somos também seres históricos, de modo que o desfecho desse conflito incessante nunca pôde ser dado como decidido. Estamos assim “condenados” a administrar nossos conflitos, a trabalhar para desenvolver nosso convívio democrático, a trabalhar para superar as consequências de nossa agressividade.

A nossa história será sempre uma história de administração de conflitos, de rearranjos permanentes, mas também de conquistas possíveis. Esta enorme complexi-

dade do homem escapou à compreensão do marxismo. Este erro de concepção antropológica, creio, está na base de sua concepção sobre o Estado e seu desaparecimento, e de sua concepção sobre o conflito social e sobre o direito.

Proposta – O ideário neoliberal guarda uma relação mais direta com a cultura do capitalismo em sociedades como a norte-americana, por exemplo, fortemente marcada pelos valores do individualismo e da competição como a outra face da igualdade. Mas o processo de democratização envolveu também a escola para todos, direitos civis para todos etc. No caso do Brasil, como seria a mediação desses valores com os padrões de desigualdade e hierarquia que marcam nossa cultura e instituições?

PLASTINO – O modelo de maximização das possibilidades de realização individual, que incorpora a competitividade no contexto de igualdade de possibilidades ao interior de regras de jogo respeitadas, foi certamente importante para o desenvolvimento de países como os Estados Unidos. Este modelo configura parte central do credo liberal. Não cabe aqui discutir até que ponto essas duas faces operam realmente. É claro, por exemplo, que a escravidão foi mantida enquanto respondeu aos interesses dominantes no processo de acumulação de capital e que depois graves discriminações foram e continuam sendo praticadas contra as ditas minorias raciais (negros e chicanos), tudo isto ao arripio do ideário liberal. De todo modo não é possível ignorar que um certo grau de possibilidade de participação no processo social global e

no desfrute dos bens e serviços produzidos para a maior parte das pessoas é condição para a estabilidade das instituições democráticas. Já para os nossos países a exclusão das maiorias é uma característica constitutiva.

Entretanto, no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, a capacidade de inclusão das socie-

Creio que se pode dizer que, até que não se realize uma reforma agrária substantiva e não se desprivatize seriamente o Estado, a democracia no Brasil será fraca e capenga.



dades centrais demonstra claras tendências a diminuir. Isto resulta da convergência de uma multiplicidade de causas: de um lado, no terreno produtivo, o desenvolvimento da tecnologia e da informática reduz dramaticamente a necessidade de mão-de-obra; de outro, a falência dos países ditos do socialismo real e todo o processo de despolitização que lhe é contemporâneo permitem aos setores hegemônicos sustentar políticas mais onerosas do ponto de vista social. Daí um menor nível de integração social, que se exprime nas multifacéticas formas de violência existentes naquelas sociedades.

A reemergência do pensamento radicalmente autoritário (neofascismo e neonazismo) e as práticas de intolerância também são favorecidas por este contexto.

A aplicação das políticas econômicas liberais no Brasil não terão certamente nenhuma contribuição a dar para o desenvolvimento de valores democráticos. A distribuição da renda no Brasil é, como se sabe, a mais injusta do mundo. Este fato provoca um tal grau de concentração de riqueza e dos meios de produção, que falar em livre competição é quase uma piada de mau gosto. Por um lado, nossa economia é extremamente oligopolizada e, por outro, dada a privatização do Estado (isto é, a captura das instituições do Estado pelos setores dominantes ou seus representantes), torna inexistente ou impotente a ação reguladora do Estado. A promiscuidade existente entre os setores público e privado oligopolizado tem um exemplo modelar na questão das relações estreitas entre os presidentes e diretores do Banco Central ou em geral do segmento público do se-

tor financeiro, o banco privado e as empresas oligopólicas. Também as relações do Estado com os grandes latifundiários apresentam características similares. Na verdade, creio que se pode dizer que, até que não se realize uma reforma agrária substantiva e não se desprivatize seriamente o Estado, a democracia no Brasil será fraca e capenga.

Proposta – Você falou da juventude sem utopia. A crise da utopia foi denunciada por Marcuse no “Homem Unidimensional”. A diferença é que, ao contrário do que ele previu, esse ser sem utopia não é um ser que se unidimensionaliza numa sociedade que satisfaz reificadamente, onde todo mundo acaba conseguindo ser integrado. O capitalismo vence porque ele ocupa o espaço da realização do desejo emancipatório pela forma substantiva e não efetivamente liberadora do homem, mas ele se satisfaz: tem um carro, uma casa, um rádio de pilha. Na nossa sociedade, apesar de não termos isto, o americanismo se implanta. No caso do Brasil há uma adesão que não é só de má consciência e de medo. É uma adesão de vontade de realizar a utopia americanista. Por isso as pessoas dizem que o tênis que os seus filhos de classe média querem é o mesmo que o cara lá da favela quer. Mas o cara lá cria uma identidade e uma relação com esses bens. Só que eu insisto na nossa diferença. Mesmo que esta sociedade desse esses bens para todo mundo, a guerra estaria instalada.

PLASTINO – Marcuse escreveu na época do longo período de estabilidade e crescimento das economias centrais. Parecia então que o capitalismo tinha aprendido a controlar – através da aplicação de políticas keynesianas – suas crises cíclicas e que, em consequência, teria adquirido a capacidade de

integrar todo mundo. Esse período acabou, como se sabe, no início da década de 70. De modo que, de um lado, não se verificou aquela capacidade de integração que Marcuse considerava uma conquista definitiva do capitalismo e, de outro, se confirmou a tendência já assinalada de produção de um homem unidimensional. Eu diria que se tornou ainda mais hegemônica.

Com efeito, a mercantilização de um nível sempre maior de setores da vida social trabalha no sentido de acentuar essa unidimensio-

***Hoje parece evidente
que as formas
hegemônicas de
reprodução da vida
social e o caráter
marcadamente
individualista do
imaginário social
privilegiam a
emergência de
indivíduos mutilados.***

nalidade. Hoje parece evidente que as formas hegemônicas de reprodução da vida social e o caráter marcadamente individualista do imaginário social privilegiam a emergência de indivíduos mutilados. São seres que se constituem em torno da exigência de produtores-consumidores, com grave diminuição de outros aspectos e de maneira particular da afetividade. Competindo pela sobrevivência numa sociedade onde até mesmo a possibilidade de trabalhar deve ser conquistada em uma luta árdua, o homem da sociedade moderna é hoje um homem amedrontado.

Este modelo é extraordinariamente oneroso do ponto de vista de aspectos que não podem ser apre-

dados pelas estatísticas e nem por isso são essenciais à experiência humana. Este modelo produz uma sociedade onde a solidão, o medo, a desesperança, o temor perante o futuro são muito fortes. São sociedades desumanas. A vida social tem sempre um custo de infelicidade e angústia, ou, para usar as palavras de Freud, o mal-estar na vida social é irreduzível. Porém, mais uma vez, há graus e graus.

A crescente miséria moral de nossas sociedades não constitui uma fatalidade de nossa natureza, mas resulta da forma de organização social que adotamos. Mas é possível produzir uma sociedade melhor. Só que isso não resultará dos automatismos: nem do automatismo do mercado nem do automatismo da luta e dos conflitos. A solidariedade é possível mas constitui uma conquista. Uma outra sociedade, construída tendo como alicerce o reconhecimento universal do direito à vida, supõe a gestão racional dos recursos de que dispomos, assim como também a gestão racional de nossas relações sociais. A ultrapassagem do indivíduo unidimensional requer uma transformação radical de nossas relações e objetivos. Esta é uma alternativa possível, embora as mais prováveis sejam as alternativas mais sombrias.

Todavia há questões decisivas que nos desafiam de maneira cada vez mais premente, como é o caso de nossas relações com o meio ambiente. Fica cada vez mais claro que sem uma administração racional do planeta nossa qualidade de vida e mesmo nossa própria vida estarão seriamente ameaçadas, e também que essa administração racional supõe mudanças profundas nas práticas econômicas de nossas sociedades. Eu não sei até que ponto a profunda crise de civilização que atravessamos se abre para alternativas positivas. Mas elas certamente existem como possibilidades e é preciso construí-las.

Proposta – Qual o caminho que você vislumbra para construir essa alternativa, considerando a atual crise dos atores coletivos?

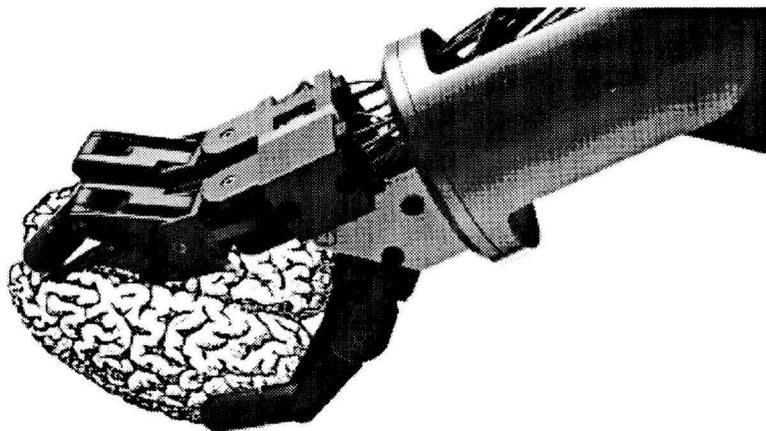
PLASTINO – Creio que o momento é de perplexidade porque a crise é muito mais ampla do que a que atinge os atores coletivos. O fracasso dos modelos burocráticos autoritários do denominado socialismo real foi explorado habilmente como a demonstração mais evidente e indiscutível da inexistência de alternativas ao capitalismo. “Naturalizou” o capitalismo. Isto funciona, claro, no nível da propaganda política e tem efeitos sobre as massas. Em outro nível o fracasso desses modelos questiona severamente a viabilidade e a legitimidade (do ponto de vista de uma ética progressista) de suas formas de organização e gestão social.

Para dar apenas um exemplo, o mercado foi no passado descartado dos projetos (e das políticas) da esquerda, que sustentavam a superioridade ética, política e econômica do planejamento central. Hoje é evidente que a questão é muito mais complexa, que aquela posição se sustentava implícita ou explicitamente em uma concepção antropológica errada de que é preciso construir uma sociedade que não seja dominada pelo mercado. No atual estágio da humanidade o mercado é inevitável. Há ainda outras causas para a perplexidade da esquerda, sendo uma delas a crise epistemológica.

Quais poderiam ser os caminhos, então, quando desde a perspectiva epistemológica até os modelos de sociedade estão em crise? Penso que o caminho real passa pelo aprofundamento da democracia em todos os níveis de relações sociais que compõem a vida social. Isto inclui tanto as relações constitutivas da sociedade civil quanto aquelas que se inscrevem mais propriamente no nível do aparelho de Estado.

Desde finais dos anos 60, na Comissão Trilateral, a governabilidade das sociedades foi vinculada pelo pensamento conservador à limitação da democracia. As políticas orientadas nesse sentido foram bastante bem sucedidas, consolidando um processo de despoliticização – de descrédito e de desinteresse pela política – que se articula muito bem com a expansão do individualismo a que me referia

Vivemos com efeito em um mundo regido por uma fantástica racionalidade parcial e uma estorrecedora irracionalidade global.



antes. É claro que neste processo a democratização do Estado se reveste de uma importância particular, bem como a dos meios de comunicação de massa. Porém esta importância não significa que as lutas pela democratização dos outros aspectos da vida social devam subordinar-se àquela ou submeter-se à sua lógica.

A ampliação da democracia supõe a especificidade. Não há lugar para vanguardas, guias ou correias de transmissão, embora seja preciso construir formas de

articulação as mais amplas possíveis. Trabalhar pela expansão da democracia significa trabalhar por um tipo de sociedade onde o reconhecimento dos outros e seus direitos se transforme num valor inquestionável. É pois trabalhar por uma lógica diferente à vigente, é trabalhar pela lógica da solidariedade.

Proposta – Você considera que estamos vivendo uma crise civilizatória?

PLASTINO – Creio que sim. Creio que estamos participando de uma crise radical da modernidade. Esta se constituiu em torno de uma crença ilimitada no potencial da razão e projetou um mundo no qual o homem assumia o papel de dominador e controlador. O progresso ilimitado foi o objetivo fixado para este Prometeu moderno

que, graças a sua capacidade de conhecer e controlar, seria capaz de fundar sociedades regidas pelos valores de igualdade, liberdade e fraternidade.

Bem, o menos que se pode dizer é que as coisas não resultaram bem assim e que não caminhamos nesse sentido. Por tudo o que já discutimos, é óbvio que nossas sociedades não tendem a um maior desenvolvimento nem da igualdade nem da fraternidade. É evidente que a tendência é elas ficarem cada vez mais desiguais e menos fraternas.

Com relação à liberdade, é verdade que a expansão dos regimes representativos estendem o espaço de vigência dos direitos civis e políticos, o que sem dúvida é positivo. Mas também é evidente que aumenta a despolitização, o desinteresse e, sobretudo, a brutal manipulação da opinião pública através dos meios de comunicação de massas e, em sentido mais amplo, do poder econômico.

Outro dos alicerces da modernidade, a racionalidade, mostrou-se contraditória e, paradoxalmente, irracional. Vivemos com efeito em um mundo regido por uma fantástica racionalidade parcial e uma estupefacente irracionalidade global. A primeira se manifesta nos prodígios alcançados no terreno da ciência e da tecnologia. A segunda, no enorme desperdício de recursos produtivos (terra, trabalho, capital, máquinas), desperdício que contrasta com a miséria ou a extrema pobreza da maior parte da humanidade. Estamos usando irracionalmente os recursos que possuímos. Vivemos em um mundo dominado pela razão instrumental, o que significa que a lógica das máquinas e os sistemas que inventamos e construímos se impõem a nós.

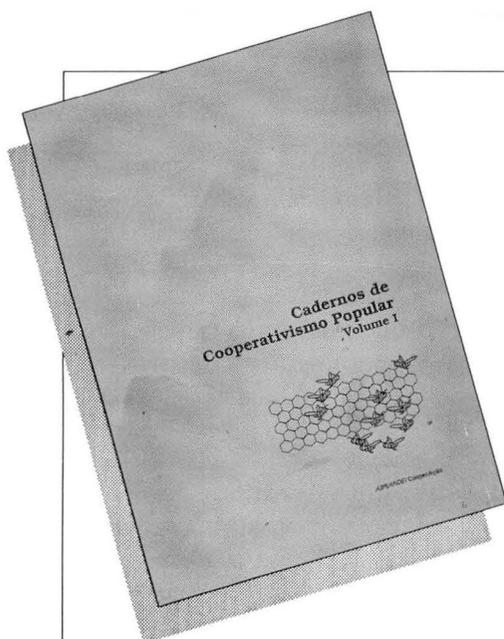
Se a tudo isso acrescentarmos a crise da ontologia e da epistemologia da modernidade – este me parece ser o dado positivo –, creio que estaremos caracterizando uma crise de civilização.

Proposta – A direita, assim como todos os raciocínios economicistas, falam muito da necessidade de todos se qualificarem para não serem analfabetos funcionais em todos os sentidos: vão ter que ser polivalentes em ciências, com competências abstratas, com tecnicidade complexa, com raciocínio abstrato em várias linguagens, alfabetizados e, ao mesmo tempo, informatizados. Qual seria a importância de manter os alunos nas escolas, de ter as escolas e de trazer essa tensão para ser resolvida na escola?

PLASTINO – Creio que o tema se vincula com uma questão da razão instrumental a que me referia antes. A meu ver é positivo que o sistema escolar forneça o acesso aos conhecimentos que você menciona. Não me parece que deva ser colocado como alternativas excluídas: ou comida, aprendizagem para a leitura e a escritura ou infor-

mática etc. Na verdade, a questão que deve ser colocada é que é imprescindível um investimento maciço de recursos na área educacional, tal como foi feito nos denominados Tigres Asiáticos e que se constitui em um dos segredos de seu sucesso.

Há, porém, outro tema associado a este e que me parece ser também extraordinariamente importante. Refiro-me à questão das prioridades que se devem estabelecer para orientar os investimentos em educação e pesquisa. Sabemos que há uma clara opção pelas áreas técnicas, em claro prejuízo das áreas sociais e humanas. Pois bem, isto caracteriza uma opção: a opção a favor da racionalidade instrumental a que antes me referia. É grave. A gestação de uma nova mentalidade supõe um profundo trabalho de conhecimento, aprendizagem e reflexão sobre o homem, sua história, sua cultura, suas sociedades, seus sistemas de conhecimento, enfim, tudo o que é objeto de trabalho dos saberes humanos e sociais. É claro que as forças do mercado nada farão para atender esses setores. Compete ao poder público fomentar e/ou financiar essas áreas. □



Cadernos de Cooperativismo Popular

Neste primeiro volume dos Cadernos, os textos apresentados foram selecionados levando-se em conta a facilidade de leitura e o entendimento dos seus conteúdos.

Os artigos estão divididos em quatro grandes temas:

- O cooperativismo popular a serviço da transformação
- Semelhanças e diferenças nos novos conceitos de desenvolvimento
- Problemas: é possível desenvolver-se sem ter problemas?
- Metodologia de planejamento para o desenvolvimento integral e harmônico de uma empresa cooperativa

ONDE ADQUIRIR:

ASPLANDE - Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento
Rua Machado de Assis, 24/105 – Flamengo – 22.220-060 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone/fax: (021) 225-0259

CooperAção

Rua João C. Montarroyos, 178/401 – Casa Caiada – 53.130-390 – Olinda – PE
Telefone/fax: (081) 431-1412

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL

Carlos Antonio Costa Ribeiro

Desde meados do século XIX estudiosos, como o inglês Koster e o alemão Von Martius, que desembarcaram em terras brasileiras, ressaltavam a diversidade de “raças” como a característica marcante da nação que surgia nos trópicos. Firmava-se uma tradição em que a nação brasileira era pensada a partir da relação entre as raças branca, preta e índia. No final do século XIX, na época da proclamação da República e da Abolição da Escravidão, a relação entre as três raças – principalmente a relação entre brancos e pretos – passou a ser considerada não só como uma questão científica, mas também como um problema político que dizia respeito à integração dos escravos ao novo sistema sócio-econômico que se instaurava.

Naquela época, desenvolveram-se diversas teorias raciais sobre a formação do povo brasileiro. Podemos dizer, de maneira simplificada, que estas teorias se dividiam em duas grandes correntes de pensamento. De um lado, havia teóricos, como o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues, que consideravam a mistura das raças um fator de degeneração do povo brasileiro. Esses

teóricos defendiam a “segregação” entre as raças. Num livro denominado “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, Nina Rodrigues defendia a definição legal de três tipos distintos de cidadania. Negros, brancos e índios teriam estatutos de responsabilidade diferentes instaurados no próprio Código Penal. De outro lado, havia um conjunto de teóricos que, apesar de considerarem ne-



gros e índios inferiores aos brancos, afirmavam que a miscigenação resultaria no branqueamento progressivo do povo brasileiro. O professor pernambucano Sílvio Romero, que era um desses teóricos, afirmava que a mistura das raças levaria ao embranquecimento da população num período de 100 anos. A civilização e a modernidade eram concebidas em termos raciais – para ser moderno o país devia ser branco. Outro autor que compartilhou desta

perspectiva foi o professor Oliveira Vianna que, na convicção de que o futuro do Brasil era branco, impediu que categorias de classificação racial ou de cor fossem usadas no censo de 1920. Oliveira Vianna fundava suas idéias sobre o embranquecimento numa rígida

*A civilização
e a modernidade
eram concebidas
em termos raciais –
para ser moderno
o país devia
ser branco.*

concepção de eugenia. Ao longo do processo de miscigenação os genes dos brancos, mais precisamente dos *dorico louros*, prevaleceriam sobre os genes das outras raças.

Apesar de terem visões distintas, todos estes autores conferiam importância crucial à mistura de raças, *stricto sensu*, no processo de formação da nação brasileira e consideravam os “negros” uma raça inferior e atrasada. Todos baseavam sua interpretação sobre o passado e o futuro da nação brasileira em concepções de raça de

CARLOS ANTONIO COSTA RIBEIRO –
Professor de Sociologia da UERJ.

cunho biológico. As diferenças culturais e de personalidade eram vistas como consequência de características biológicas específicas de cada uma das raças. Podemos chamar estes autores de pensadores racistas.

No início da década de 30 o antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre substituiu a interpretação baseada na raça por uma visão centrada na diversidade de culturas que formavam a nação brasileira. Gilberto Freyre, que havia sido aluno do famoso etnólogo Franz Boas, foi o primeiro autor a valorizar a cultura africana no processo de formação da nação brasileira. Em seu livro "Casa-Grande e Senzala" afirma que os negros africanos trouxeram traços fundamentais para a formação da cultura brasileira. Neste livro, o sociólogo faz uma interpretação inovadora da escravidão no Brasil e, em alguns momentos, defende que a relação entre as culturas na escravidão brasileira se caracterizaria pela "democracia racial". Segundo Freyre, no Brasil não há racismo, mas sim uma relação harmônica e amigável entre as diferentes culturas. A escravidão brasileira se caracterizaria pela convivência íntima entre as culturas africana e portuguesa, cuja consequência é uma proximidade que dá margens ora a relações harmônicas ora a violências cruentas.

Devido ao enorme sucesso da obra de Gilberto Freyre no país e no exterior, o Brasil ficou sendo conhecido internacionalmente como o país da "democracia racial", onde a diversidade cultural teria encontrado uma forma pacífica de convivência.

Depois da Segunda Guerra Mundial, da difusão das teorias racistas que legitimaram os crimes praticados pelos nazistas, o entendimento da questão das relações entre diferentes raças e culturas estava na ordem do dia. A intolerância entre culturas passou a ser

O Brasil ficou conhecido internacionalmente como o país da "democracia racial", onde a diversidade cultural teria encontrado uma forma pacífica de convivência.

veementemente criticada. No âmbito internacional, o Brasil gozava da imagem de país pacífico e harmônico, onde culturas diferentes sabiam conviver: tornou-se exemplo a ser seguido. Neste contexto, a Unesco começou a financiar diversas pesquisas sobre as relações raciais e culturais no Brasil. Havia um grande interesse em verificar como funcionava a tão famosa "democracia racial" brasileira. Muitos pesquisadores brasileiros e estrangeiros voltaram-se para o estudo das relações raciais em diversas regiões do Brasil.

Em meados da década de 50 o antropólogo Thales de Azevedo fez um estudo que deu origem ao livro "As Elites de Cor". Neste livro, afirma que há uma crescente miscigenação na Bahia e destaca a notável mobilidade social ascendente dos mulatos, que estariam cada vez mais prósperos, tendo em vista que não têm que enfrentar barreiras e empecilhos de ordem racista em suas lutas por ascensão social, cultural, política e econômica. As pesquisas do antropólogo baiano confirmavam as idéias de Gilberto Freyre de que, pelo menos na Bahia, haveria a tão festejada "democracia racial".

Em São Paulo também foram financiadas várias pesquisas sobre as relações entre as raças. Como produto dessas pesquisas o sociólogo Florestan Fernandes escreveu

o livro "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", que se tornou um clássico dos estudos das relações raciais no Brasil na medida em que mudou a perspectiva dos estudos sobre o negro na sociedade brasileira, centrando-os no conceito de "relações sociais", ou seja, ao invés de estudar as relações entre culturas ou raças, Florestan descreveu a relação social entre brancos e pretos na sociedade brasileira pós-escravista. Florestan rejeitou a visão de Gilberto Freyre de que haveria uma convivência pacífica entre negros e brancos no período escravista e afirma que a escravidão brasileira foi um sistema extremamente hierarquizado que, ao terminar, deixou os negros numa situação de desvantagem em relação aos outros grupos étnicos que se integravam à sociedade capitalista emergente. Seguindo este argumento, ele afirmava que as desigualdades raciais na sociedade brasileira pós-

Para Florestan Fernandes, os conflitos e discriminações raciais que existem na sociedade brasileira são um legado do passado escravista.

abolição da escravidão eram o resultado de um longo período escravista que deixou os negros em situação de desvantagem no mercado competitivo que passava a vigorar na sociedade de classes. Na visão do sociólogo paulista, os conflitos e discriminações raciais que existem na sociedade brasileira são um legado do passado escravista e, à medida em que a sociedade capitalista moderna vai se consolidando, os conflitos raciais vão sendo gradualmente substituídos por

conflitos entre classes sociais. Os estudos de Florestan têm o grande mérito de mostrar que há racismo na sociedade brasileira contemporânea, mas afirmam que o racismo tende a diminuir com o avanço da sociedade capitalista competitiva: o racismo remonta ao passado escravista e desaparecerá no futuro.

No Rio de Janeiro também foram realizadas pesquisas sob os auspícios da Unesco. Um dos resultados dessas pesquisas foi o livro do sociólogo Luís Costa Pinto, "O Negro no Rio de Janeiro". Neste livro, Costa Pinto utiliza em larga escala dados estatísticos e chega à conclusão de que no Rio de Janeiro há discriminação racial, apesar de ser diferente da que há na África do Sul, nos Estados Unidos ou na Alemanha. Costa Pinto afirma que a discriminação racial tende a se acirrar na sociedade carioca, na medida em que a sociedade moderna leva à ampliação e diferenciação das formas de conflito. No Rio de Janeiro um dos conflitos que estariam em franca expansão seria o que se estabelece entre brancos e pretos. Assim como Florestan, Costa Pinto afirma que há discriminação racial na sociedade brasileira pós-abolição; mas, ao invés de acreditar que a discriminação diminuirá com o desenvolvimento da sociedade capitalista, como faz Florestan, adverte que a discriminação racial tende a aumentar.

Podemos atribuir as diferenças entre as visões de Thales de Azevedo, Florestan Fernandes e Luís Costa Pinto ao fato de terem perspectivas teóricas distintas, mas também ao fato de terem pesquisado regiões bastante diversas.

Vários anos depois de terem terminado as pesquisas da Unesco, o sociólogo Carlos Hasenbalg, do Rio de Janeiro, começou a fazer pesquisas sobre as relações raciais no Brasil e a discutir os resultados das pesquisas anteriores. Carlos Hasenbalg contraria as hipóteses

de Florestan Fernandes, de que as desigualdades raciais seriam um legado do passado escravista, e aprecia a discriminação racial como fator de produção de desigualdades sócio-econômicas na sociedade brasileira contemporânea. Junto com o sociólogo e demógrafo Nelson do Valle e Silva, Hasenbalg produziu estudos e reuniu uma série de evidências confirmando a existência de discriminação e desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Usando métodos estatísticos bastante sofisticados, Valle e Silva mostra que a raça ou cor é um fator que

***Os acusados negros
tinham mais chances
de serem condenados
do que os brancos e
quando as vítimas
eram negras
aumentavam as
chances de absolvição
do acusado.***

contribuiu fortemente na produção de desigualdades sócio-econômicas, indicando que a discriminação racial é em si mesma produtora destas desigualdades. Os estudos de Valle e Silva e Hasenbalg abriram caminho para inúmeros trabalhos relativamente recentes que vêm investigando a discriminação de cor em diversos setores da sociedade brasileira: no mercado de trabalho, na educação, no acesso à justiça, nos meios de comunicação etc.

Seguindo essa perspectiva realizei uma pesquisa em que recolhi evidências que me permitiram avaliar a discriminação racial nos julgamentos dos Tribunais do Júri no início do século no Rio de Janeiro. Usando métodos estatísticos (modelos de regressão múltipla), mos-

trei que os acusados negros tinham mais chances de serem condenados do que os acusados brancos e que quando as vítimas eram negras aumentavam as chances de absolvição do acusado. Recentemente o sociólogo Sérgio Adorno fez um estudo semelhante sobre os tribunais em São Paulo indicando igualmente práticas de discriminação racial.

Em outro estudo sobre as vítimas de homicídio no Rio de Janeiro mostramos que os negros jovens são os principais alvos deste tipo de crime. Até na distribuição das mortes por homicídio haveria discriminação e desigualdade. Os jovens negros têm mais chances de serem vítimas de homicídio do que qualquer outra pessoa.

Outros estudos que também se valem das contribuições de Hasenbalg e Silva concluem que há discriminação e desigualdade racial nas escolas primárias, no mercado de trabalho, na distribuição de salários e oportunidades etc. Todos estes estudos e, principalmente, os que se valem de dados estatísticos agregados confirmam que os negros estão sempre em posição de desvantagem em relação aos brancos.

No entanto, algumas pesquisas qualitativas baseadas em observações pormenorizadas de poucos casos mostram que não há um discurso racista, ou baseado em categorias raciais, claramente definido. Pode-se dizer que os números confirmam a existência de racismo, mas as palavras não o expressem com clareza. Ou melhor, as estatísticas mostram que há discriminação e desigualdades raciais, mas a análise dos discursos mostra que esta discriminação não é claramente explicitada. Não haveria discursos de cunho claramente racista ou, como diriam alguns autores, uma ideologia racista no Brasil.

Para sairmos deste impasse, podemos dizer que o racismo brasileiro é diferente dos que existem

em outras partes do planeta. Oracy Nogueira, um sociólogo paulista contemporâneo de Florestan Fernandes, escreveu um texto denominado "Preconceito racial de origem e preconceito racial de marca" (capítulo do livro "Tanto Preto Quanto Branco" do mesmo autor), que nos esclarece bastante sobre o problema do racismo no Brasil.

Oracy faz uma comparação entre o racismo norte-americano e o brasileiro. Nos EUA a discriminação racial é baseada na origem da pessoa, isto é, se uma pessoa tiver um antepassado negro, mesmo que ela tenha a pele clara ou branca, é considerada negra e sofrerá discriminação por causa de sua origem racial. No Brasil, o que importa é a aparência, a cor da pele. Se a pessoa tiver um antepassado negro, mas tiver a pele clara ou branca, não sofrerá discriminação racial direta. As asserções de Oracy Nogueira apontam para a idéia de que o racismo no Brasil está restrito às aparências e ocorre em situações específicas. Inspirados em Oracy Nogueira podemos dizer que o racismo brasileiro só surge em determinadas situações de conflito, mas não viabiliza a formulação de discursos racistas claramente definidos. Eu diria que ele surge em situações de conflito como, por exemplo, nas *blitz* policiais em que a marca, ou cara, da pessoa é tomada como um sinal da criminalidade. Os negros são sempre revistados, uma vez que a cor preta é em regra tomada como emblema de criminalidade. Num trabalho, citado acima, sobre os julgamentos nos tribunais do júri, mostrei que os negros eram **condenados** com mais freqüência do que brancos justamente porque eram vistos como criminosos em potencial. Com efeito, há fortes indícios para sustentar a hipótese de que há discriminação racial nos julgamentos e de que os meios de justiça estão longe de estarem democratizados. Nestes momentos

de conflito o preconceito racial de marca, descrito por Oracy Nogueira, opera implacavelmente.

Outro momento de conflito, muito diferente das *blitz* e dos julgamentos, é o casamento. Quando vai haver um casamento inter-racial aparecem freqüentemente, segundo a antropóloga Moema de Poli Teixeira, sinais do preconceito racial. Nesses momentos, as referências à cor adquirem, em muitos casos, um tom depreciativo.

Eu diria que no Brasil o racismo raramente é explicitado. Isto não significa que não exista. Basta observarmos a cor das pessoas que moram nas ruas ou dos meninos que não vão a escola: são predomi-

nantemente negros. Mais persuasivas do que estas considerações impressionistas são as estatísticas que demonstram claramente a desigualdade e a discriminação racial. Resta refletir sobre a aparente ausência de discursos racistas claramente definidos.

Recentemente o jornal *Folha de S. Paulo* publicou um caderno ("O Racismo Cordial") com o resultado de uma pesquisa de opinião sobre o racismo no Brasil. A pesquisa baseou-se numa amostra estatística e chegou, entre outras, à conclusão de que há discursos racistas no Brasil e que o brasileiro é racista. Embora seja uma boa pesquisa, considero que os dados merecem análises sociológicas e estatísticas mais pormenorizadas e detalhadas. É de grande importância a elaboração de bancos de dados confiáveis que possam ser analisados por especialistas. A pesquisa da *Folha* parece ter coletado dados bastante interessantes sobre os discursos raciais, dados que devem ser analisados por especialistas e incorporados às pesquisas quantitativas sobre as relações raciais. É de extrema importância para o trabalho científico que dados estatísticos sejam analisados mais de uma vez para que estejam constantemente sendo submetidos a críticas metodológicas e conceituais.

Quanto ao atual estado das pesquisas realizadas sobre relações raciais, podemos afirmar que mostram evidências claras de que a discriminação racial promove desigualdades sócio-econômicas e não que é produto destas desigualdades. Em outras palavras, os negros não são discriminados porque são pobres, mas são pobres porque são discriminados.

O problema da explicitação dos discursos racistas no Brasil permanece intrigando os pesquisadores. Podemos dizer que o racismo está na cara e, ao mesmo tempo, escondido e escamoteado. □

As estatísticas mostram que há discriminação e desigualdades raciais, mas a análise dos discursos mostra que esta discriminação não é claramente explicitada.



NÃO ABDICAR DA CONDIÇÃO HUMANA: CRITICAR A REALIDADE E INVENTAR NOVOS CAMINHOS

Entrevista com Gerd Borheim

Proposta – Quais as possibilidades de interpretação que o instrumental filosófico aporta para o entendimento de um quadro social urbano como o brasileiro que reúne elementos de extrema desigualdade e violência?

GERD BORHEIM – A relação entre a filosofia e a realidade social urbana se dá, em um plano filosófico, através de um conceito: a idéia de sistema. O sistema é um conceito muito curioso e que teve um sucesso filosófico imenso dos séculos XVII ao XIX, de Descartes a Hegel, e depois entrou em desuso na filosofia. Marx, por exemplo, não abdicou da idéia de sistema, mas já não conseguiu mais fazer um sistema completo. Em última análise, “O Capital” é um fragmento de sistema. Não existe mais um sistema porque não é mais possível. Hoje, ele só existe nas ciências formais, na lógica, na matemática, em coisas assim.

Mas existe uma violência enorme dentro do plano urbano porque toda realidade social hoje tem que se resolver em termos de um sistema: há um sistema de trânsito, um sistema de supermercado, um sistema de banco... A minha casa é um sistema. Quando eu entro na minha casa, entro em um corredor, passo para a parte social, tem a parte de serviço, a parte íntima. Todo o meu comportamento se integra dentro de um sistema do qual não posso sair. Nós temos uma realidade extremamente racional, totalitária e absolutista, que tende a avassalar muito o compor-

tamento humano. Isso já é uma violência. Eu acho isso uma violência.

Se pegarmos, por exemplo, a casa que existe no parque da PUC do Rio de Janeiro, o Solar Grandjean de Montigny – que, por sinal, é muito interessante –, podemos ver que há um formalismo arquitetônico maravilhoso nela. Tem a par-

Todo o imaginário do intelectual de esquerda desmoronou. Mas temos que procurar um caminho que, no meu entender, é criticar o sistema e trabalhar o fragmento.

te de serviço, atrás da escada, tem a cozinha e áreas de serviço e depois os dois pisos superiores. Esses dois pisos têm seis peças cada, formando uma sobreposição geométrica perfeita. É muito interessante porque o racionalismo daquela casa – que é paladiana – com sua sobreposição racional extrema, não tem nada a ver com o seu funcionamento. Podemos colocar aqui, lá ou acolá, aonde quisermos, a parte íntima ou o escritório, a biblioteca, o salão: é indiferente. Este solar foi construído em cima de um plano formal, matemático, do século XVII.

Já a arquitetura moderna, que tem muitas vezes o mesmo plano formal matemático, se torna de fato funcional, mas aprisiona demais o comportamento do homem. Eu acho que a casa hoje é um princípio de aprisionamento. É muito confortável, tem tudo, evidentemente, mas só que me compartimentaliza excessivamente. A criança, por exemplo, não entende isso, mas ela terá que ser educada dentro desse sistema. E isso é uma violência.

Mas sabe o que é interessante também? O século XVII, quando surgiu o sistema, o racionalismo filosófico cartesiano e tudo mais, é o mesmo período em que Sir Walter Raleigh trouxe o tabaco para a Inglaterra. O tabaco é uma droga, um princípio de irracionalidade, o que é um outro tipo de violência. E no século XX, quando o sistema se socializa, se torna democrático, a droga impera. Talvez haja aí uma relação.

Quando atravesso a rua, entro em casa, vou passear, fazer o meu cooper no parque de manhã, está tudo dentro do sistema. A nossa vida é um sistema. Esse racionalismo excessivo tem um complemento muito curioso que eu associo com a idéia de droga e com a expansão da droga.

GERD ALBERTO BORHEIM – Filósofo. Livre docente pelo Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Departamento de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Foi de modo altamente aristocrático – eu diria mesmo até elitista – que se passou a utilizar a droga no princípio do século XX, quando principalmente os intelectuais partiam para a Índia em busca desta experiência. Depois da Segunda Guerra Mundial a droga se democratizou e se disseminou de modo fantástico. Aqui eu vejo uma relação: eu diria que este extremo racionalismo da sociedade, da organização urbana do mundo contemporâneo, não dá conta da realidade humana.

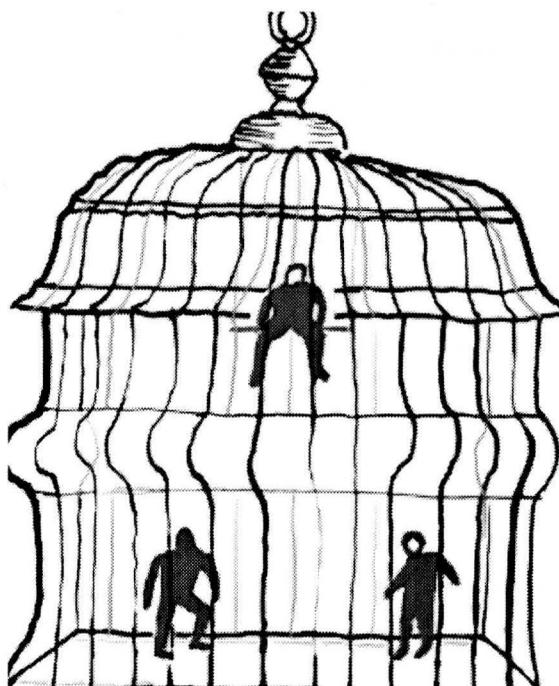
O sistema é um dado cultural que da teoria passou para a prática – o que é muito interessante, aliás – e trouxe com isso a necessidade da droga. Portanto, a droga não é uma questão de repressão, de polícia. Esta questão é muito mais complicada no meu entender. É uma espécie de suplemento de alma. É uma complementação a esta organização urbana que não consegue mais satisfazer. Além de, evidentemente, ter muito dinheiro em jogo.

A Souza Cruz, por exemplo, dispensou 60% dos seus funcionários e fechou a fábrica da Usina aqui no Rio, a de Porto Alegre e parece que a de Recife. O cigarro está decadente. Acho que em breve a maconha será legalizada para ocupar o lugar do cigarro. O capital vai contagiando. Foi exatamente isso, aliás, que aconteceu com o próprio tabaco e o álcool.

Proposta – A metáfora da guerra domina parte do imaginário social, trazendo à tona a irracionalidade dos processos sociais coletivos que embutem e produzem fragmentação e crise de identidades entre grupos sociais e de indivíduos. Quais as possibilidades de lidar e com-

prender processos desse tipo?

GERD – A filosofia moderna, a cultura moderna, se dá entre dois pólos: um é a idéia de sistema, quer dizer, de racionalidade extrema, de organização prática, uma idéia de sistema em que há a



Eu diria que este extremo racionalismo da sociedade, da organização urbana do mundo contemporâneo, não dá conta da realidade humana.

internalização de todos os dados da sociedade, do mundo urbano.

Outra idéia fundamental é a idéia de fragmento. Montaigne já escrevia em fragmentos. É interessante porque Montaigne pega um aspecto aqui, um aspecto lá; ele não constrói sistematicamente a realidade, ele se entrega ao fragmento. Nos séculos XVII e XVIII já se falava em fragmento.

E no século XX não existe mais a filosofia, mas existe o fragmento com uma força muito grande. De certa maneira, o indivíduo drogado se fragmenta, se particulariza, sai do sistema, sai inclusive de sua casa de certa maneira; quer dizer, o sistema racional já não funciona para ele e então ele sucumbe.

Não sou nem a favor nem contra as drogas. Estou tentando examinar a questão, mas acho que há esse problema da fragmentação do indivíduo que vai se acasalar perfeitamente bem com o individualismo. O individualismo nasceu de dentro do sistema e é a reivindicação do fragmento. Acho que há aí uma complementação.

Na cultura ocidental, de modo geral, o motor é a violência. A cultura grega no fundo é a cultura da violência. Era uma cultura que, até o século V, conseguiu toda a riqueza

e poder fundamentalmente a partir da guerra. Os gregos ganharam todas as guerras, pegaram o espólio, os tesouros, os palácios. Com a Guerra do Peloponeso começou a decadência da cultura grega porque eles perderam essa guerra. O curioso é que a cultura grega dessa época está toda baseada na violência e não é só por causa da guerra. A tragédia é uma violência. Na filosofia, no texto pré-socrático mais antigo, Anaximandro fala em injustiça e fala da culpa. Nesse fragmento que corresponde à situação da tragédia, a violência dá o tom. É muita violência. A base mesmo da cultura ocidental desde a Grécia é toda calcada na violência.

Eu me pergunto se o totalitarismo hoje não seria uma espécie de último regime político ou sistema de violência organizada. As ditaduras de esquerda ou de direita

são graves, são horríveis. Quem matou mais gente: Hitler ou Stalin? A máquina compressora da violência que avassala tudo isso faz parte do imaginário tétrico do homem do século XX.

Proposta – Podemos dizer que, num cenário de crise orgânica, de reestruturação e de conflitos entre o local, o nacional e o regional, de pressões que vão do peso da banalização da violência até os conflitos distributivos, estamos diante de um cenário análogo ao weimariano, ou seja, de crise do pré-guerra na Alemanha?

GERD – Acho que não há paralelo. Claro que pode haver pontos de coincidência, contradições da crise, da cultura burguesa moderna. Mas a impressão que tenho é que o que estamos vivendo hoje é muito mais uma crise do sonho do socialismo. Eu sou um socialista convicto e me pergunto como é que o socialismo ainda pode funcionar. A inteligência ocidental – e isso me traz uma perplexidade enorme – é fundamentalmente socialista, a grande maioria da inteligência é de esquerda. Mas como ela pode se posicionar face ao que está acontecendo?

A crise da União Soviética não tem nada a ver com a oposição aos Estados Unidos. A União Soviética no fundo era uma grande Petrobrás que entrou em crise, faliu e todo mundo ficou perplexo se perguntando como é que pôde acontecer uma coisa dessas. Como fica então a idéia de uma sociedade socialista?

Acho que a esquerda brasileira está perdendo tempo pois ela está ainda muito presa aos sonhos socialistas da maneira mais antiga. Temos que discutir imediatamente, por exemplo, o que se entende por privatização. Não adianta ser globalmente contra a privatização. Na Vale do Rio Doce, por exemplo, a idéia é a fragmentação e a atomização da empresa para

que o máximo possível de ações fique nas mãos dos funcionários. Tanto é que os funcionários querem a privatização. E se as empresas forem parar nas mãos de um maior número possível de brasileiros a privatização é ótima.

O indivíduo drogado se fragmenta, se particulariza, sai do sistema, sai inclusive de sua casa de certa maneira; quer dizer, o sistema racional já não funciona para ele e então ele sucumbe.

Eu não vejo muita diferença entre capitalismo particular e capitalismo de Estado. Acho até que o de Estado é pior ainda porque gera senilidade, gera a mentalidade do funcionalismo público exacerbado etc. Os caminhos hoje são diferentes. Tenho a impressão que o ideal de construção de uma sociedade socialista tem que ser posto entre parênteses e ser mais profundamente estudado. O socialismo entra, no meu entender, na crítica à política do governo. A postura intelectual prática deve ser socialista no sentido de crítica à ação do governo. Mas a idéia de fazer um estado socialista deve ficar entre parênteses.

É claro que existe o exemplo da Alemanha, onde foram suprimidas as grandes fortunas individuais (ao contrário do Japão e dos Estados Unidos), onde de fato a distribuição de renda na Alemanha atingiu um nível muito elevado. Talvez a maior renda per capita real seja a alemã. A distribuição da renda é o problema pelo qual devemos nos bater.

Aqui no Brasil a distribuição

de renda é uma vergonha! No Rio Grande do Sul, por exemplo, há uma grande parcela de minifúndios e pequenas empresas que garantem uma distribuição mais equitativa. Já na Bahia, que parece ter uma renda per capita superior à gaúcha, a miséria é uma coisa horrível.

Eu sempre vi Fidel Castro com muita simpatia. Mas depois da queda do muro eu vejo aquele homem fantasiado de general... Eu sou oficial da reserva mas sou profundamente antimilitar e não entendo. No fundo, Fidel fracassou. Com todo o tempo que esteve à frente do governo, ele não conseguiu produzir uma estrutura econômica que desse auto-suficiência a Cuba. Ele sempre defendeu a gorjeta da Rússia que mantinha um campo avançado ali, pertinho dos Estados Unidos, uma relação puramente estratégico-militar. Agora a gorjeta acabou. Então, toda a sua política econômica estava errada. Ele tinha que ter edificado uma estrutura econômica que não dependesse do dinheiro russo e não conseguiu.

Temos que partir de uma crítica da realidade concreta em que nós vivemos. A idéia antiga de socialismo não leva a mais nada. O que é uma tragédia. É realmente uma tragédia porque deixou a inteligência ocidental numa espécie de vazio. Todo o imaginário do intelectual desmoronou e as pessoas não têm conseguido adquirir uma autonomia em relação a essa questão. Mas temos que procurar um caminho. E o caminho, no meu entender, é criticar o sistema e trabalhar o fragmento. Temos que inventar novos caminhos.

Eu gostaria de escrever um livro sobre Marx porque o que aconteceu foi uma brutalização de Marx. Ele falava abertamente contra a Rússia. Ele sempre disse que país subdesenvolvido não pode gerar o socialismo. O capitalismo não é uma questão de certo ou

errado para Marx. O capitalismo era a verdade da história, fazia parte do processo da história e o socialismo teria que vir de dentro do momento de culminância do capitalismo que teria lugar, no século passado, na Inglaterra ou na França. Não poderia ser nunca na Alemanha que então era subdesenvolvida. O processo revolucionário tinha que acontecer dentro de uma situação criada pela própria história e não pela violência histórica.

Eu me pergunto até que ponto não seria interessante retomar essas idéias de Marx de que o capitalismo necessariamente vai além dele mesmo. Essa idéia não pode estar errada porque a história não pára, ela se transforma. Mas se transforma aonde? Justamente onde está a riqueza, onde está a possibilidade de transformação mais evidente. A idéia de Marx é essa. Marx nunca condenou o capitalismo como um monstro. Ele dizia que o capitalismo é necessário dentro da dialética histórica porque é de dentro dele que vai surgir a distribuição da riqueza. Acho que essas idéias deveriam ser repensadas. A Rússia foi um grande atraso, um atropelamento brutal que certamente não estava nas projeções de Marx. Então, acho que isso tem que ser repensado, não mais dentro das coordenadas do século passado, mas a partir da característica do espírito crítico do velho Marx, pois isso ele tinha demais para nos dar. Tinha mesmo. São os conceitos de verdade histórica e de dialética que estão em jogo no caso de Marx.

Proposta – Qual a sua visão sobre a questão tecnológica e quanto às possibilidades do conhecimento humano frente ao novo paradigma técnico-científico?

GERD – No século XX existe uma dimensão da educação do homem pela máquina. O que estou dizendo pode parecer uma mons-

truosidade, mas não é. Marx tinha razão quando fez um elogio da máquina dizendo que ela amplia o corpo do homem, o poder do homem, a dominação do homem sobre a natureza. Ele não pôde prever que haveria no século XX a robotização do homem. Isso faz parte da pedagogia da máquina, do assentamento do homem na nossa sociedade contemporânea. No passado a máquina que o prolongava era um instrumento que o homem podia deixar de lado quando não precisasse mais do utensílio. Hoje não. A máquina redimensionou a própria realidade humana. A realidade está maquinizada de certa maneira e continua havendo a necessidade de uma pedagogia nisto tudo. Aquela idéia da robotização se concretizou de fato. Carlitos, por exemplo, em “Tempos Modernos”, já fazia a crítica à robotização e essa crítica se desenvolveu.

Quando foi introduzido o controle remoto da televisão, por exemplo, a relação do espectador com o aparelho se modificou muito drasticamente. Quando surgiu a televisão no Brasil, em 53 ou 54, era uma telinha em branco e preto, um canal só: todo mundo ficava olhando fascinado pelo meio que era o próprio aparelho. Quando tinha uma tragédia ou uma piada, ninguém se dava conta porque o meio é que era a coisa fundamental, o meio era a mensagem. Hoje, com o controle remoto, uma criança vai trocando de canal, vai comparando, vai desenvolvendo o espírito crítico. Não há mais aquela passividade de antes. De fato, é possível ver hoje um programa de televisão com um olhar muito mais crítico do que no passado.

Eu sou muito otimista com relação a isso. Acho que no fundo o homem não quer abdicar da condição humana: ele se vê avassalado, subserviente ou coisa que o valha, e aos poucos vai tomando a dianteira de novo, ele se refaz com o tempo. Será que estou otimista demais?

Eu acho que o homem inventou a máquina para si e tem que adaptar tudo isso porque senão será a negação de seu mundo. O homem é deste mundo, então tudo isto faz parte de um processo extremamente importante de transformação da realidade.

Toda revolução burguesa a partir do século XV pretendeu o

A questão da fragmentação do indivíduo vai se acasalar perfeitamente bem com o individualismo, que nasceu de dentro do sistema e é a reivindicação do fragmento.

quê? Ela pretende o conforto, ela se reduz à palavra conforto. Descobriu-se de repente que a ciência pode ser usada e transformada. H₂O, que parecia uma fórmula inofensiva, puramente química, de repente abarca a farmacologia e agora busca-se tornar a vida humana mais longa. O homem é um animal programado pela natureza para viver 130 anos e vai se chegar lá.

No passado, na tragédia grega, quem mandava eram os deuses e a peste era um castigo. De repente, a peste começa a ser identificada, a partir sobretudo de Pasteur: é a gripe espanhola, a *influenza* que matou tanta gente. Hoje temos a AIDS, mas o vírus já está detectado. É apenas uma questão de tempo e ele será dominado. Mas dizer que foi Deus que mandou a AIDS como um castigo, como um certo cardeal aí quase disse, isso não tem mais sentido nenhum. A realidade toda pode ser dominada pelo homem, que pode controlá-la atra-



ça? É que naquela época havia uma orientação filosófica pré-determinada que hoje não existe mais. Hoje domina o cultivo do espírito crítico, saber criticar as posições e as situações.

O ISEB, por exemplo, tinha toda uma ideologia pré-determinada e fazia parte da construção de um projeto de desenvolvimento nacional. Vou aproveitar para dizer uma coisa muito séria que me perturba a cabeça há algum tempo. Eu tenho toda simpatia pelo movimento. Eu era muito mais moço que esse pessoal, morava em Porto Alegre mas não tinha essa participação toda. Mas eu acho que a ideologia do ISEB tem muito do fascismo

precisamos tomar cuidado. Essas coisas têm que ser vistas com mais frieza no meu entender.

Não quero condenar o ISEB que foi muito importante do ponto de vista da conscientização, de dar uma unidade à consciência nacional, aquilo que Hegel chamaria de conceito, o Brasil como conceito. Isso foi muito importante. Mas não quer dizer que tenha se sobreposto a todas as ideologias daquele tempo.

A minha geração foi nacionalista. Eu sempre fui nacionalista. A música nacionalista da Rússia no século passado era Mussorgski; aqui foi Villa-Lobos. A música nacionalista no Brasil não tem mais condição de funcionar e Villa-Lobos é o maior músico das Américas. Mas isso foi uma época.

Marx nunca foi nacionalista. Ele foi o primeiro a dizer que o capitalismo é, por definição, internacional.

Proposta – Só que o capitalismo efetivamente se transformou em internacional quando a classe operária não mais corresponde à realidade da “classe operária” do século XIX. O capitalismo é internacional, mas as forças produtivas começam a prescindir do operário protagonista da emancipação.

GERD – O problema é termos a capacidade de renovar conceitos. Isso é muito difícil.

Proposta – É possível pensar alguma nova noção de razão crítica, mesmo tendo por pano de fundo o cenário de exclusão social e banalização da violência que produzem fenômenos e comportamentos típicos aos papéis sociais incertos e transitórios que marcam a moralidade e a psicopatologia coletiva de uma era, grosso modo definida como sendo de cultura da violência ou de darwinismo social recrudescido no mínimo com indiferença e ou ódio para com o outro?

vés da máquina, da tecnologia e estabelecer bases humanas mais amplas para seu modo de ser neste mundo.

Proposta – O debate sobre a ética na política fez renascer o interesse pela filosofia. A ampliação dos focos de reflexão nascidos de encontros públicos, como os seminários organizados por professores e filósofos e coordenados por Adauto Novaes, poderia estimular ou propiciar um movimento de “renascimento” da filosofia em torno de um projeto de desenvolvimento nacional, como ocorreu na década de 60?

Gerd – Sabe qual é a diferen-

*O homem pode
estabelecer bases
humanas mais amplas
para seu modo de ser
neste mundo.*

européu. É muito nacionalismo, é a idéia da terra, dos valores fundamentais da nação, tal como Hitler preconizava na sua primeira fase. É uma coisa muito da época. Acho que falta distância crítica em relação a esses fenômenos todos. O stalinismo tem também certas coordenadas que coincidem com esse tipo de estrutura. Até porque Hitler se transformou num monstro é que

GERD – Eu acho que sim. Vamos pegar o Rio de Janeiro. Todo mundo diz que a violência hoje é um fenômeno universal: Nova York tem etc. Mas o interessante no meu entender são as especificidades.

Se olharmos esse mundo das favelas podemos constatar que há de fato duas éticas no Rio de Janeiro. Uma é a ética do asfalto, onde domina o contrato social e a transgressão tem seu sentido bem delimitado dentro do contrato social. A outra é a favela onde não existe contrato social. Essa é a grande contradição. A favela tem uma ética social que literalmente é pré-moderna. É outro mundo, são outros tipos de normas. Na Idade Média, por exemplo, tinha o Robin Hood que era o homem que se escondia na floresta (a favela). Ele queria fazer justiça. Ele era um bandido, um ladrão que dividia com os outros os bens.

Não estou justificando o ladrão. Estou dizendo que a ética deles é diferente. O traficante de drogas, que é ladrão e assassino, tem a ética da favela. Quando houve uma destruição numa favela (não me lembro mais qual foi), no dia seguinte os jornais publicaram que o próprio traficante ia reconstruir tudo. Isso quer dizer que há um tipo de liderança que nós, classe burguesa, não conseguimos mais aceitar: é a ética da Idade Média em última análise, um tipo de ética primitiva que está se desenvolvendo aqui. Aliás, o tipo de organização urbana no fundo é medieval, é um tipo orgânico em função do morro, como o burgo de antigamente. E esse burgo é dominado por um tipo de bandido que no fundo acaba sendo o grande ídolo local.

Proposta – Mas você não acha que a juventude que pega uma USI se acha heróica, forte e poderosa e que, no imaginário do restante da população favelada, acaba se transformando

numa espécie de ídolo como o Rambo?

GERD – Mas eles têm uma outra coisa que não é do contrato social, pois não estão incluídos nem na sociedade civil nem na esfera pública. O banditismo obriga-os a terem que se haver entre eles. Claro que Robin Hood era um ladrão, aliás idealizado muito sintomaticamente por Hollywood, e esse Robin Hood tem que se haver com a sua coletividade. Aí surge esse princípio de contradição que eu acho muito importante ser melhor analisado.

O capitalismo necessariamente vai além dele mesmo. Esta idéia não pode estar errada porque a história não pára, ela se transforma.

Temos que pensar que o ladrão, o assassino jovem de hoje, já passou pelos CIEPs. Quer dizer então que a oferta de uma educação formal não basta; só o CIEP – que é uma iniciativa fundamental, da qual admiro profundamente seu conceito – não é suficiente. Os salários têm que ser revistos, bem como as políticas públicas, os direitos sociais, a questão cultural – tudo tem que ser revisto. Cidades como o Rio de Janeiro perderam a sua identidade.

Do ponto de vista do capitalismo e do socialismo há uma coincidência, há um fundo comum: a recusa da esmola. Para um socialista, o pobre não pode existir, nem é um tema de que Marx trate, pois quando se estabelecesse o socialismo, o pobre desapareceria automaticamente e a distribuição da riqueza seria automática. Não só o socialismo não consegue aceitar a esmola que é profundamente de-

sumana; o capitalismo também não a aceita. Para o capitalismo o pobre é uma excrescência. Ele tem que se integrar à sociedade de consumo. Se não se integrar, terá que ser eliminado de alguma maneira. Por isso é muito curioso que a evolução da cultura burguesa moderna caminhe nesse sentido da supressão da esmola. E isso quer dizer o quê? Quer dizer ou a integração do indivíduo num estatuto mais elevado ou a sua supressão, aliás que é como se dá aqui com essas polícias de extermínio que matam os meninos pura e simplesmente. Mas isto está profundamente de acordo com o sistema no sentido de que a pobreza não pode existir.

Acho que a Ação da Cidadania, por exemplo, abriu um campo interessante no sentido de conscientizar as pessoas politicamente. Mas eu não sei se foi conduzido de fato para esse lado porque no fundo fica tudo resolvido dentro da dicotomia sujeito-objeto, onde o pobre é objeto e eu sou sujeito do pobre. Acho isso absolutamente odioso. Aquele que dá esmola está justificado até a medula dos seus ossos e o pobre, por sua vez, não passa de um objeto de comiseração. Repugna-me dar esmola; eu a considero uma desumanidade total.

Uma professora de Educação da UFRJ fez uma pesquisa de campo com meninos de rua onde ficou claro que eles gostam de roubar mas não gostam de pedir esmolas. Eles se sentem humilhados quando pedem esmolas. Acho profundamente humano isso. Temos que entender porque os meninos roubam. Pedir esmola? Estender a mão para outra pessoa? O que é isso? Acho que a vida vale mais do que um saco de batatas. Quem não tem comida tem que roubar. Isso é direito canônico, aliás, não é? Passar fome? Não pode! A esmola é a confirmação eterna de uma estrutura errada, desumana. O rico vai ser eternamente rico e o pobre vai ser eternamente pobre? □

O PAPEL DA CULTURA E DA INTERSUBJETIVIDADE NO COMBATE À VIOLÊNCIA

Entrevista com Benilton Bezerra Júnior

Proposta – Gostaríamos que você relacionasse a crise e a reestruturação das sociedades contemporâneas com o cenário de fragmentação, exclusão e violência que vem dominando as grandes cidades brasileiras.

BENILTON – A questão da violência apresenta na verdade um complexo de causas. Por um lado, há as causas mais gerais (econômicas e culturais) – que já conhecemos há séculos – e que determinam a imensa disparidade social que temos no Brasil. Mas encontramos além disso algo em nosso país que não apresenta paralelos em outras sociedades. É claro que existem países mais pobres do que o Brasil, mas são sociedades em que a pobreza é mais ou menos homogênea, ou países onde a disparidade encontra algum tipo de legitimação social, como em alguns países orientais. A Índia é o modelo clássico. Nesses contextos a desigualdade social não implica necessariamente a percepção de injustiça porque há um sentimento de justiça religioso que justifica a desigualdade. Os seres humanos não são descritos como sendo iguais: um pária não é igual a um membro de uma casta superior. Mas todas as diferenças, as desigualdades, a hierarquia social, encontram uma justificativa, uma razão de ser, uma explicação, que é dada por uma ordem supra-social: a ordem divina.

Existe uma certa afinidade, por assim dizer, entre a descrição que a sociedade tem de si e do mundo,

e aquilo que se passa na cena real. No Brasil vivemos algo diferente: uma sociedade brutalmente desigual, ao mesmo tempo revestida por uma espécie de ideologia social de igualdade. Esse paradoxo, pelas conseqüências que acarreta para os sujeitos, está ligado ao fenômeno da violência em nosso meio.

No Brasil vivemos algo diferente: uma sociedade brutalmente desigual, ao mesmo tempo revestida por uma espécie de ideologia social de igualdade.

É preciso lembrar que, além disso, há causas político-institucionais que não devem ser subestimadas. O Brasil, nos últimos 20 anos, sofreu de maneira muito forte um processo de desestruturação do aparelho do Estado naquilo que ele tinha construído como mecanismo de repartição de renda – escola pública, serviço de saúde pública –, que eram uma maneira de distribuir riquezas de forma indireta e garantir um acesso mínimo a serviços e bens indispensáveis. Isso foi sendo dilapidado. A Previdência está falida. Os serviços de saúde nunca estiveram tão depredados como hoje. Talvez a única exceção seja a saúde mental.

Eu não tenho uma idéia muito precisa do conjunto das áreas, mas a de saúde mental conheço bem. Na saúde mental existe uma espécie de movimento contra a maré, um movimento de atualização das tecnologias e mesmo de certos paradigmas teóricos, de inovação mesmo. Mas isso por razões peculiares, pela formação de algumas gerações de jovens psiquiatras e psicólogos que, hoje em dia, têm uma visão muito clara quanto a uma política para o setor.

No resto eu acho que esse quadro de deterioração do serviço público acentuou ainda mais aquela desigualdade já dada de antemão pela exclusão econômica. Assim, razões econômicas, políticas e culturais se entrelaçam na determinação do quadro de violência que conhecemos. A violência nos meios urbanos no Brasil não se explica somente pela pobreza, pela marginalidade.

Proposta – No Brasil, nunca existiu uma cidadania plena. Mesmo a expansão de políticas sociais se deu num contexto autoritário na maior parte do tempo, isto é, no bojo de um processo de crescimento e modernização pelo alto. No momento em que se rompeu esse autoritarismo, verificou-se uma crise de le-

BENILTON BEZERRA JÚNIOR – Psicanalista. Professor assistente do Instituto de Medicina Social da UERJ. Doutorando em Saúde Coletiva no IMS/UERJ.

gitimidade e de autoridade. A sociedade ficou presa apenas aos seus processos darwinistas, aos processos desse *ethos* capitalista perverso que se desenvolveu entre nós. A juventude, por exemplo, tem a cultura do fragmento, enquanto a cultura democrática é a da universalização. Você, contudo, acabou de falar da necessidade de uma universalização de padrões, de regras, de referências, de instituições, de direito, de política, referida aos valores igualitários. Como você vê essa tensão da cultura?

BENILTON – Creio que essa é uma questão central nas sociedades contemporâneas, ocidentais, individualistas. Ela tem a ver justamente com o processo de formação das identidades. As identidades cada vez mais se fragmentam.

Mesmo os movimentos progressistas, reformistas, que tentam mudar a sociedade, que falam em nome da cidadania, têm cada vez mais incorporado, sob o efeito da lógica do individualismo, uma perspectiva corporativa ou setorial. Um exemplo dos mais recentes é a organização dos grupos de terceira idade. Temos, hoje, a terceira idade, os gays, os jovens, os negros, as mulheres etc. Vão se multiplicando os grupos que falam em nome dos direitos do próprio grupo, sobrepondo essa defesa do direito específico a qualquer outra perspectiva. Esses movimentos têm tido historicamente uma enorme importância na luta por mais respeito e tolerância para com as diferenças, por maior solidariedade. No entanto, esses movimentos acabam freqüentemente por afirmar uma especificidade natural, irredutível, dessas diferenças que na verdade são historicamente construídas. O resultado é que se perde a noção de horizonte comum, o que havia de mais forte na idéia de socialismo.

Acho que o maior prejuízo que tivemos nos últimos anos foi jus-

Mesmo os movimentos progressistas que tentam mudar a sociedade, que falam em nome da cidadania, têm cada vez mais incorporado uma perspectiva corporativa ou setorial.

tamente o declínio dessa idéia de um horizonte comum. O que o socialismo trazia como bandeira era a idéia de um mundo melhor para todos, a idéia muito forte de que quaisquer que fossem as reivindicações de grupos, quaisquer que fossem as especificidades, as singularidades, elas só se realizariam numa sociedade onde houvesse igualdade de regras para todos e liberdade para que as diversidades pudessem florescer. Isso foi ruído por causa da contaminação que essa noção de horizonte comum, de igualdade para todos sofreu com a burocracia e o totalitarismo.

Hoje nós vivemos um momento em que a idéia de igualdade vem sendo alvo de desconfiança tanto pela direita quanto pela esquerda. Pela direita, pelas razões de sempre: o incentivo à idéia de competição, de iniciativa, do sucesso individual etc. E pela esquerda, como uma espécie de auto-expição pelas catástrofes que resultaram da

Hoje nós vivemos um momento em que a idéia de igualdade vem sendo alvo de desconfiança tanto pela direita quanto pela esquerda.

tiranias da igualdade e do conseqüente sufocamento da liberdade. Criou-se uma espécie de aversão a tudo que cheire a totalização, utopia comum etc. Na realidade essa desconfiança acaba implicando uma espécie de descrença no poder transformador da ação política comum fundada em valores partilhados. Parte-se em busca de fundamentos supostamente mais seguros para embasar a atividade política. Surgem então essas tentativas de fundá-la nas necessidades e características – presumidas como naturais – de grupos de interesse.

Proposta – Tipo o associativismo americanista?

BENILTON – É, eu acho. É um processo que vai eliminando a perspectiva comum.

Proposta – Mas este é um certo paradoxo da cidadania. As reivindicações por mais igualdade, isto é, por enfrentar as desigualdades através do direito, são muitas vezes operacionalizadas de forma corporativa, tendo por efeito perverso reforçar a desigualdade e as corporações. Mas você parece estar apontando para uma outra lógica, um outro movimento, que rompe, em termos de horizonte, com quaisquer valores relativos à fraternidade, com qualquer compromisso com a solidariedade.

BENILTON – Esse é um dos problemas cruciais com os quais estamos vivendo. E se o examinarmos com os olhos de Freud teremos razões para ficarmos um pouco temerosos sobre o que nos aguarda no futuro, porque essa idéia, incorporada sem reflexão por muita gente, de que o crescimento econômico e a simples abertura de constrangimentos legais para isso e aquilo tende a produzir riqueza ou prosperidade, de jeito nenhum se sustenta.

Aliás não é preciso conhecer Freud ou Marx para reconhecer que o que houve nos últimos du-

zentos anos de progresso tanto em termos de distribuição de riquezas quanto de alargamento da tolerância ocorreu por força da existência de um forte movimento socialista na Europa, com seu ideário libertário. É a isso que devemos a existência da social-democracia, da luta pelos direitos humanos etc., e não ao desenvolvimento do capitalismo que, por si só, pode conviver com as coisas mais atrozes.

Podemos ver isso com olhos freudianos. Uma das coisas mais subversivas e das mais desafiadoras que existem no pensamento de Freud é essa idéia, darwinista num certo sentido, de que não há nada na chamada natureza humana que

Um dos riscos que enfrentamos hoje em dia é romper com os últimos duzentos anos que tiveram como bandeira a noção de solidariedade universal.

não seja fruto da nossa própria história. Nós somos fruto do acaso, não somos resultado de um processo bem sucedido qualquer. Do jeito que fomos levados ao que somos agora, podemos ser levados a qualquer coisa, inclusive a nos matarmos enquanto espécie. Podemos também evoluir. Há até quem acredite que os computadores são também fruto da evolução das espécies. Daqui a alguns séculos o que somos hoje, mortais de carne e osso, poderá bem ser o equivalente aos nossos primatas de hoje. Quem sabe? É possível.

Mas de qualquer forma o que é perturbador é justamente essa idéia de que nada garante o que vamos construir no futuro. Nós somos um pouco levados à idéia de que mes-

mo que os iluministas não tivessem existido, mesmo que a tomada da Bastilha não tivesse ocorrido, mesmo que não tivesse havido a revolução americana, em algum momento a história da humanidade produziria algo semelhante, que algum dia a idéia de igualdade de direitos viria à luz como resultado inevitável da história da humanidade. Mas essa visão piedosa do universo (como diz Freud) é apenas uma faceta de nosso narcisismo.

Em nossa trajetória histórica tivemos momentos de grande inventividade: em alguns desses criamos essa ficção humana (porque isto não está escrito nas estrelas) de que todos somos iguais, de que todos temos direito à igualdade, à liberdade e à busca da felicidade. Isso é o que há de melhor em 50 mil anos de história da humanidade, mas tudo isso é frágil, pode se desmanchar no ar. Não há nada no funcionamento do humano que garanta isso.

Freud pensou que a cultura repousa sobre a coerção das pulsões. É uma idéia que, com todas as nuances que se possa fazer hoje, ainda é importante: precisamos pensar a cultura como aquilo que organiza a experiência humana e que, em princípio, pode tomar absolutamente qualquer destino. Nós estamos aqui discutindo, por exemplo, a banalidade da violência. Mas a idéia de banalização da violência só faz sentido num mundo como o nosso, que criou a idéia de que a violência é uma coisa ruim, que é necessário garantir respeito à integridade física, o respeito à vida – e isso para todos os humanos, sem exceção. Isso nem sempre foi assim e pode perfeitamente deixar de ser assim.

Por isso acho que um dos riscos que enfrentamos hoje em dia é romper com os últimos duzentos anos que tiveram como bandeira a noção de solidariedade universal, em que todos tiveram como horizonte a construção de um mundo

melhor para todos. Há um tipo de política que pode perfeitamente levar a uma exacerbação, a um entrelaço de interesses localizados, a uma luta entre grupos e a uma espécie de particularização ou naturalização das identidades, mesmo nos movimentos progressistas. Isso já aparece há décadas nos movimentos militantes sexuais, no movimento gay. Não é uma coisa homogênea, pois há diversas maneiras de se militar no movimento. Mas há uma forte tendência que sustenta, por exemplo, a necessidade de afirmação pública da preferência sexual e de uma espécie de militância da preferência sexual como algo que se impõe

Precisamos pensar a cultura como aquilo que organiza a experiência humana e que, em princípio, pode tomar absolutamente qualquer destino.

e se sobrepõe a qualquer outro tipo de laço identitário (porque supostamente expressa alguma “verdade essencial” do sujeito).

O centro da questão democrática hoje é o de compatibilizar a idéia de igualdade com a idéia de diversidade, de universalidade de direitos e pluralidade de experimentações existenciais. Habermas chama a atenção para isso em um artigo interessante chamado “A unidade da razão na multiplicidade das suas vozes”. Ele critica os que ele chama de contextualistas radicais defendendo a idéia de que a pluralidade que o pensamento democrático pretende defender só se sustenta na medida em que se possa garantir uma unidade da razão que funcione como uma espé-

cie de guarda-chuva, de sustentáculo, de plataforma para que a pluralidade de suas vozes possa se manifestar. Claro que se pode fazer uma discussão sobre os pressupostos que levam Habermas a ser otimista em relação à razão, se há base para isso. Mas creio que a idéia central, com a qual estou de acordo, é que a pluralidade só se sustentará se um grau de solidariedade comum prevalecer.

Proposta – Você falou que no Brasil a violência vem se convertendo numa forma social coletiva de patologia dessa sociedade e que a diferença muitas vezes está sendo mal usada como referência de controle, de construção de identidade. Ou seja, a diferença, na realidade, vem sendo identificada com o fragmento e não como uma forma de vivência do universal, a relação entre o universal e o particular. Mas como você considera a questão de gênero? O feminismo é ainda uma questão relevante hoje em dia?

BENILTON – Eu não tenho uma visão elaborada sobre essa questão feminismo/feminino. Tendo a concordar com quem acredita que daqui a alguns anos, quando olharmos para o século XX, veremos no movimento feminista, na transformação do lugar da mulher dos anos 50/60 para cá, um dos fenômenos mais transformadores do nosso século. Acho que existe também no movimento das mulheres uma diversidade. Há perspectivas que considero mais ricas, mais atraentes, mais produtoras de efeitos inovadores, e outras que de certa forma reduplicam aquilo que estávamos discutindo: procuram uma identidade particularizada, uma política localizada. O que o movimento feminista tem de melhor é justamente o resgate de certos temas, de certas maneiras de ver os problemas do mundo, os problemas da existência pessoal, que alargam nossa capacidade ima-

ginativa. Muitos caracterizam como masculina a atitude dominante, instrumentalizadora, contida na racionalidade técnica, na razão instrumental, opondo a isso uma atitude ou perspectiva feminina que privilegiaria a imaginação, o sentimento, a criação. Essas perspectivas diferentes implicariam posturas diferentes na vida cotidiana, na política, na relação com o conhecimento etc. É claro, não seriam características de homens opostas às de mulheres, mas possibilidades distintas e possíveis para todos. Tomando as coisas nesse sentido, o movimento feminista contribuiu muito para que estejamos hoje repensando, redescrivendo nossos problemas, nossas prioridades.

O que o movimento feminista tem de melhor é justamente o resgate de certos temas e de certas maneiras de ver os problemas do mundo que alargam nossa capacidade imaginativa.

A criação e a arte constituem forças muito poderosas a favor das mudanças sociais. A discussão permanente sobre o que é bom e o que é ruim, o que é belo e o que é feio, o que é justo e o que é injusto, é uma condição indispensável para que possamos inventar mundos não apenas mais eficientes, eficazes, mas mundos melhores, preferíveis.

Creio que Rorty tem razão quando diz que hoje em dia um dos mais importantes fatores de transformação de consciências e, portanto, de alargamento das possibilidades de transformação do social, de abolição do preconceito, de ampliação da justiça etc., está

menos na política do que na literatura, por exemplo. Ele considera que o fato dos meios de comunicação terem se expandido de uma maneira fantástica, confere imensa importância à televisão, ao jornalismo, aos livros de uma maneira geral que, de certa forma, atraem e convencem o leitor pelo impacto da imagem, pela maneira mais fácil com que o leitor ou o espectador se identificam com o sofrimento do outro. É um argumento bem freudiano esse. Você vê um filme e sente o que é ser uma mulher no meio-oeste americano nos anos 50, um judeu em Berlim nos anos 30 ou um bósnio na Iugoslávia em 95, muito mais facilmente, com muito menos mediação de idéias do que ao ler um artigo, uma tese. E não há dúvida de que a valorização que somos capazes de dar a essas experiências de transformação de atitudes racionais por processos afetivos de identificação tem algo a ver com a presença das mulheres na cena cultural e política.

Agora, voltando ao Brasil, nos últimos 20 anos sofremos um processo de enfraquecimento do poder de aglutinação social e política que a cultura havia apresentado antes. Não quero ser exagerado nem simplista, estou tomando como base algumas impressões: o Brasil dos anos 50/60 viveu um momento de explosão de criatividade nas artes plásticas, na bossa nova, na música popular, no Cinema Novo.

Quando eu era adolescente, discutíamos cada novo filme do Glauber Rocha, ficávamos horas conversando sobre arte e, através de tudo isso, quer dizer, da música, do cinema, da literatura, discutíamos o que queríamos fazer com o Brasil. A idéia era que estávamos construindo o futuro, e não era só o Brasil, era o Brasil e o mundo. Era um momento grande de efervescência, todo movimento de 68 pelo mundo afora, a derrota

iminente dos EUA no Vietnã, os movimentos de libertação nacional na África, a ascensão dos movimentos negro, de mulheres etc. Havia uma atmosfera otimista, propositiva em relação ao futuro. No Brasil um dos elementos importantes na sustentação dessa atmosfera era a fermentação no campo da arte, campo que sofreu com a ditadura, evidentemente, com os abalos provocados pela censura, mas que, ainda assim, durante o período da ditadura, persistiu como um foco aglutinador das lutas e da construção da realidade do país. Depois, de certa forma, todo esse quadro se modificou.

Eu acho muito interessante ver agora a recuperação do tema da política, por exemplo, no rock. Se pegarmos as músicas do *Legião Urbana* ou do *Paralamas do Sucesso*, o grau de politização, de tematização de questões políticas, é bastante interessante. E há outros movimentos musicais como o *rap*. Veja, por exemplo, o “Rap da Felicidade”. A criançada toda conhece. E não é porque a música é bonita (eu, pelo menos, não acho). É por causa da idéia de pertencimento, de afirmação de uma identidade que a música apresenta. Nesse sentido, a música ultrapassa o horizonte limitado ao qual explicitamente se refere (“andar tranquilamente na favela onde eu nasci”) e adquire ressonâncias mais gerais, que atingem a todos.

Proposta – Mas há uma diferença fundamental: é que essas manifestações culturais não mais se referem, como naquele período, à construção da idéia de nação.

BENILTON – É verdade. Eu não sei se vamos poder recuperar – nem sei se é desejável fazê-lo – o mesmo tipo de nacionalismo que tínhamos nos anos 50. Mas a idéia de que se pertence a uma comunidade de tradição e de que essa comunidade de tradição é a base para a construção de uma sociedade

de melhor, é algo indispensável para que retomemos a capacidade de acreditar em nossa aptidão de inventar o futuro.

Nas culturas, assim como na natureza, existe um horror ao vazio. Hoje há o preenchimento do espaço que era tomado pelos ideais utópicos por outros pensamentos, outros modos de conduta, outras regulações éticas etc., que nós podemos qualificar como cultura da objetividade: define aquele horizonte de ideais em função dos quais se criaram identidades, se regularam interesses, se avaliaram condutas. Os indivíduos e as coisas passam a valer pelo tipo de satisfação imediata que possam garantir, quer no plano do consu-

Os indivíduos e as coisas passam a valer pelo tipo de satisfação imediata que possam garantir, quer no plano do consumo dos objetos, quer no plano da manipulação das pessoas.

mo dos objetos, quer no plano da manipulação das pessoas. O que tem a ver com a busca desenfreada da visibilidade, da fama e do consumo incessante de produtos. Essa cultura tem a ver tanto com os processos econômicos como com aquilo que os cientistas sociais chamam de ideologia do individualismo, essa idéia da afirmação individual, da identidade absolutamente singular.

Um colega nosso psicanalista chamado Calligaris tem uma percepção interessante sobre essa espécie de paradoxo que envolve nossa cultura: o individualismo moderno é o primeiro modelo de organização da cultura que coloca

o valor do indivíduo como centro da sua própria estrutura. É então a tradição, é a história, é essa cultura que dá condições a que o sujeito se afirme enquanto indivíduo. Acontece que afirmar-se enquanto indivíduo do ponto de vista pleno, absoluto, é afirmar uma singularidade que começa do zero, que não tem raiz, que não tem filiação. Quanto mais se afirma a individualidade, menos se acentua a filiação a algo que lhe antecede, a alguma raiz histórica, à comunidade de tradição prévia. O que faz com que o apelo à tradição e à filiação simbólica para a constituição de uma identidade dos sujeitos passe a ser substituído por outros mecanismos de aquisição e sustentação da identidade. Entra a cultura do consumismo, a cultura da objetividade. Os sujeitos começam a se apresentar como sujeitos não pelo que são, não pelo que compartilham com outros, mas pelo que têm, pelas coisas de que usufruí. O sujeito busca nos objetos uma espécie de espelho no qual ele possa se reconhecer como sujeito.

Proposta – Como você vê a possibilidade de construção de alternativas a essa cultura, a esses referenciais?

BENILTON – Não vou comentar as condições sócio-econômicas implicadas nessa resposta. Quero responder à pergunta no que ela pode estar referida à noção referencial de sujeito. Diria: contrapondo à idéia do sujeito que se afirma e se constitui a partir dos objetos está a noção do sujeito que se funda a partir da sua filiação a valores que o constituem e que servem de base para um processo incessante de experimentação, de redescoberta de si próprio e do mundo que compartilha com seus semelhantes, a idéia de sujeito moral.

Para isso, inclusive, o papel das elites é fundamental. Não as elites econômicas mas as elites intelectuais, todos os que por sua

atividade são capazes de modificar, de interferir na imagem que temos de nós mesmos e do mundo que nos cerca.

Não podemos esperar que toda a sociedade entre nessa discussão que estamos tendo aqui por meio de um processo de convencimento racional apenas. Isso não vai acontecer. Não falo daqueles que por interesses políticos e ideológicos se colocariam como adversários de nossos pontos de vista. Refiro-me àqueles que precisariam estar no mesmo lado, convencidos como estamos da importância de certas idéias. Boa parte delas não tem acesso à informação, não tem acesso à cultura e nós só estamos pensando isso porque vimos determinados filmes, porque lemos Monteiro Lobato e Graciliano Ramos, porque sempre tivemos café da manhã, porque pudemos escapar das injunções da sobrevivência para pensar uma vida boa, porque fomos mergulhados numa cultura que entende que uma vida boa só pode ser uma vida compartilhada, porque isso se entranhou em nosso funcionamento mental e passou a fazer parte da descrição que temos do que devemos ser e do que deve ser a sociedade que construímos.

Só começamos a achar que maltratar uma pessoa pela cor da pele, pela classe social ou pela etnia de origem, é algo condenável quando somos moldados subjetivamente contendo esse ingrediente como ideal em função do qual o sujeito pode se reconhecer. Isso não está na natureza; é uma coisa que depende da interação linguística, da intersubjetividade que faz com que certos valores ingressem na economia subjetiva e funcionem como ideal em direção ao qual o sujeito se move ou injunções superegógicas em função das quais o sujeito deixa de fazer certas coisas. Mas isso é móvel, isso não é fixo. Isso se move com uma rapidez espantosa, o que tornou possível que se tivesse uma nação inteiri-

No momento em que perdemos aquilo que define o outro como um semelhante, tornamo-nos indiferentes ao seu sofrimento.

ra como a dos alemães considerando mais ou menos razoável o extermínio de judeus.

Dadas certas circunstâncias, os seres humanos são capazes de qualquer coisa porque perdem aquilo que define o outro como um semelhante. No momento em que perdemos aquilo que define o outro como um semelhante, tornamo-nos indiferentes ao seu sofrimento. Fazemos o que os sérvios fazem na Bósnia. Ou o que nós fizemos com os índios brasileiros ou o que estamos fazendo com, sei lá, 80 milhões da população.

Como é que se explica que consigamos conviver com uma realidade que para um europeu do norte é absolutamente traumatizante: a realidade das crianças mendigas despidas no meio da rua, meninos com quatro, cinco anos sendo iniciados na esmola, que, como dizia Luís Gonzaga, “ou mata de vergonha ou vicia o cidadão”? Mas conseguimos conviver com isso. Mesmo sendo contra, chega uma hora que você não agüenta, chega uma hora em que você levanta o vidro do carro porque é a décima pessoa que vem pedir. Você fica insensibilizado por uma questão de defesa psíquica mesmo. Em outras palavras, e retomando o tema da conversa, não poderemos enfrentar o problema da violência sem levarmos mais a sério o papel da cultura e da intersubjetividade.

Proposta – Como situar a problemática da droga neste contexto?

BENILTON – O problema das drogas é mesmo muito complicado. Se você me perguntar sobre a questão da descriminalização, eu tendo a achar que é menos oneroso, mesmo financeiramente, para o Estado, e menos oneroso politicamente, transformar o problema da droga num problema de escolha pessoal e das formas da sociedade lidar com as escolhas mal sucedidas – mais ou menos como o que se faz por exemplo com o álcool, com o fumo – do que ter a situação atual. Acho que essa situação apenas alimenta de maneira poderosíssima o poder econômico do tráfico, alimenta os processos de corrupção institucional, dificulta o acesso das pessoas que precisam de tratamento, torna tudo muito mais complicado.

O problema – como eu ouvi num debate alguém respondendo a um crítico da descriminalização – não é saber se vamos ter uma sociedade com drogas ou sem drogas. Nós vamos ter uma sociedade com drogas e outras surgirão. O problema é saber qual é a melhor maneira de nos defendermos dos efeitos que isso pode ter. Isso implica, evidentemente, de um lado, uma premissa de que é melhor não impor qualquer tipo de norma de funcionamento ou modalidade de busca de prazer. É preferível deixar isso em aberto porque este é um elemento importante de possibilidade de afirmação da singularidade, da diferença etc. Ao mesmo tempo é importante manter um tipo de estrutura social, política e institucional que garanta a possibilidade de acesso a formas de lidar com os ajustes dos problemas daí decorrentes. Sempre haverá pessoas que farão opções inusitadas, inovadoras e, digamos assim, positivas e outras que farão o caminho inverso, da perversão, da violência etc. Mas acho que a idéia de que é preciso preservar o espaço aberto para a exploração de uma diferenciação é fundamental. □

Novas publicações da FASE!

O NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS, IMPASSES E DESAFIOS

de **LORENZO ZANETTI**

Uma reflexão sobre a história do novo sindicalismo que se expressa na CUT.

Os impactos e expressões concretas do novo sindicalismo junto aos trabalhadores e suas organizações.

Os congressos da CUT. Obstáculos, avanços e estratégias.

A polêmica sobre divisionismo e unicidade sindical.

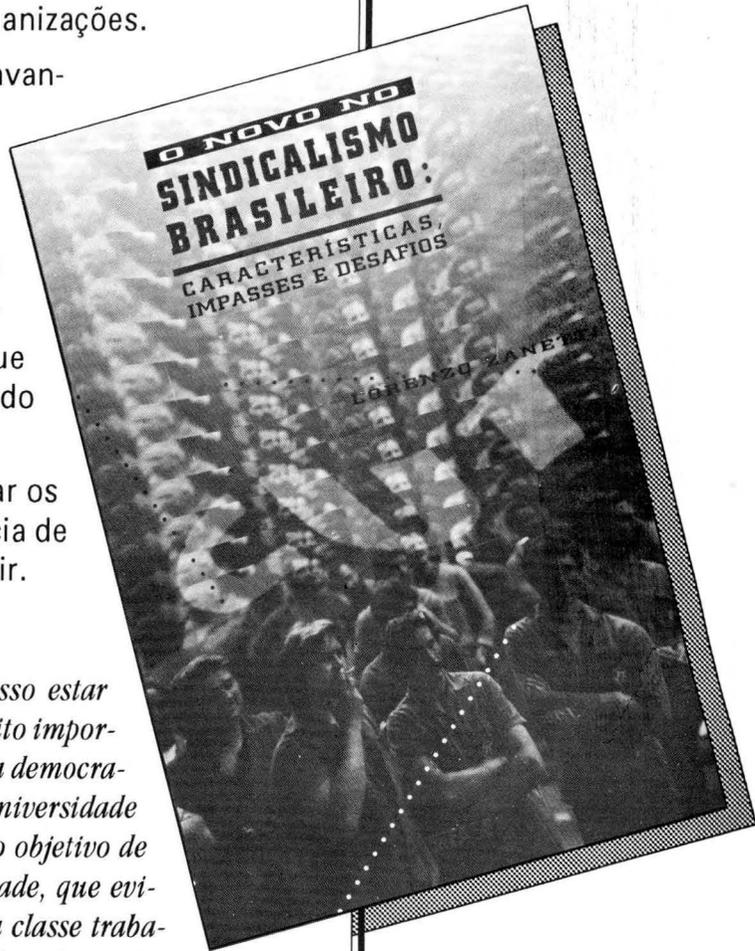
Sua influência em outros setores da sociedade e na conjuntura do país.

Os limites, problemas e impasses que acompanharam a implementação do novo sindicalismo.

A busca de alternativas para superar os desafios e manter-se como referência de uma nova forma de pensar e de agir.

“Eu, enquanto presidente da CUT só posso estar feliz pela publicação deste trabalho. É muito importante para a construção e consolidação da democracia em nosso país, que pessoas ligadas à universidade desenvolvam trabalhos de pesquisa com o objetivo de analisar aspectos e fatos da nossa realidade, que evidenciam a capacidade de organização da classe trabalhadora. Quando a universidade assim o faz, ela cumpre sua verdadeira função social, fornecendo aos trabalhadores valiosos instrumentos que servem para qualificar cada vez mais a sua intervenção buscando a transformação da sociedade.”

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho
Presidente da CUT



ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Telefone: (021)2861598

Os movimentos sociais urbanos estão em crise. Esta é uma afirmação generalizada que preenche as agendas políticas. No entanto, nas décadas 70/80, mostraram sua visibilidade na cena pública através da luta por melhores condições de vida e pela democratização dos investimentos públicos e da relação Poder Público/sociedade.

A abordagem deste debate desenvolveu análises diversificadas e acompanharam também a discussão das mudanças de paradigmas da esquerda. Por outro lado, o processo democrático interno do nosso país modificou intensamente os rumos dos movimentos que passaram a impulsionar formas de gestão democrática das políticas e da cidade.

A FASE, através de suas cinco equipes regionais, realizou levantamentos e debates em parceria com universidades e ONGs sobre os movimentos populares das Regiões Metropolitanas de Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O próximo número de PROPOSTA trará os resultados desse trabalho com o objetivo de contribuir com algumas análises que possam refletir o real existente em cada local.

As estratégias construídas nos espaços institucionais a partir das demandas da população organizada foram o eixo condutor da análise que esperamos possa contribuir para o debate no interior das entidades estimuladoras de movimentos sociais urbanos, entre as ONGs e universidades. A nova conjuntura demanda que os atores envolvidos no debate e na prática dos movimentos sociais urbanos assumam o desafio de qualificar essas mudanças, ampliando o debate e construindo novas referências de atuação política.